

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA
SOCIAL**

ALESSANDRA DE MELO FRANCO AMORIM

**IDENTIFICAÇÃO RACIAL E USO DA POLÍTICA DE COTAS NA
UNIMONTES**

**NITERÓI
2009**

ALESSANDRA DE MELO FRANCO AMORIM

**IDENTIFICAÇÃO RACIAL E USO DA POLÍTICA DE COTAS NA
UNIMONTES**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Augusto P. Brandão
Universidade Federal Fluminense (UFF)
(Orientador)

Prof. Dra. Maria da Luz Alves Ferreira
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Prof. Dra. Rosana Rodrigues Heringer
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

NITERÓI

2009

Dedico este trabalho a todos aqueles atores engajados na busca pela efetivação de políticas racialmente orientadas, imensamente combatidas no Brasil.

“A Educação é o desenvolvimento no homem de toda a

perfeição de que sua grandeza
(Imman

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar o presente trabalho, sinto a necessidade de expressar o meu eterno agradecimento a todos aqueles que contribuíram com essa conquista. Foram muitas as pessoas que se fizeram presente nessa trajetória e que, portanto merecem todo o reconhecimento.

Gostaria de agradecer em primeiro lugar, a Deus, pai, criador e à minha fé no seu poder, ao Meu Anjo da Guarda que sempre iluminou e protegeu o meu caminho, mesmo nas horas mais incertas.

Agradeço aos meus pais Ricardo e Julia pelo amor, dedicação e oportunidade de educação que eles sempre me proporcionaram.

Às minhas queridas avós, Mãe Tina e Vó Hélia pelas orações e auxílio, nos momentos mais difíceis, bem como, às minhas queridas tias: Beatriz e Mônica por todo apoio durante toda a minha vida.

Agradeço a Freddy pelo amor, atenção, incentivo e por compreender os meus momentos de dificuldade e privação.

Às queridas amigas Dra. Maria da Luz Alves Ferreira e Ms. Maria Railma Alves pelas imensas contribuições e aconchego.

Gostaria de expressar a minha imensa gratidão ao meu orientador Dr. André Augusto P. Brandão, pela competência, compromisso e dedicação. Agradeço muito por confiar em minha capacidade e apostar sua enorme credibilidade em meu trabalho.

Não poderia deixar de agradecer a amizade das queridas que encontrei pela trajetória do Mestrado e pretendo guardar para a vida inteira: Aline, Viviane, Helena, Gaziella, Crisitiane e Kelly.

Agradeço também, aos acadêmicos ingressos pelo Sistema de Reserva de Vagas para afro-descendentes, que participaram das entrevistas e que forneceram enormes contribuições, essenciais para o conhecimento sobre o objeto estudado.

Finalmente agradeço à grande amiga Verônica pela amizade incondicional. Agradeço ainda a todos os meus familiares, amigos e companheiros que não foram citados, mas que estiveram ao meu lado nessa importante caminhada.

RESUMO

Esta dissertação apresenta e discute dados referentes à política de reserva de vagas para afro-descendentes, implementada na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) no ano de 2005. Os dados analisados aqui estão voltados para as variáveis: classificação racial e legislação de cotas, ou seja, procuramos compreender quem são esses alunos que se beneficiam da política racial da universidade, como eles se classificam, se existe a identificação com uma identidade racial e, ainda, qual é o posicionamento que esses alunos adotam frente à reserva de vagas raciais. Essa discussão se coloca como extremamente oportuna, pois, além de serem polêmicas, as políticas raciais adotam formas de seleção dos beneficiários que têm sido questionadas por alguns atores e sociais e defendidas por outros. Em um primeiro momento, abordamos as desigualdades raciais no Brasil e as principais controvérsias sobre as políticas de cotas. Posteriormente, trabalhamos com as formas de classificação racial no Brasil. Logo após, caracterizamos o *locus* da pesquisa, o município em que a universidade está inserida, traçando um breve histórico da instituição, sua legislação de cotas e dados referentes aos anos de 2005, 2006 e 2007. Finalmente, tratamos da questão da classificação racial e adesão à política de cotas, dando voz aos sujeitos, através de entrevistas semi-estruturadas. Nas entrevistas realizadas, foi possível também avançar na discussão sobre como a cota racial é avaliada por seus beneficiários.

Palavras-chave

Ação afirmativa; identificação racial; negros; legislação de cotas.

ABSTRACT

This dissertation presents and discusses data concerning the policy to reserve places for african descent, implemented at the State University of Montes Claros (UNIMONTES) in 2005. The data analyzed here are focused on the variables: classification and racial quota law, or seek to understand who those students who benefit from racial politics of the university as they would go if there is identification with a racial identity and still, what is the position that these students adopt towards racial reserve places. This discussion arises as extremely timely, because, besides being controversial, racial politics adopting ways of selection of beneficiaries who have been questioned by some actors and social and defended by others. At first, we addressed the racial inequalities in Brazil and the main controversies about the politics of quotas. Later, we worked with all forms of racial classification in Brazil. Soon after, we characterize the locus of study, the city where the university is located, a brief history of the institution, its laws and quota data for the years 2005, 2006 and 2007. Finally, we treat the issue of racial classification and accession to the quota policy, giving voice to the subjects, through semi-structured interviews. During the interviews, it was also possible to advance the discussion about how the racial quota is valued by its beneficiaries.

Key Words

Affirmative actions; racial identification; black people; quota legislation.y

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Objetivos.....	12
1.2 Problematização.....	12
1.3 Metodologia.....	14
1.4 Organização dos Capítulos.....	15
2- DESIGUALDADES RACIAIS E CONTROVÉRSIAS SOBRE COTAS.....	18
2.1 As modificações nos conceitos.....	18
2.2 As principais controvérsias sobre cotas.....	19
2.3 A virada ideológica.....	26
2.4 Da democracia racial às políticas de promoção de direitos.....	32
2.5 Por que criar políticas afirmativas?.....	35
3- CLASSIFICAÇÃO RACIAL NO BRASIL.....	37
3.1 As variações iniciais.....	37
3.2 Cor e raça na contemporaneidade.....	42
4- O <i>LOCUS</i> DA PESQUISA.....	52
4.1 Breve caracterização do Município.....	52
4.2 Caracterização do <i>locus</i> da pesquisa.....	52
4.3 Cotas raciais no Brasil.....	55
4.4 A Legislação de Cotas na UNIMONTES.....	55
4.5 Os números.....	56
5- CLASSIFICAÇÃO RACIAL E ADESÃO À POLÍTICA DE COTAS: A Voz dos Sujeitos.....	68
5.1 Os sujeitos selecionados.....	68
6- CONCLUSÕES.....	101
6.1 A relação entre a identidade racial e o uso da política de cotas.....	103
6.2 Justificativa para adesão às cotas raciais.....	103
6.3 O Posicionamento dos beneficiários frente à reserva de vagas raciais.....	105
7- REFERÊNCIAS.....	106
8-ANEXOS.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCET	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CCH	Centro de Ciências Humanas
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CEMF	Centro de Ensino Médio e Fundamental
	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEPEX	
CRA	Coeficiente de Rendimento Acumulado
FACEART	Faculdade de Educação Artística
FADEC	Faculdade de Administração e Finanças
FADIR	Faculdade de Direito
FAFIL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FAMED	Faculdade de Medicina
FUNAI	Fundação Nacional de Apoio ao Índio
FUNM	Fundação Norte-Mineira de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PAES	Programa de Avaliação Seriada para o Acesso ao Ensino Superior
PENESB	Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SUS	Sistema único de Saúde
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais

UENMAT	Universidade do Estado do Mato Grosso
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

1)INTRODUÇÃO

1.1) Objetivos

Essa dissertação teve como objeto o Sistema de Reserva de Vagas, regulamentado pelo inciso X do artigo 7º do Decreto Estadual nº 43.586, de 15/09/2003. Implementado pela Resolução Nº 104 – CEPEX/2004, na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), nos anos de 2005, 2006 e 2007.

Tal resolução considerava a Lei Estadual nº 15.259 de 27/07/2004 e instituiu o Sistema de Reserva de Vagas na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Configurou-se, portanto, como uma mudança na conformação estrutural do ensino público superior em Minas Gerais que, entre outros aspectos, visava favorecer o acesso à educação, de grupos, como: afro-descendentes, estudantes oriundos de famílias de baixa remuneração, indígenas e portadores de deficiências.

Nos propomos a mapear a relação entre identificação racial e o uso da política de cotas, analisando a relação entre cor e raça. Para tanto, buscamos identificar a identidade racial dos “cotistas” e a justificativa deles para a adesão à Política de Reserva de Vagas.

Podemos afirmar que a motivação para tratar do tema da Reserva de Vagas, na UNIMONTES, constituiu-se como uma extensão dos questionamentos suscitados em um trabalho anterior, de conclusão de curso¹.

Outra justificativa plausível, para a escolha do tema, foi o reflexo do preconceito gerado com a implementação das "cotas". Assim, a percepção empírica de uma presente e intensa fala dos acadêmicos, no interior da universidade, nos despertou uma imensa curiosidade em compreender a realidade dos fatos e aprofundar as discussões.

1.2) Problematização

A importância deste trabalho está em apresentar à sociedade um estudo mais profundo sobre o fenômeno da instituição de políticas afirmativas² de cunho racial, no Brasil. Buscamos, para tanto, tentar desvendar as principais questões que envolvem a temática da raça em nosso país.

Sob essa perspectiva, compreendemos que os fatos históricos são reveladores de uma realidade responsável pela diferenciação social entre grupos, principalmente quando se trata

¹ AMORIM, Alessandra de Melo Franco. O Sistema de Reserva de Vagas para Afro-descendentes da Unimontes nos últimos dois anos – 2005/2006. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Montes Claros, Unimontes, 2006.

² Políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional de igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. (GOMES, J.B.B. SILVA, F.D.L.L.da. *As Ações Afirmativas e os Processos de Promoção da Igualdade Efetiva*. Série Cadernos do CEJ. Vol. 24. p.90).

dos “negros”, cuja herança histórica foi marcadamente pautada pelo patriarcalismo branco, pela imposição dos valores da elite e pela subjugação física e moral.

Essa diferenciação social, entendida aqui, como racial e não somente econômica, pode ser mais bem compreendida como resquício dos valores que predominaram durante o período escravista, do regime de cativo e do racismo estrutural precedido pela abolição da escravatura.

Portanto, o período escravista é compreendido como um momento de extrema privação do “negro” e a Lei Áurea (1888)³ não foi capaz de alterar significativamente essa situação de discriminação e racismo, uma vez que, não apresentou mudanças representativas para o povo negro brasileiro, que alcançou a liberdade, mas não pode usufruí-la.

Nesse sentido, percebemos que a “liberdade de direitos” foi alcançada pelos negros, mas a “liberdade de fato” não se concretizou, ou seja, os direitos conquistados não foram colocados em prática.

Verificamos ainda, que o racismo precedido pela abolição do sistema escravista - utilizado pelas oligarquias para garantir sua dominação – gerou formas precárias e desiguais de tratamento, sem integralidade de direitos, relegando aos negros uma situação marcada por enormes discrepâncias sociais.

Nessa direção, as autoridades nacionais, uma vez pressionadas pelos ideais do movimento negro e de alguns intelectuais, passaram a compreender a íntima relação existente entre o modelo de sociedade imposto pelo escravismo e a ausência de distribuição de oportunidades iguais.

Como resultado, a “questão negra” tornou-se tema de intensos debates, cujos defensores da idéia de uma dívida histórica, buscam encontrar as melhores formas de reparação aos “negros” pelas injustiças sofridas ao longo de toda a sua trajetória.

Nessa perspectiva, em meio a essa efervescência de ideais, ao reconhecimento da dívida histórica, à efetivação dos direitos e à promoção de novos direitos, verificamos, no seio da sociedade brasileira, a emergência da adoção de políticas públicas afirmativas voltadas para os “negros” e seus descendentes.

As políticas em questão primam pela efetiva reparação dos danos provocados pelos séculos de escravidão e marginalização dos “negros” brasileiros. Buscam para tanto, redistribuir as oportunidades de acesso social (ensino, emprego, etc.) e compensá-los pelos

³A Lei Áurea foi assinada em 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel do Brasil extinguindo a escravidão no Brasil. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_%C3%81urea>. Acesso em 08 Out 2008.

direitos preteridos, através de políticas de ações de discriminação positiva, tratando desigualmente os formalmente iguais.

Verificamos, portanto, que o tema ações afirmativas⁵ configurou-se como extremamente oportuno, pois a intenção de se adotar esse tipo de política na íntegra, tem encadeado grandes questionamentos, estruturando posições antagônicas. Nesse sentido, compreendemos que tal temática necessita de maior atenção e avaliação por configurar-se como: atual, extremamente polêmica e de bibliografia ainda escassa.

Ainda nessa direção, o presente trabalho se pautou na complementação da busca de respostas para o caso específico da UNIMONTES, em que o sistema de reserva de vagas para afro-descendentes foi instituído no ano de 2005.

Através de um estudo anterior, foi possível desvendar alguns aspectos importantes. Entretanto, no decorrer da pesquisa, questões mais sensíveis foram surgindo, suscitando outros questionamentos que extrapolaram o nosso objeto anterior e que foram tratados de um modo mais aprimorado nesta dissertação de mestrado.

Nesse sentido, compreendemos o objeto dessa pesquisa como extremamente apropriado. Tal constatação tem embasamento no fato de que, o debate acerca das políticas afirmativas, no Brasil, encontra-se em seu momento áureo, ou seja, o tema nunca foi questionado e debatido com tamanha amplitude.

1.3) Metodologia

Para buscar responder às nossas dúvidas, tomamos como marco inicial um caso específico (UNIMONTES/Minas Gerais), que poderia ser indicativo de tendências e perspectivas analíticas, passíveis de engendrar comparações com outras experiências de políticas de cotas em andamento (como as que são analisadas em BRANDÃO, 2007). Nesse sentido, investigamos as políticas afirmativas para afro-descendentes, no período compreendido entre 2005 e 2007.

Buscamos conciliar a nossa base teórica com as principais abordagens de autores que se destacam na discussão da questão racial no Brasil. Assim, procuramos compreender como os conceitos de raça e cor foram determinantes na trajetória do povo negro brasileiro.

⁴A Expressão tem origem nos Estados Unidos [...] nos anos 60 [...] cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos [...] assumir uma postura ativa para a melhoria das condições de vida da população negra [...] também envolveu práticas que assumiriam desenhos diferentes. O mais conhecido é o sistema de cotas, que consiste em estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupo(s) definido(s) [...] promover a representação de grupos inferiorizados na sociedade e conferir-lhes uma preferência a fim de assegurar seu acesso a determinados bens [...] não é especificamente uma política compensatória redistributiva, pois ela exige que a carência econômica dos indivíduos seja identificada como consequência da discriminação racial, étnica ou sexual, seu problema central. (MOEHLECKE, S. Ação Afirmativa: História e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 198-201).

⁵ AMORIM, Alessandra de Melo Franco. O Sistema de Reserva de Vagas para Afro-descendentes da UNIMONTES nos últimos dois anos – 2005/2006. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Montes Claros, Unimontes, 2006.

Para atingir o foco desejado, trabalhamos, a princípio, a partir de releituras teóricas, utilizando materiais bibliográficos clássicos e contemporâneos. Como complementação, utilizamos dados quantitativos fornecidos pela instituição estudada, bem como, dados qualitativos (entrevista em profundidade).

Verificamos que a combinação dos dois métodos de pesquisa se revelou estratégica, evidenciando uma inegável riqueza de análises dos problemas estudados. Assim, ao aliar as variadas metodologias, conseguimos subsidiar, com maior afinco, a discussão proposta, cuja finalidade principal era buscar compreender a relação entre classificação racial e cota.

Deste modo, aprofundamos o cerne da questão para compreendermos, de maneira mais sensível, a realidade dos fatos, ou seja, a relação entre o uso das cotas e a identidade racial dos “cotistas” e a justificativa deles para o uso da referida política.

1.4) Organização dos Capítulos

Neste capítulo inicial damos as diretrizes do nosso trabalho, apontando os objetivos, os questionamentos teóricos, a metodologia e a organização dos capítulos.

No segundo capítulo, ou revisão bibliográfica, realizamos um condensado teórico, no sentido de conhecer os principais argumentos que permeiam a questão das desigualdades raciais no Brasil. Portanto, buscamos compreender os contextos de onde surgem os principais teóricos, como Maggie, Fry, Munanga, Brandão e Heringer os seus propósitos e as principais controvérsias nas discussões sobre cotas.

No capítulo III, abordamos as formas de classificação étnico-raciais que remontam o cenário histórico brasileiro, sendo que a extensa gama de definições foi responsável por criar uma variada nomenclatura racial, abrangendo a diversidade fenotípica e construindo identidades.

Verificamos, a partir dos estudos de Petruccelli (2007) e Brandão (2007), a constatação de que cor e raça são elementos que diferenciam os indivíduos e impõem uma relação de dominação simbólica, política e social, além de constiur-se como um jogo de hegemonias que afirma a primazia dos brancos sobre os negros. Essa dominação ocorre entre quem classifica e quem é classificado, ou seja, tais elementos proporcionam tratamentos diferenciados aos sujeitos.

Tal constatação, ainda, se aplica nas sociedades contemporâneas e vem adquirindo crescente importância nos estudos raciais brasileiros atuais, cujas formas de mensuração do problema, são bastante questionadas por Petruccelli (2007) e Brandão (2007).

Tais autores, afirmam a necessidade da criação de uma metodologia adequada, capaz de contemplar todas as formas de expressões de identidade, em busca por um maior reconhecimento e aceitação das diferenças.

Em virtude de este estudo concentrar-se na região norte de Minas Gerais, no capítulo IV buscamos caracterizar o município estudado, abordando aspectos ligados à demografia, perfil socioeconômico, capacidade instalada de serviços de saúde, representatividade das indústrias na economia local, além de outros pontos.

A intenção foi subsidiar as futuras discussões sobre as particularidades locais, passíveis de influenciar o processo de redefinição da classificação racial de maneira mais ampla.

Assim, trabalhamos com uma análise quantitativa dos dados fornecidos pela Secretaria Geral da UNIMONTES. Buscamos, para tanto, realizar um levantamento sobre a **quantidade de vagas** que são oferecidas por categoria em cada Processo Seletivo (2005/2006/2007).

Ainda, identificamos o **número de ingressos** (aprovados) por cada **categoria** selecionada (afro-descendentes, egressos de escola pública, portadores de deficiência, indígenas e Sistema Universal).

Também desvendamos o número de acadêmicos **ingressos por curso e por categoria** (aqui optamos por pesquisar dois cursos de cada Centro de Ensino, ou seja, um curso mais concorrido e outro menos concorrido).

Por fim, verificamos quais foram as **notas de acesso por categoria**, obtidas pelos acadêmicos aprovados no processo seletivo, em dois cursos de cada Centro de Ensino, e estabelecemos uma comparação, na finalidade de compreender se existia algum descompasso e/ou relação entre os níveis de notas dos candidatos e a reserva de vagas.

A amostra da análise foi feita dividindo o universo de acadêmicos ingressos pelo sistema de reserva de vagas para afro-descendentes da UNIMONTES em quatro setores selecionados de acordo com Centro de Ensino ao qual pertencem. Na UNIMONTES estes são: Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Centro de Ciências Humanas (CCH), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS).

Com a análise quantitativa procuramos trazer à luz dados, indicadores e tendências mais gerais, observáveis e mensuráveis.

O capítulo V foi composto por uma análise qualitativa, realizada através da metodologia da entrevista em profundidade, utilizando um roteiro semi-estruturado, contendo questionamentos aos acadêmicos afro-descendentes ingressos pela reserva de vagas. (anexo).

Foram escolhidos, aleatoriamente, nove acadêmicos da UNIMONTES, oriundos dos quatro Centros de Ensino, ou seja, buscamos contemplar as experiências relatadas por alunos com realidades diferenciadas. Em tal empreendimento, buscamos perceber, entre outros aspectos, se existia alguma relação entre classificação racial e adesão à política de cotas. Ou seja, procuramos mapear como os acadêmicos beneficiados pelo sistema de reserva de vagas/afro classificam-se e a partir daí, como justificam a utilização da política de cotas.

Entendemos que, com a utilização de uma metodologia qualitativa obtivemos uma dimensão mais sensível, de maior alcance, mesmo partindo de um caso específico para se compreender o todo, a respeito da polêmica que gira em torno das políticas afirmativas para afro-descendentes no Brasil.

Vale ressaltar que este estudo superou as nossas expectativas e trouxe grandes esclarecimentos sobre os diversos aspectos envolvidos na implementação do sistema de reserva de vagas (cotas) da UNIMONTES, principalmente no que tange a identificação racial e o uso da política de cotas.

Além disso, entendemos que o presente estudo pode servir como subsídio, fornecendo uma maior aproximação e conhecimento da realidade estudada e, ainda, suscitar maiores discussões e aprofundamentos sobre a questão das “políticas raciais” no Brasil.

CAPÍTULO 2 - DESIGUALDADES RACIAIS E CONTROVÉRSIAS SOBRE COTAS

2.1) As Modificações nos Conceitos

Observamos que os conceitos de raça sofreram significativas modificações, ao longo da história. Atualmente, verificamos - a partir de constatações científicas, especialmente da genética e da biologia molecular, abordadas por Carvalho (2006) – que, biologicamente, a pesquisa científica sobre raça alcançou um novo paradigma, o da existência de uma única raça: "A Raça Humana".

Portanto, ficou constatado que não existem genes humanos específicos para uma determinada raça. Como consequência disso, os seres humanos possuem quase os mesmos genes, ou seja: *"A espécie humana é essencialmente uma só"* (CARVALHO, 2006).

Nessa mesma direção, dessa nova concepção de raça, podemos destacar o RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2005:12) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que enfatiza:

Estudos feitos sob outras perspectivas e com outros métodos, nas ciências sociais e na antropologia, chegaram à mesma conclusão sobre a falácia do conceito de raça. As pesquisas nessas áreas mostram também que o discurso racial tem sido usado para manipular ideologicamente as diferenças fenotípicas entre os grupos humanos, de maneira a legitimar a dominação das "raças" supostamente superiores sobre as "raças" supostamente inferiores. Todavia, embora o estatuto teórico-científico de raça tenha sido desmontado na segunda metade do século 20, o conceito permanece como uma construção social, uma categoria analítica que continua sendo usada para agregar indivíduos e coletividades que compartilham aspectos físicos observáveis, como cor da pele, textura do cabelo e compleição corporal. (PNUD, 2005:12).

Entretanto, essa constatação da existência de uma única raça, gera grandes controvérsias, devendo ser visualizada sob dois ângulos principais:

- 1) Sem o respaldo científico e sem representar um produto da evolução natural da espécie humana, não há mais como legitimar a dominação sobre os mais fracos pela via racial, uma vez que, como aponta Carvalho (2006), neste ponto todos os seres humanos se equivalem;
- 2) A idéia de raça sobrevive como construção ideológica e cultural, o que contribui para se reconhecer que existe racismo no Brasil, mas acredita-se que esse racismo não está ligado à formação biológica do ser humano e sim cultural.

Seguindo esta segunda concepção, Carvalho (2006), enfatiza a possibilidade do "jogo virar" como sua grande preocupação:

A afirmação de que não existem raças humanas, agora que está em discussão a adoção de políticas de ação afirmativa como iniciativa para minimizar a situação de exclusão, pela escravidão e pelas práticas racistas cotidianas, a

que foram submetidos os negros e os índios pode acabar assumindo as cores do reacionarismo (...) O discurso de que a raça humana é uma só e que, portanto, não há sentido que uma parcela se beneficie de tratamento diferenciado, nesse momento só serve para erigir mais obstáculos à transformação dessa sociedade criando dificuldade para que ela se torne pelo menos um pouco mais justa.⁶⁷

Ou seja, esse mito que gira em torno de uma (suposta) democracia racial brasileira, pode prejudicar a implementação de políticas realmente necessárias e efetivas para a correção das diferenças que se pautem pela aceitação da “discriminação positiva”, adotando políticas específicas e diferenciadas para aqueles que, nitidamente, são diferenciados socialmente.

Pelo que podemos visualizar, o receio do autor parece que tem se personificado em discursos defendidos por autores como Kamel (2006), Maggie (2005) e Fry (2002), que utilizam argumentos de que a raça humana é única e que, portanto, a criação de políticas raciais seria uma forma de discriminação.

Ou seja, os autores supracitados baseiam suas constatações na Constituição Federal de 1988, que, entre outras atribuições, reza a igualdade entre os seres humanos. Assim, eles questionam: se todos somos iguais, se a raça é única, não teria por que criar políticas específicas para alguns.

Para sermos mais criteriosos, aprofundaremos, de maneira mais genérica, acerca das principais críticas e argumentações, dos autores mais relevantes para a temática das políticas raciais no Brasil.

2.2) As Principais Controvérsias sobre Cotas

Em Kamel (2006), verificamos uma intensa crítica à política de cotas raciais. Segundo o autor, o racismo à brasileira é classista e não estrutural. Sendo assim, ele afirma que não existem raças e sim uma raça (humana).

Seguindo tal compreensão, o autor aponta que criar políticas que se baseiem na bipolarização racial, seria cair numa armadilha, ou seja, para ele, o propósito de criar uma categoria (negros), que englobe pretos e pardos, é vislumbrado como um “truque” utilizado pelos movimentos negros, que almejam um país dividido entre negros e brancos.

Nessa direção, a utilização da categoria negro é, para Kamel (2006), um retrocesso metodológico capaz de criar confusão e camuflar a realidade. Pois, os pardos (englobados na mesma categoria que os pretos) são, em sua maioria, quem preenche a maior parcela da pobreza no Brasil, ou seja: “Se a pobreza tem uma cor no Brasil, essa cor é parda”. (Kamel

6 CARVALHO, Jairo de. Sobre raças humanas. Revista Espaço Acadêmico. Nº 60. Maio 2006. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/060/60carvalho.htm>> Acesso: 06/Setembro 2006.

apud Maggie, 2006:11).

Portanto, a questão da criação da categoria “negro” é bastante criticada por Kamel (2006), uma vez que, coloca em xeque o discurso que propõe construir uma nação bicolor. Sob essa perspectiva, o autor discorre que, os dados produzidos pelas pesquisas não dão conta de concluir que a causa das desigualdades sociais é o racismo.

Outro alvo atacado pelo autor é o Estatuto da Igualdade Racial⁷⁸, que, em sua concepção, representa uma prova de que querem segregar, racialmente, o Brasil. Ou seja, dividir o país entre brancos e negros, cujos segundos são sempre oprimidos pelos primeiros e que a solução encontrada pelos formuladores desse pensamento, seria a criação das cotas raciais de todos os tipos.

Entretanto, Kamel (2006) investe na hipótese de que, no Brasil, o problema pode ser a pobreza e não o racismo. Sendo assim, já que o problema é a pobreza e não o racismo, o autor defende que os programas sociais têm sido inconsistentes, deixando de atingir o alvo desejado.

O recurso encontrado, por Kamel (2006), para solucionar o problema das desigualdades sociais, seria, então, investir maciçamente na educação básica, na escola, ou seja, o autor defende que o Estado deve propiciar melhores meios de acesso ao conhecimento. Isso seria possível através de uma educação de qualidade, capaz de formar cidadãos capacitados para o mercado. Cidadãos capazes de competir em igualdade de condições com os demais.

Portanto, Kamel (2006) conclui que a causa das desigualdades sociais seria solucionada através de políticas universais e, não ações focalizadas como a reserva de vagas. Porém, o autor deixa de assinalar as desigualdades históricas, de oportunidade, que marcaram a formação do cenário brasileiro.

Maggie e Fry (2002) são autores que também desaprovam o modelo de política afirmativa que vem sendo implementado no Brasil e destacam a importância dos novos contornos que o termo “raça” tem adquirido na sociedade brasileira. Nesse sentido, eles analisam como a postura do governo, em relação à questão racial, mudou radicalmente no período compreendido entre a promulgação da Constituição de 1988 e a III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e

⁷ O Estatuto é um (Projeto de Lei) conjunto de ações afirmativas, reparatórias e compensatórias (...) reúne um conjunto de ações e medidas especiais que, se adotadas pelo Governo Federal, irão garantir direitos fundamentais à população afro-brasileira.

Disponível: <<http://www.senado.gov.br/web/senador/paulopaim/Grandes%20Temas/Igualdade%20Racial/Estatuto%20da%20Igualdade%20Racial.pdf>>. Acesso em 20 de Out. 2006.

Intolerâncias Correlatas (Durban/2001).

Sob essa ótica, eles apontam que o debate sobre a instituição de ações afirmativas ganhou quorum somente depois de consumados os fatos, ou, quando já havia se transformado em política pública.

Portanto, a política de cotas raciais foi, segundo os autores, imposta pelo Estado à população brasileira e às camadas populares, que foram obrigadas a definirem-se racialmente. Essa problemática, sob essa ótica, gera um tratamento desigual na luta por vagas nos serviços públicos e nas universidades.

Na perspectiva dos autores, a Constituição de 1988 reconhece e condena o racismo, tanto que o considera como crime inafiançável. Já as decisões propostas em Durban (2001) “quebraram” a longa tradição formal republicana brasileira ao propor “ações afirmativas” de reconhecimento e reparação com a escravidão e cotas nas universidades públicas.

Ocorre, portanto, o reconhecimento de uma mudança radical no paradigma racial brasileiro. Ao mesmo tempo, surgem várias críticas que se opõem à postura adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (que em 2001 adotou a Política de Cotas para “negros e pardos”).

Essa oposição é justificada por Maggie e Fry (2002), principalmente, pela maneira como foi colocada em prática, ou seja, os autores afirmam que esse debate não foi objeto amplo de debate público e sim imposto verticalmente (de cima para baixo).

Para os autores, a natureza da mudança está mais claramente definida nas palavras “raça” e “racismo” que, na Constituição de 1988, são repudiadas como critério de distinção. Já nas medidas pós-Durban, eles verificam um rompimento com a ideologia do país da mistura, uma vez que, são propostas ações afirmativas em prol de uma população específica, os negros.

Ou seja, o que os autores pretendem enfatizar é que, ao se criar políticas diferenciadas, rompe-se com o ideário de igualdade racial proposto na Constituição de 1988 e com o princípio da universalidade das políticas.

Em contraposição a essa ótica, César (2007) afirma que a igualdade de direitos não significou a igualdade de fato:

Embora a demanda dos afro-brasileiros vinculasse o direito à diferença ao direito de ser tratado como igual na aquisição de direitos, bens materiais e recursos públicos, na prática, houve uma resistência da própria sociedade em conceder equidade jurídica e política a essa demanda. (CÉSAR, 2007:19).

Sob essa ótica, será que podemos afirmar que vivemos numa igualdade de direitos, ou numa igualdade formalizada abstrata?

Em outra direção, Maggie e Fry (2002) apontam que, criar políticas focalizadas seria

“imaginar o Brasil composto não de infinitas misturas, mas de grupos estanques: os que têm e os que não têm direito à ação afirmativa, no caso em questão, “negros e brancos””. (MAGGIE E FRY, 2002:95).

Essa idéia de classificar-se como negro ou branco é vislumbrada pelos autores como o “falecimento da utopia” e dos “mitos históricos”: “... parece claro que o cidadão brasileiro (...) não poderá mais de se identificar como o Macunaíma do Modernismo Brasileiro: agora ele terá que pertencer a uma “raça ou outra””. (MAGGIE E FRY, 2002:95).

Em contrapartida, verificamos em Brandão (2004:18-19) uma crítica a esse “utopismo”. Assim, o autor argumenta que, na finalidade de se alcançar um avanço nas relações raciais brasileiras, é necessário criar oportunidades de ascensão para as camadas desfavorecidas como os negros.

A oportunidade e a necessidade das políticas de ação afirmativa e das políticas de cotas para ingresso na universidade se colocam com força se de fato desejamos avançar na construção de um país que ao se refletir criticamente ultrapassa o plano dos mitos e dos ideais por mais que estes possam ser belos e românticos. (BRANDÃO, 2004:18-19).

Ou seja, o que Brandão (2004) pretende enfatizar é exatamente oposto ao que Maggie e Fry (2002) defendem. Assim ele argumenta que: indivíduos desiguais devem ser tratados de forma diferenciada, através de políticas preferenciais e focalizadas. Sendo necessário, para tanto, que haja uma discriminação positiva capaz de instaurar reparações, compensar perdas e indenizar os prejudicados “da História”.

Brandão (2004) aponta que a implementação das cotas raciais são de extrema importância para um país como o Brasil, uma vez que estas podem representar um instrumento que permita, às minorias atingir algum grau de mobilidade social.

Ainda nessa direção, podemos destacar outra argumentação favorável à implementação de cotas raciais, verificada em César (2007):

...numa sociedade desigual como é o caso da brasileira, as ações afirmativas para os grupos identificados racial ou socialmente, apenas traz o benefício de possibilitar-lhes maior igualdade de condições de acesso aos bens e direitos constitucionalmente protegidos. (CÉSAR, 2007:20).

Assim, a autora pretende enfatizar que, ao buscar tratar desigualmente pessoas desiguais em direitos e oportunidades, firma-se um novo pacto social, munido de justiça redistributiva e maior participação em relação ao todo social. Desta forma, garante-se maior igualdade social.

Em contraposição, Maggie e Fry (2002), criticam abertamente a postura defendida por Brandão (2004) e César (2007), por acreditarem que a implementação de cotas raciais gera

uma bipolarização racial no Brasil.

Podemos, ainda, mencionar outros argumentos utilizados pelos autores supracitados, que se opõem exaustivamente às políticas raciais:

- 1) Acreditam que não é possível ““corrigir” séculos de desigualdade (...) por meio de uma política de custo zero”. (MAGGIE e FRY, 2002:106);
- 2) As cotas poderão incentivar maiores atritos raciais;
- 3) Não se acaba com o racismo “celebrando” o conceito de raça e/ou baseando políticas neste;
- 4) Quando as ações são legitimadas pelo Estado, elas se tornam obrigação de submissão dos sujeitos e, neste caso, de submeter-se à classificação racial bipolar.

Portanto, verificamos que Maggie e Fry (2002) defendem que, o impacto negativo das ações afirmativas de cunho racial, para a sociedade, não pode ser subestimado. Além disso, ainda acreditam em ações universalistas.

Deste modo, a solução proposta, por eles, seria instituir políticas mais neutras. A exemplo da criação de escolas públicas de melhor qualidade, para propiciar condições iguais de concorrência.

Todavia, argumentam que as ações afirmativas são mais baratas que políticas de transferência de recursos para a educação: “[...]é mais fácil apoiar cotas que não afetam e tampouco custam absolutamente nada, redenção de graça”. (MAGGIE E FRY, 2002:102).

Ao contrário do que é defendido por Maggie e Fry (2002), favoráveis à criação de políticas universalistas, César (2007) argumenta que seria ineficaz trabalhar com uma redistribuição universal, em um país extremamente desigual, como o Brasil. E ainda afirma que as “políticas universais de cunho liberal somente tendem a perpetuar as desigualdades já distribuídas”. (CÉSAR, 2007:17).

Em outro trabalho, Maggie (2005) destaca como que a implantação, em 2004, da política de cotas na Universidade de Brasília (UNB) adquiriu ares de extrema polemização, uma vez que, como já citado anteriormente, constatou-se biologicamente a existência de uma única raça, a raça humana.

A maior crítica da autora ocorre em relação à constituição de uma comissão na UNB, composta por um representante do movimento negro e um Antropólogo, que avalia quem realmente é negro. Essa prática é denominada, por ela, como “peritagem racial”.

Nessa direção, a autora aponta que está ocorrendo um desrespeito à auto-classificação racial, pois existe uma forma de seleção que decide quem é negro e quem não é, ou seja, quem está apto ou não a ser beneficiado pelo sistema de cotas. E ainda adverte:

O Brasil ao longo do século XX lutou desesperadamente para extinguir a

marca que o racismo do século XIX imprimiu sobre o nosso povo. Foi o modernismo que com todas as suas imperfeições lutou pela instituição de um outro paradigma no qual a "raça" não marcava indelevelmente os indivíduos. (MAGGIE, 2005: 288).

Na concepção de Maggie (2005), tal atitude adotada pela UNB, propicia alguns questionamentos sobre a legitimidade da Antropologia, para definir, ou classificar raças, uma vez que, fez dissolver o princípio e o respeito à auto-classificação, ou ainda: “operou uma ruptura com uma espécie de ‘acordo tácito’ que vinha vigorando no processo de implantação do sistema de cotas no país...” (MAGGIE, 2005:286).

Nessa direção, a norma implantada, pela UNB, para coibir as fraudes, criou o que a autora denomina de “tribunal racial” e os Antropólogos tornaram-se “classificadores de raças”. Em sua concepção, “as cotas em si implicam numa lógica que se opõe radicalmente ao nosso sistema de classificação racial dominante (auto-classificação)”. (MAGGIE, 2005:287).

Desta forma, o que Maggie (2005) pretende enfatizar, é que as lutas pela extinção da marca do racismo não alcançaram o objetivo desejado. Sob esse aspecto, a partir do momento e que se instituíram cotas, o Estado obrigou os sujeitos a se classificarem. Deste modo, na concepção da autora, as cotas vieram para refazer o nosso sistema de classificação racial e dividir (bipolarizar) a sociedade em negros e brancos.

Nessa direção, as políticas afirmativas para negros, no Brasil, são compreendidas, por Maggie (2005), assim como para Kamel (2006), como um retrocesso metodológico, pois, contribuem para segregar as raças, ao estabelecer um sistema de classificação racial, impedem que haja um trânsito livre entre os segmentos, colocando um fim na idéia de raça única, de "raça humana".

Portanto ela conclui:

Não há raças humanas, mas raça humana. Sendo assim, um “tribunal” do tipo inaugurado na UNB só faz colocar a nú o que está por trás das cotas raciais, ou seja, o ideário racial que instaurou no mundo a separação e a marca que cria sociedades divididas. (MAGGIE, 2005:290).

Maggie (2006), portanto, trata a reparação proposta pelas políticas raciais, como utópica e pré-estabelecida. Assim, a autora, argumenta e enfatiza que o peso da reparação não pode recair sobre os jovens brasileiros. Assim, em sua concepção, a Constituição Federal de 1988 precisa ser revista, pois, os impactos da implementação de cotas raciais recaem como punição aos jovens da atualidade e castigar crimes raciais seria incompatível com ações de reconhecimento e reparação para com a escravidão.

A autora aponta que o Brasil do século XXI, pós-Durban, passou a adotar uma

proposta de modificação da nação. A Constituição Federal (1988) e seus arcabouços tratavam todos os cidadãos como iguais. Agora, Maggie (2006) argumenta que querem bipolarizar a nação entre negros e brancos, tratando desigualmente os desiguais.

Nessa direção, a autora vislumbra e trava severas críticas ao movimento que atua no sentido de construir um modelo estatístico da sociedade brasileira, cujas raízes buscam descrever a vida social como uma tabela mensurável. Assim, ela aponta que, essa corrente surgida pós-Durban, utiliza do discurso da existência de um “fosso” entre brancos e negros e esse discurso vem se tornando hegemônico.

Maggie (2006:742) elabora um ensaio, cujo propósito está em tentar compreender “sobre que nação desejamos”. Tal estudo foi realizado nos anos de 2005 e 2006 em 21 escolas cariocas (19 estaduais, 01 federal e 01 particular). É composto por uma observação participante que descreve o cotidiano das escolas cariocas, ou seja, como os jovens pobres compreendem e vivem o tema do racismo na vida cotidiana.

Podemos observar que em seu estudo, Maggie (2006) conseguiu observar alguns pontos extremamente relevantes em suas conclusões e ainda, puderam subsidiar sua discussão.

Entre as conclusões apontadas pela autora, percebemos que os temas racismo e discriminação não foram considerados de grande importância na concepção dos jovens pesquisados. Assim, havia outros assuntos mais discutidos, como a qualidade da escola e dos professores. Portanto, “preconceito e discriminação não são, até agora, tema central na vida dos estudantes dessas escolas” (MAGGIE, 2006:747).

Dessa forma, a autora aponta que existem outros problemas mais relevantes do que a discriminação racial. Como se houvesse uma “hierarquia de preconceitos” e os xingamentos referentes à raça estivesse em segundo plano, não revelando grande preocupação para os estudos da autora.

Sob esse aspecto, Maggie (2006) conclui que os marcadores raciais não possuem representação significativa nas escolas estudadas. Isso significa, em sua concepção, que talvez não seja lícito criar políticas baseadas na raça, uma vez que, não seria justo transferir as responsabilidades do passado para os jovens da atualidade.

A autora pretende enfatizar que ao criar esse tipo de política reparatória, podemos transformar as escolas em espaços segregados entre brancos e negros. Portanto, ela trabalha no sentido de alertar contra as políticas raciais, sendo que essas podem punir as pessoas erradas e ainda:

...farão recair sobre os ombros desses jovens não só as responsabilidades como as possíveis conseqüências de uma política baseada na “raça” para

reparar “o erro histórico da escravidão” parece ser um caminho sem volta. (MAGGIE, 2006:748).

Sendo assim, a autora avalia a reserva de vagas e o Estatuto da Igualdade Racial, como construções de barreiras intransponíveis, sem nenhuma resposta em longo prazo, ou ainda, reproduzindo um antigo discurso do que Arendt (2004) via nos EUA dos anos 50: “... como se todas as partes envolvidas soubessem muito bem que nada estava sendo realizado sob o pretexto de que alguma coisa estava sendo feita”. (ARENDR, 2004:265 *apud* MAGGIE, 2006:749).

Já para Munanga (2003), a questão das ações afirmativas é compreendida sob outro aspecto:

Finalmente, a questão fundamental que se coloca não é a cota, mas sim o ingresso e a permanência dos negros nas universidades públicas. A cota é apenas um instrumento e uma medida emergencial enquanto se busca outros caminhos. Se o Brasil na sua genialidade racista encontrar alternativas que não passam pelas cotas para não cometer injustiça contra brancos pobres – o que é crítica sensata – ótimo. (MUNANGA,2003).

Portanto, para o autor, o que se pretende garantir é o melhor meio de permitir que os “herdeiros” do sistema escravista tenham acesso ao ensino e, conseqüentemente, consigam galgar espaços mais favoráveis na escala social. Assim, ele critica o discurso que se opõe às cotas raciais sem propor outras alternativas, e, ainda afirma, que é um descaso histórico com os negros, sendo “...uma maneira de reiterar o mito da democracia racial, embora este já esteja desmistificado”. (MUNANGA, 2003).

Nessa mesma direção, alguns intelectuais, como Brandão (2005) e Heringer (2002), em conjunto com o Movimento Negro, vêm apostando na discriminação positiva como forma de correção das injustiças históricas e reparação da dívida com os negros.

2.3) A virada ideológica

Em seu livro, que reúne um conjunto de avaliações acerca de experiências concretas, de variadas Políticas Raciais, em vigor no Brasil, Brandão (2007) argumenta que, o século XXI representa uma virada ideológica, que consolida uma “nova imaginação nacional”.

Essa nova etapa é caracterizada, segundo Brandão (2007), pela introdução da discussão das desigualdades raciais na agenda do Estado, ou seja, surge a preocupação com a implementação de políticas racialmente orientadas, apesar dos inúmeros argumentos contrários às políticas diferenciadas por cotas.

Portanto, as discussões acerca das cotas e/ou reserva de vagas, passam por correntes antagonicas. A corrente que se opõe à implementação de políticas raciais as classificam como

um passo no escuro, uma vez que, apostam em riscos futuros incalculáveis. Já Brandão (2007), argumenta que os questionamentos desfavoráveis tornam-se insustentáveis perante a dureza real dos dados socioeconômicos.

Sendo assim, Brandão (2007), organiza sua coleção no intuito de buscar responder às posições contrárias à implementação de políticas raciais no Brasil. Trata-se de dados concretos, retirados de experiências já colocadas em prática em sete universidades públicas brasileiras, que, segundo ele, visam cobrir uma lacuna analítica e contribuir para a institucionalização definitiva de políticas afirmativas, de cunho racial, em nosso país.

Uma das abordagens, presentes no livro, organizado por Brandão (2007), que merece grande destaque devido a sua natureza extremamente analítica e atual, pode ser visualizada em Cordeiro (2007).

Nessa abordagem, a autora expõe que as desigualdades sociais no Brasil, ocorrem em decorrência da discriminação racial, que tem suas raízes na história da humanidade e se perpetua largamente em nosso país. Em sua concepção, a história do negro, pós-escravidão, é pautada por ocupações menos privilegiadas nas escalas econômica e social, ou seja, “... os negros [...] não conseguiram ascensão social ou econômica [...] sendo raros os que escaparam de tal sorte.” (CORDEIRO, 2007: 83).

Ocorre, entretanto, na corrente oposta à implementação de políticas raciais, uma cultura da negação do racismo reproduzida na ideologia da democracia racial, que esconde uma realidade marcada por ausência de condições iguais para negros e brancos na sociedade de classes.

No Brasil existe uma cultura política de negação do racismo calcada no mito da “democracia racial” [...] (que) se baseia no processo de miscigenação (e) apenas camufla o racismo existente. (CORDEIRO, 2007:83).

A autora aponta que a academia brasileira negligencia a questão racial e se apega apenas à desigualdade social, sem levar em conta a associação existente entre os dois fatores.

Assim, os críticos, contrários às políticas raciais, políticas de afirmação, reparação e promoção de direitos, se detêm na idéia da meritocracia, da universalização da concorrência, como defendido em Maggie (2006), ignorando as dificuldades históricas de populações específicas, como os negros, e nivelando todos. Ou seja: “só vencem os melhores, os mais capazes, e, no caso brasileiro os brancos ricos e depois os brancos pobres”. (CORDEIRO, 2007:84).

Nesse contexto, a autora defende que é necessário criar meios diferenciados, para os negros (excluídos duas vezes: por pobreza e raça), de acesso à educação, principalmente à

superior, através de políticas específicas (focalizadas), na finalidade de gerar empoderamento e propiciar novas posições e maior igualdade na sociedade de classes.

Para embasar sua posição, a autora cita Popkewitz (1997), cuja discussão defende argumentos em prol do “conhecimento oportunizado” como caminho para uma sociedade melhor e mais justa, que propicie o acesso a todos os seus membros e não somente às elites. (POPKEWITZ, 1997 *apud* CORDEIRO, 2007:111).

Deste modo, a autora conclui, enfatizando que a presença dos cotistas na academia é de extrema importância, pois trará a (polêmica) democracia racial, de modo que as “subvozes” poderão participar da construção de um novo discurso acadêmico, na construção de uma nova relação pedagógica e social, ou seja, o negro inserido ativamente no processo.

Uma outra abordagem, de grande relevância, contida na obra organizada por Brandão (2007), é desenvolvida por Barreto (2007), cujas conclusões apontam que a implementação de ações afirmativas é resultado da maior visibilidade (denúncias do Movimento Negro e comprovações com dados empíricos) que o racismo à brasileira tem gerado.

Dessa forma, a autora aponta que autores contrários às políticas raciais (ver Fry e Maggie (2004)), têm utilizado um discurso sobre as consequências negativas da bipolarização racial (racialização). No entanto, Barreto (2007) acredita que essa racialização já existe antes mesmo da implementação de qualquer ação afirmativa. Para a autora, o racismo é intrínseco à sociedade brasileira, e ainda:

Para além das divergências existentes entre os defensores e os opositores da criação de reserva de vagas para negros no Brasil, é preciso levar em conta que o racismo é multidimensional, que, na maioria das vezes, combina segregação e assimilação. (BARRETO, 2007:137-138).

Sendo assim, podemos verificar que a autora propõe como solução para o enfrentamento do racismo, a combinação de políticas universais e focais, ou seja, que incluam ações diversas, combinando “igualdade de oportunidades e a igualdade de resultados”. (BARRETO, 2007:138).

Na prática, o que a autora pretende enfatizar, pode ser verificado em programas, já implementados que se complementam, a exemplo do Projeto Afro-Atitude, que, além das cotas, concilia bolsas de ajuda de custo e a criação de oportunidades de extensão, pesquisa e monitoria.

Sob esse aspecto, a autora destaca que a importância dessas “políticas conciliadas” está em garantir, além do acesso à universidade, a permanência dos cotistas, e, ainda integrá-los em espaços mais amigáveis, diminuindo o sentimento de inferioridade gerado pela exclusão social e racial.

Portanto, Barreto (2007), enfatiza as dificuldades em tal empreendimento, mas conchama todos à reflexão dessas experiências inovadoras, na busca por instituições universitárias mais democráticas.

Na mesma direção, temos o estudo de Vieira (2007), em que verificamos como o debate acerca das relações raciais tem ganhado espaço nas universidades públicas, principalmente no início do século XXI. Observamos ainda, quão polêmicas se tornaram as ações afirmativas a partir de 2002, quando adotadas pelas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse cenário de emergência de políticas raciais, a autora chama a atenção para a falta de inovação nos argumentos daqueles que criticam as políticas raciais:

Mesmo que não sistematizados, os argumentos variam entre a dificuldade de identificação da população negra em um país como o Brasil, marcadamente miscigenado e a acusação de que os negros beneficiários do sistema de cotas não teriam condições mínimas de “suportar” a carga universitária. (VIEIRA, 2007: 227-228).

Para a autora, essas posições são completamente absurdas e encerram um enorme preconceito de origem racial, uma vez que, “a performance dos cotistas é absolutamente compatível com as atuais exigências”. (VIEIRA, 2007: 229).

Ao contrário do que afirma Kamel (2006), que a causa das desigualdades sociais é a pobreza e não o preconceito, Vieira (2007) afirma que a população negra tem sido marginalizada no acesso à universidade “não por ser pobre, mas por sua negritude”. (VIEIRA, 2007: 230).

Contrariando, também, aqueles autores que criticam as cotas raciais porque acreditam que elas segregam os espaços entre negros e brancos, (ver Maggie, Kamel e Fry) a autora disserta:

Os dados iniciais demonstram que a universidade torna-se mais diversa sob o prisma racial (...) tendo oportunidades mais justas e condizentes com o processo histórico e social a que foi submetida a população negra, sem romper com critérios e padrões éticos e morais de larga aceitação em sociedades competitivas. (VIEIRA, 2007: 231).

Nesse sentido, ao analisar um caso específico, na Universidade do Estado do Mato Grosso (UENMAT), a autora também propõe analogias que possibilitam alargar o seu discurso para outros casos mais genéricos. Assim, ela defende que o sistema de cotas raciais rompeu com o secular silenciamento que envolvia as relações raciais no Brasil e estabeleceu novos sentidos para o exercício da cidadania. Portanto, o sistema de cotas ainda é encarado como um “passo modesto”, mas com proporções futuras incalculáveis:

...o pano de fundo não se restringe a sua faceta mais visível, qual seja: elevar significativamente a presença negra nos bancos universitários e por extensão formar uma geração negra detentora de saberes múltiplos, inclusive o científico, permitindo influir na formulação de políticas públicas num futuro bem próximo. (VIEIRA, 2007: 235).

Sendo assim, a autora destaca que os críticos dessas políticas precisam dialogar com o contexto histórico com o qual elas se justificam, pois, os benefícios foram distribuídos de forma excludente e concentrada, prejudicando aqueles “esquecidos historicamente”: os negros.

Finalmente, Vieira (2007) conceitua as políticas raciais (cotas) como ousadas e inovadoras, capazes de estabelecer outros patamares de desenvolvimento do país através da educação superior, podendo constituir um dos capítulos mais importantes da questão racial, no Brasil.

Ainda na mesma direção, Brandão e Da Matta (2007) avaliam a implementação da política de cotas raciais que vigora na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Tal trabalho é composto por uma avaliação da política de reserva de vagas, realizado através de um estudo com os alunos que ingressaram, na universidade, no ano de 2003.

Na UENF a realidade é descrita da seguinte maneira: das 415 vagas preenchidas no vestibular, 171 foram ocupadas por cotistas, ou seja, 41,21%. Deste total, 17,59% foram preenchidas por negros e pardos, 8,67% por negros e pardos egressos de escola pública e 14,94% por egressos de escola pública que não se declararam.

Para atingir os objetivos necessários, os autores, buscaram estruturar o trabalho e responder aos questionamentos iniciais, adotando os seguintes passos:

- 1) Apresentar as notas de acesso, obtidas no vestibular de 2003;
- 2) Verificar os coeficientes de rendimento acumulado (CRA) nos dois primeiros períodos de cada curso;
- 3) Fazer um mapeamento sobre a evasão dos alunos.

Assim, no decorrer do trabalho, alguns aspectos de relevância foram sendo destacados pelos autores como o percentual de “cotistas” é mais elevado nos cursos mais disputados do vestibular, a menor nota de ingresso foi obtida por cotistas negros da rede pública e a maior nota se localiza entre os cotistas negros e, posteriormente, pelos não-cotistas. Ainda constataram que não existe nenhuma relação entre a média da nota de entrada com o CRA. Deste modo, os autores puderam constatar:

...o mito de que os índices de desempenho de não cotistas seria separado por um abismo cai completamente por terra (...) desfazem mais um mito, o de que os cotistas não conseguiriam se manter na universidade e evadiriam em

massa”. (BRANDÃO E DA MATTA, 2007: 74).

As constatações empreendidas pelos autores geraram as seguintes conclusões: Os não-cotistas obtiveram significativa vantagem, em relação aos cotistas, no que tange a nota de ingresso. Entretanto, essa realidade é transfigurada quando se analisa o aluno já inserido à universidade. Ou seja, não existe relação entre a nota de ingresso e o rendimento acadêmico.

Portanto, na concepção dos autores, os variados argumentos contrários à reserva de vagas não possuem base empírica, e, então, não se sustentam como verdadeiros. Assim, a seleção dos alunos para a universidade não deve se pautar pelo mérito (nota de ingresso), uma vez que, essa realidade se transfigura quando o aluno ingressa na universidade.

Essa constatação nos indica a necessidade de reforçar a crítica à noção abstrata do mérito e às formas que até então vem sendo mobilizadas pela universidade pública para auferi-lo. (BRANDÃO E DA MATTA, 2007: 77).

Deste modo, os autores pretendem enfatizar que manter um patamar inicial mínimo de notas para o acesso à universidade, não é o melhor meio de selecionar os candidatos, uma vez que, existem outros fatores que influenciam essa inserção, como variáveis socioeconômicas:

O uso da nota de ingresso como critério único para acesso à universidade, se funda sobre uma lógica arbitrária que somente se mantém às custas do esquecimento do caráter social dos diferenciais de erro e acerto no vestibular. (BRANDÃO E DA MATTA, 2007:78).

Portanto, elaboram respostas às argumentações contrárias à implementação de “cotas raciais”:

- 1) Reservar vagas orientadas pela raça seria oferecer chances educacionais para indivíduos que poderiam estar condenados à exclusão do acesso ao ensino superior de qualidade;
- 2) A reserva de vagas raciais possibilita a criação de um corpo discente multipolarizado diverso, que propicia trocas mais sistemáticas, profundas e positivas para o resultado final, ou seja:

...a diversidade de indivíduos formados após o término de seus cursos significa o oferecimento de uma gama muito mais ampla de intelectuais e profissionais, capazes de responder a um maior número de demandas sociais. (BRANDÃO E DA MATTA, 2007:78).

Nessa direção, os autores concluem que as “cotas raciais” possibilitam alcançar a igualdade racial através da combinação de ações do estado e da sociedade civil. Possibilitam ainda, uma inserção mais profunda e pessoal dos negros, pois “... as escolhas refletem muito mais a avaliação das possibilidades reais”. (BRANDÃO E DA MATTA, 2007:79).

2.4) Da Democracia Racial às Políticas de Promoção de Direitos

Finalmente, compreendemos que os conceitos relacionados à raça, no Brasil, passaram por mudanças paradigmáticas que contribuíram para transformar as maneiras de abordar a trajetória dos negros brasileiros.

A idéia de democracia racial, que defende a idéia de uma presente harmonia entre as raças, foi substituída pela certeza de uma intensa marginalização das "raças" consideradas inferiores, como os negros, mulatos e indígenas.

A partir do reconhecimento da existência do racismo, como um dos elementos centrais da desigualdade brasileira, o Estado começou a ser pressionado, no sentido de ampliar o reconhecimento do papel exercido pelo negro, através de políticas públicas que lhe conferisse cidadania e direitos humanos.

Assim, desde o reconhecimento legal por parte do Estado e da existência de racismo no Brasil, apesar da constatação biológica de raça única, vários encontros foram promovidos com o intuito de se chegar a um consenso sobre a melhor forma de reparar os negros pelos séculos de expugnação.

Dentre os encontros promovidos, podemos destacar o principal deles: **A III Conferência Mundial sobre o Racismo, ocorrida em Durban, no ano de 2001**, que culminou em resultados positivos para aqueles que apóiam a introdução de políticas raciais em que o Governo Federal anunciou, em cinco de Setembro de 2001, um programa de ação afirmativa com base no fator racial, que visava:

Reduzir as desigualdades de oportunidades, estabelecendo cotas por raça para a participação de homens e mulheres negros em posições administrativas e concursos públicos, assim como medidas para garantir às comunidades negras acesso ao crédito rural. (TELLES, 2003:96).

De acordo com o RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2005, a definição relegada às ações afirmativas exprime que estas significam:

Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário que tem por finalidade combater toda e qualquer forma de discriminação e também reparar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado. O objetivo das políticas de ação afirmativa é a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego, nas populações de menor renda e em situação mais crítica. (PNUD, 2005:119).

Deste modo, o PNUD (2005:119) destaca os objetivos a serem conquistados pelas ações afirmativas: "possuem objetivos a curto, médio e longo prazo, como a implantação da

diversidade e a ampliação da representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores”. Percebemos que entre as políticas de ações afirmativas que estão sendo experimentadas no Brasil, a mais polêmica é o projeto de lei que institui o estatuto da igualdade racial e, dentro dele, o sistema de cotas raciais. Sob este ponto, Domingues (2005) destaca:

Na verdade, as cotas constituem mecanismos extremos de ação afirmativa: é a reserva de um percentual determinado de vagas para um grupo específico da população (negros, mulheres, gays, entre outros), principalmente no acesso à universidade, ao mercado de trabalho e à representação política. (DOMINGUES, 2005:166).

Desta maneira, percebemos que o recente debate sobre políticas afirmativas no Brasil está proporcionando questionar a história das minorias discriminadas e segundo afirmação de Silvério (2002):

Tais políticas têm servido, em vários países, para minimizar os pesados custos sociais para populações que foram colonizadas, externa e internamente, em países hoje considerados multirraciais e ou multiétnicos, que procuram pautar-se pela construção e aprofundamento dos ideais democráticos. A discussão em torno das políticas de ação afirmativa como uma via alternativa de resolução dos conflitos resultantes das desigualdades raciais e de gênero tem implicado uma profunda revisão dos pressupostos do liberalismo ou, mais precisamente, dos limites e possibilidades daqueles pressupostos para a solução de problemas contemporâneos (...) desde o surgimento do liberalismo existe uma tendência, ou ao menos uma preocupação de eliminar, paulatinamente, as desigualdades sociais. (SILVÉRIO, 2002:220-221).

Portanto, compreendemos que o debate acerca das ações afirmativas no Brasil, teve como ponto de partida a III Conferência de Durban. A partir de então, o governo brasileiro comprometeu-se internacionalmente com a luta contra a discriminação racial, uma vez que, fora pressionado por parte do Movimento Negro, de alguns intelectuais e de representantes de diversos países africanos.

Assim, após a III Conferência de Durban, as reivindicações por políticas de ações afirmativas começaram a ocupar maior espaço no cenário nacional, ressaltando o papel da mídia, da arena política e as demais práticas, inclusive no que diz respeito à educação básica e superior. Sendo assim, evidenciamos que a III Conferência de Durban foi um marco estratégico para as ações de reparação histórica que seriam desenvolvidas em prol da população negra brasileira.

Sendo que o racismo foi reconhecido como um dos elementos principais da desigualdade racial no Brasil, houve muitas pressões ao Estado, especialmente por parte do Movimento Negro, na busca de reconhecer o papel exercido pelo negro através de políticas que lhes conferisse cidadania e direitos humanos.

Portanto, o Movimento Negro, como sujeito da história, sempre travou muitas lutas em busca do reconhecimento da situação desigual do negro brasileiro. Seu combate contra o racismo chega à atualidade de modo bastante forte e atuante, e a discriminação racial ganhou

uma ampla visibilidade social, o que forçou mais uma vez o debate sobre a questão racial no Brasil e a situação subalterna dos negros. Sobre esta questão Silvério (2002) discorre:

Resultado de uma árdua luta realizada pelos movimentos negros nas duas décadas anteriores, nos anos 90 do século XX presenciamos uma mudança de postura significativa, em todos os segmentos da sociedade brasileira, em relação ao tratamento das questões da população negra no país. Dentre os fatores que mais contribuíram para a maior visibilidade das desigualdades sociais entre negros e brancos podem-se destacar o aumento e a divulgação de pesquisas empíricas; o surgimento de vários conselhos de desenvolvimento e participação da comunidade negra, no plano estadual e municipal; e o reconhecimento oficial, em 20/11/1995, no plano federal, da existência da discriminação racial e do racismo, com a implantação por meio de decreto do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI –, com a função de estimular e formular políticas de valorização da população negra. (SILVÉRIO, 2002:227).

Então, a partir das pressões exercidas pelo Movimento Negro e do reconhecimento por parte das autoridades brasileiras, o racismo passou a ser analisado como algo intrínseco à realidade do Brasil e como o maior empecilho ao desenvolvimento dos negros.

Desde o reconhecimento legal do Estado, da existência de racismo no Brasil, muito se buscou, em termos políticos, para se chegar a um consenso sobre a melhor forma de reparar os negros pelos séculos de subjugação. Uma forma encontrada para minorar a dívida secular, que culminou na situação de desvantagem vivida pelos negros, foi a introdução de políticas afirmativas ou compensatórias que visam reduzir as desigualdades sociais geradas pelo escravismo, devolvendo a dignidade humana e integrando os negros à sociedade de classes.

Dentre essas políticas pode-se destacar a criação do Projeto de Lei do Estatuto da Igualdade Racial, a criação da reserva de vagas ou cotas para negros nas instituições de ensino superior, a implementação da disciplina "História Geral da África e do Negro no Brasil" no ensino fundamental e médio, etc.

O Debate em torno das políticas afirmativas no Brasil nunca foi tão representativo quanto agora, nunca se discutiu tanto a questão racial e as polêmicas que giram em torno do assunto. Entretanto, mesmo tendo sido desvendado o caráter estrutural das desigualdades, alguns autores ainda se posicionam contrários à correção da dívida histórica para com os negros, utilizando um discurso que reproduz a visão e os interesses da “conhecida” Casa-Grande retratada em Freyre (1933). Ou, em outras palavras:

Sabíamos que ao defender essa bandeira, muito seriam contrários. Afinal, como dissemos, o preconceito está arraigado em nossa sociedade. Os argumentos dos conservadores de hoje são os mesmos dos escravocratas da época da abolição: eles consideram um erro o Brasil adotar ações reparatórias, compensatórias e afirmativas que beneficiem o povo negro. O Brasil está muito longe de ser um país onde todos sejam iguais. Essa

justificativa para não adotarmos as ações afirmativas no Brasil poderiam ter consistência se todos tivessem as mesmas oportunidades. Na realidade a sociedade não é igual e tratar pessoas de fato desiguais como iguais só amplia a distância inicial entre elas, mascarando e justificando a perpetuação das iniquidades. (Estatuto da Igualdade Racial, 2006).

2.5 Por que Criar Políticas Afirmativas?

Por compreendermos as diferenças históricas que sempre estiveram presentes na sociedade brasileira e que marcaram o cenário nacional com imensos prejuízos para os negros, procuramos adotar uma postura favorável às políticas afirmativas para o povo negro.

Nessa perspectiva, entendemos que as cotas raciais são extremamente necessárias nas universidades brasileiras, uma vez que introduzem um tratamento diferenciado para uma população que sempre foi marcada pela diferenciação do preconceito e do estigma da cor, numa sociedade fundada pela tradição do mérito.

Essa Meritocracia (Liberal) é representada, nas Instituições brasileiras de ensino superior, pelo sistema de seleção dos alunos que é pautado pelo vestibular, que segundo Brandão (2004:18):

[...]constitui um ótimo exemplo daquilo que GOMES (2000) denomina como a forma mais perversa de discriminação. A “discriminação por impacto desproporcional” dissimulada e encoberta pelo também abstrato conceito de igualdade perante a lei, reproduz os efeitos do racismo e da discriminação racial.

É perversa porque é dúbia: o capital cultural é diferenciado, a questão financeira é antagônica, as condições de acesso a uma educação de qualidade não são universais e além do mais, o racismo se faz presente e representa um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento.

Brandão (2004:17-18) se remete a (HASENBALG, 1979:220-221) para definir a trajetória dos negros como um “ciclo de desvantagens cumulativas”:

...que se coloca em todas as fases da trajetória de vida destes indivíduos [...] os negros, em maior número proporcional que os brancos, nascem em áreas pouco desenvolvidas, originam-se de famílias mais pobres, possuem dificuldades de realização escolar em todos os níveis de ensino e concentram-se em atividades ocupacionais desqualificadas e de baixo rendimento.

A partir desta problemática, nos questionamos: Será que é justo haver uma forma de concorrência igual numa sociedade tradicionalmente desproporcional e discriminatória?

As conclusões acerca deste questionamento nos permitem inferir que: As injustiças que permeiam a sociedade brasileira necessitam de correções. Essas correções serão alcançadas somente mediante políticas sociais diferenciadas (focalizadas), que tenham como princípio

norteador a busca de uma igualdade de oportunidades no acesso aos meios sociais.

A linha de análise adotada aqui possui bastante semelhança e atua em concordância com o que é defendido por Brandão (2004:18), que destaca:

A população negra que em muito maior medida que a branca freqüenta escolas desqualificadas e pouco produtivas, além de conviver mais profundamente e mais frequentemente com a pobreza e a destituição e enfrentar o racismo no cotidiano escolar desde o início de sua trajetória educativa, tende a sair perdedora nesta disputa. E apesar de tudo isto o vestibular é afirmado como uma forma de seleção que opera a partir do mérito individual.

Destarte, somos favoráveis à instituição de cotas raciais, entretanto, compreendemos que esse tipo de medida representa apenas um paliativo, ou seja, o início de uma reparação com os negros brasileiros, pois acreditamos que as ações devem ir muito além e proporcionar reformas consideráveis no sistema público de ensino, na escola. Devem incluir investimentos que visem elevar o nível do ensino nas instituições e propiciar uma educação de qualidade.

Para alcançarmos um avanço nas relações sociais brasileiras, necessitamos, assim como afirma Brandão (2004:18-19), criar oportunidades de ascensão para as camadas desfavorecidas, como os negros. Ou seja:

A oportunidade e a necessidade das políticas de ação afirmativa e das políticas de cotas para ingresso na universidade se colocam com força se de fato desejamos avançar na construção de um país que ao se refletir criticamente ultrapassa o plano dos mitos e dos ideais por mais que estes possam ser belos e românticos.

Finalmente, compreendemos que seres desiguais devem ser tratados de forma diferenciada, através de políticas preferenciais. Somos favoráveis a uma discriminação positiva que instaure reparações, que compense perdas, que indenize os prejudicados “da História”.

CAPÍTULO 3- CLASSIFICAÇÃO RACIAL NO BRASIL

3.1) As Variações Iniciais

Segundo Petruccelli (2007), a extensa gama de definições que remontam o cenário histórico brasileiro, se referindo aos povos que aqui habitavam e aos contatos travados entre eles, foi responsável por criar uma variada nomenclatura racial, dando conta da diversidade fenotípica e construindo identidades.

De acordo com o autor, na carta de Pero Vaz de Caminha (1500) ao rei de Portugal, encontra-se o substantivo **pardo** (que quer dizer intermediário, entre branco e mulato) para denominar as características fenotípicas dos povos que habitavam o Brasil.

Já no século XVIII, o autor aponta o surgimento do termo **mulato**, com Antonil (1985), para denominar os descendentes miscigenados de africanos. Esse termo parece adotar uma conotação pejorativa, sendo que a palavra mulato vem do termo mulo que representa a mula, um animal híbrido, resultante do cruzamento entre espécies diferentes e, portanto, associado à infecundidade.

Petruccelli (2007) afirma que no século XIX a definição de cor deixa de adotar uma abordagem fenotípica e passa a ser decidida seguindo critérios impostos pela legislação e administração brasileira, que poderia então, decidir a cor do indivíduo. Ou seja, ser negro não dependia da aparência nem das atitudes, muito menos da auto-classificação, era uma decisão que vinha de cima, imposta pelos grupos dominantes.

Ainda na abordagem do autor, no século XX surge o termo **mestiço** para designar os filhos dos senhores de escravos com as escravas negras. Esse termo surge em 1911, no 1º Congresso Universal das Raças, ocorrido em Londres.

Outro autor dessa época, destacado por Petruccelli (2007) é Roquette-Pinto (1912), responsável por criar nomenclaturas regionais para se referir à ascendência das três raças:

- Norte do Brasil – Caboclo;
- Pernambuco ao Rio de Janeiro – influência africana;
- Sul do Brasil – influência européia.

Entre 1940 e 1950, surgem novos estudos sobre a questão negra no Brasil, com Oracy Nogueira, que diferencia “preconceito de marca” e “preconceito de origem”, sendo o primeiro tipo relacionado à aparência e o segundo a ascendência.

Em tal estudo (NOGUEIRA, 1985 *apud* PETRUCCELLI, 2007) afirma que no Brasil ocorre o “preconceito de marca”, ligado aos traços físicos do indivíduo. Ao contrário dos Estados Unidos, cujo preconceito se manifesta em relação à ancestralidade.

Podemos perceber então, assim como aponta o autor, que *“a concepção de branco e não-branco, varia, no Brasil, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região”*. (NOGUEIRA, 1985 *apud* PETRUCELLI, 2007:18-19).

Existem, portanto, variadas terminologias com utilizações marcadamente regionais, históricas, geográficas e de classe, sendo importante destacar que tais nomenclaturas são utilizadas com a finalidade de classificar os seres produzidos pela miscigenação e, ao mesmo tempo, buscar afastar o Brasil dessa relação com os negros, inserindo-se, de acordo com o que se entende aqui, no contexto de branqueamento da população e conseqüente afastamento da identificação com a cor preta.

É sabido que os trabalhos reunidos por Petrucelli (2007) se enquadram na problemática das identificações de cor (classificação). Porém, a “arte” de classificar é marcada por assimetrias, ocorrendo uma relação de dominação simbólica entre quem classifica e quem é classificado, ou seja, são classificações marcadas por categorias oficiais, estabelecidas verticalmente, dos recenseamentos e pesquisas estatísticas utilizadas para mensurar as características populacionais. Fato que, para o autor, estratifica a sociedade através da codificação e da utilização de nomenclaturas pré-estabelecidas.

Em seu livro, Petrucelli (2007) aponta que as características de cor da população brasileira vêm sendo pesquisadas desde 1872 e durante esse tempo, até a atualidade, praticamente as mesmas categorias de classificação foram utilizadas, com exceção dos censos de: 1900, 1920 e 1970.

Sendo assim, é imprescindível destacar que as forma de mensuração, que abordam as características de cor da população brasileira, sempre foram objeto de grandes reflexões metodológicas, sendo de uso extremamente recente os questionamentos que relacionam a percepção da “cor” e identificação social, ou seja, só recentemente é que se começou a questionar de que forma as pessoas se classificam e/ou se percebem e se denominam enquanto pertencentes a uma categoria social, utilizando-se a “cor” como variável.

O trabalho de Petrucelli (2007) se insere nessa linha de análise e, para tal enquadramento, o autor aponta que a atribuição da cor é relacional, ligada a um contexto histórico-cultural específico: o universo da aparência. Assim, a percepção dos traços físicos não constitui característica natural e sim do “olho”, das aparências, fatos que fogem ao universo das essências, tratado como ilusão.

Entretanto, o autor afirma que no Brasil, o estudo da cor se apresenta como problemático. Exatamente por causa dessa dificuldade de classificação, gerada por alguns

fatores, como a intensa miscigenação, diferenças regionais, utilização de infundáveis substantivos que procuram especificar e/ou afastarem o brasileiro de classificações relacionadas aos negros, também se pode destacar os problemas de coleta, interpretação e utilização dos dados.

Nesse sentido, as maiores dificuldades nos estudos sobre percepção da “cor”, se inserem na imensa variabilidade de configurações conceituais. Essa multiplicidade de origens tem dificultado o resultado das análises, impedindo que se elucide o cerne da questão e propiciando que o conceito de etnicidade adote uma posição cada vez mais estratégica nas análises históricas e sociais.

É válido ressaltar que o conceito de etnicidade é múltiplo, abrange muitas variáveis que às vezes podem se confundir e dificultar a compreensão do problema. Para solucionar tal questão, das ambigüidades inerentes à classificação racial, Petrucelli (2007) propõe:

...uma elaboração conceptual prévia das variáveis que se pretende investigar, para só depois poder se definir a abordagem mais adequada à redação dos quesitos que pretendem ser incluídos na pesquisa. (PETRUCELLI, 2007:16)

O autor em questão, aponta para três dimensões que precisam ser diferenciadas, não podendo ser englobadas na mesma categoria de perguntas:

- 3.nacionalidade, naturalidade e ancestralidade;
- 4.cor e raça;
- 5.origem, ascendência e ancestralidade.

Deste modo, quando essas categorias são confundidas dentro de uma mesma atribuição, podem tornar a pesquisa bastante complexa, tanto na elaboração quanto na análise dos resultados.

Nessa direção, o autor afirma que o sistema de classificação racial brasileiro necessita contemplar todas as expressões de identidade e cor, toda a multiplicidade que permeia o cenário atual, levando a uma busca por maior reconhecimento e aceitação.

É válido ressaltar, sob esse aspecto, que o Brasil possui uma população intensamente miscigenada, dado as características que marcaram o cenário de colonização. Essa constatação do encontro de “naturezas” extremamente diversas fez emergir um discurso sobre a harmonia existente na convivência entre os “diferentes”, também conhecido como democracia racial, evidenciada por Gilberto Freyre (1933).

Essa abordagem surge por volta de 1930, influenciada pela Antropologia Cultural de Franz Boas (1858-1942), na qual a noção biológica de raça foi substituída pela noção de cultura e ficou conhecida como o Paradigma Cultural, em que se observa a notável

importância da obra "Casa Grande & Senzala" escrita por Gilberto Freyre em 1933. Nesta obra há uma grande preocupação a respeito da diversificada formação do brasileiro como povo.

Parece que a obra Casa Grande & Senzala foi uma resposta às teorias racistas que ainda persistiam nas diversas correntes interpretativas do Brasil (ver Nina Rodrigues, 1976; Oliveira Viana, 1923 e Silvio Romero, 1978). Freyre (1933) é apontado por Santos e Maio (2004), como o primeiro autor brasileiro a romper com a lógica racial, promovendo uma "revolução ideológica" que encontra na cultura luso-brasileira a "alma nacional" do povo brasileiro. A partir do culturalismo Freyriano chegou-se à conclusão de que não existiriam raças inferiores e superiores.

Essa perspectiva pode ser evidenciada em Casa Grande & Senzala, em que o autor adota uma visão amistosa e harmônica sobre a relação entre negros e brancos no Brasil, mostrando que a miscigenação "abafou" os efeitos da segregação entre senhores e escravos, unificando a sociedade e transformando-a em uma democracia racial.

Ao descrever a sociedade brasileira em sua obra, Freyre (2000) destaca que o "carro-chefe" da formação identitária do povo brasileiro é o modelo econômico e familiar adotado aqui, sistema este constituído de dois pólos, baseado no modelo Patriarcal (Casa Grande X Senzala): latifundiário, monocultor, escravocrata. Estes foram os responsáveis por determinar as relações entre brancos e negros, em que houve uma mudança nas relações sociais entre senhores e escravos, determinado pela intensa mistura de raças. Mesmo por que: *"A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre Casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala"*. (FREYRE, 2000:210).

Em Casa Grande & Senzala, Freyre (1933) tenta romper com as ideologias racistas, remetendo à miscigenação o papel essencial da conquista do trópico. Desta maneira, o autor defende a mestiçagem como forma de harmonizar as relações raciais, tratando-a como algo bom, em que a mistura teria criado possibilidades de adaptação ao clima tropical brasileiro, contribuindo para criar um ambiente amistoso e coeso.

Nessa etapa culturalista fica nítido um rompimento com o determinismo biológico e com a idéia de superioridade entre raças. Sendo assim, "Casa Grande & Senzala" classifica-se como uma obra revolucionária, sendo também o seu autor, Gilberto Freyre (1933), responsabilizado pela criação de um mito, o mito da democracia racial, que surgiu da caracterização harmônica e pacífica adotada pelo autor para descrever as relações raciais na sociedade brasileira, como expresso na passagem abaixo, a partir de Freyre (2000:312):

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado. (FREYRE, 2000:312).

Em tal perspectiva, o paradigma racial cede lugar a uma análise cultural dos negros, que passam a ser entendidos como "gente com alma" e possuidores de sentimento e cultura. Ao descrever um tipo de sociedade alicerçada em uma "suposta" reciprocidade, Freyre (2000) deixa uma lacuna a ser preenchida e desperta em estudiosos como Florestan Fernandes (1955) uma grande curiosidade em desvendar o porquê da convivência mútua da marginalização do negro com a harmonia racial pregada por Freyre (2000).

Dessa forma, o cenário de estudos raciais brasileiros começa a se modificar, cedendo espaço a uma nova abordagem sobre a questão negra no Brasil e nesse momento, percebemos o surgimento de um novo paradigma baseado nas relações entre classes.

Desse modo, essa democracia racial tornou-se um tema extremamente polêmico, transformando-se em foco de estudos. Assim, na década de 50, surgiu uma pesquisa patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), conduzida por especialistas pertencentes à Escola Sociológica Paulista, liderados pelo Professor Florestan Fernandes (1955), que forneceu uma importante contribuição nas discussões sobre raça e relações raciais.

Florestan Fernandes (1955) coordenou essa pesquisa racial, financiada pela UNESCO, com o intuito de desvendar os fatos que giravam em torno da suposta democracia racial defendida por Freyre (1933). Para Fernandes esta noção não condizia com a realidade de um país marcado pelo racismo e pelo genocídio. O referido autor ignorava a miscigenação, pois a associava com a campanha de branqueamento que tinha como pressuposto eliminar a cor negra da população brasileira, e, portanto, seria usada para legitimar a discriminação racial.

O plano de estudos da UNESCO constituía-se, então, em pesquisas que seriam desenvolvidas em diversas regiões brasileiras, através de um levantamento dos pontos de maior relevância de uma experiência no campo das interações raciais, com o propósito de apresentar ao mundo os detalhes da questão racial.

Essa pesquisa conduzida por Fernandes (1955) sobre a questão racial estaria inaugurando uma nova fase dos estudos do negro no Brasil, contrapondo-se à visão culturalista de Freyre (1933), dominante na época, que via o negro como "expressão de cultura" negligenciando as suas condições de vida.

A Escola Sociológica Paulista veio, deste modo, tentar desconstruir o "mito" da

democracia racial, revelando que a sociedade brasileira é profundamente marcada pela desigualdade racial e que o "racismo à brasileira" é algo generalizado. Na análise adotada por Fernandes (1965), o racismo seria o resultado da anomia social provocada pelo descompasso entre a estratificação racial e a formação do capitalismo moderno.

Portanto, para Fernandes (1965), o que delimitou as relações raciais no Brasil foi a intensa segregação social e não a miscigenação como dizia Freyre (1933). Foi a exclusão e não a integração que prevaleceu no contato racial. Sendo assim, o preconceito racial era fruto da forma incompleta que se deu a desagregação das formas de produção escravista, a estrutura sob a qual se ergueu as famílias e a introdução do capitalismo na sociedade brasileira. Ou seja, a incorporação desigual e a não integralidade de direitos que atestam contra a democracia.

Fernandes (1965) ainda destaca que, o conceito de democracia racial de Freyre (1933) foi uma forma de enganar os negros e mulatos, levando-os a acreditar que tudo estava em bom funcionamento, afastando a atenção deles das lutas e reivindicações para as mudanças. Em tal abordagem, percebemos uma sobreposição das relações de classe sobre as de raça, pois, para o autor, a sociedade é regida por relações sociais, que em determinadas circunstâncias, assumem o conteúdo de relações de raça.

Entendemos que os conceitos relacionados à raça no Brasil, passaram por mudanças paradigmáticas, que contribuíram para transformar as formas de abordar os negros brasileiros. Como já tratado anteriormente, houve um enfrentamento de posições, campos, leituras e posicionamentos políticos que permitiram concluir que o racismo brasileiro existe e é generalizado.

Dessa forma, essas pesquisas contribuíram para se reconhecer que esse ideário de democracia racial é um mito, que jamais se materializou e ainda constatou-se que a sociedade brasileira é extremamente segregada, preconceituosa, racista, discriminatória e dispensa tratamento diferenciado a seus cidadãos, tanto em termos raciais, como em termos sociais. Ao se constatar que a cor ou raça eram elementos que proporcionavam tratamentos diferenciados, passou-se a questionar, em maior escala, quais seriam os principais elementos que dariam sustentação a essa discussão.

3.2) Cor e Raça na Contemporaneidade

Segundo Petruccelli (2007), nas sociedades contemporâneas, os conceitos de cor e raça também vêm adquirindo crescente importância. Entretanto, esses conceitos ainda são englobados dentro de uma grande categoria: a da Etnicidade, que pode engendrar inúmeros significados.

Em seu livro, intitulado *A Cor Denominada*, Petrucelli (2007) reúne alguns trabalhos que enfocam os processos de identificação segundo características de cor ou raça, trazendo reflexões de como os indivíduos se identificam em relação à classificação étnico-racial, as identidades que assumem as transformações que essas identidades geram nas relações sociais e as conseqüências engendradas na definição de políticas de Ação Afirmativa.

Nesse contexto, o autor afirma que na contemporaneidade, a diferenciação dos dados populacionais sobre cor ou raça tem se tornado um dos eixos centrais nas pesquisas em Ciências Sociais. Esse fato se deve, em grande parte, a constatação dos nocivos efeitos gerados pela discriminação e pelo preconceito, ainda presentes, dispensados aos grupos minoritários no Brasil, como os indígenas, pardos e pretos.

Para Petrucelli (2007), as desigualdades raciais possuem caráter estrutural e configuram uma sociedade de dupla clivagem: social e racial, gerando relações de dominação.

Apesar dessa constatação e do mito da democracia racial ter caído em desuso, o autor chama a atenção para as formas de se identificar quem são esses grupos afetados pelas desigualdades socioeconômicas no país. Portanto, propõe a necessidade de se aperfeiçoar o atual sistema de identificação étnico-racial, pois os procedimentos utilizados, correntemente, remetem a um conceito muito amplo, o da Etnicidade.

O conceito de etnicidade representa uma multiplicidade de significados, um aglomerado de fatores, entre os quais, são citados a cor, raça, local de nascimento, etnia, religião, língua, etc. Dessa maneira, por ser tão amplo o conceito, pode-se perder o foco daquilo que realmente interessa e ainda: "... a referência a "etnias" pode trazer em maior ou menor medida uma visão etnocentrada do mundo social." (PETRUCCELLI, 2007: 8).

Uma questão que se coloca com extrema relevância para o autor é a imensa dificuldade que existe no Brasil, de classificar grupos étnico-raciais devido à intensa miscigenação que se empreendeu aqui, ou seja, devido ao cruzamento entre os três "povos": Europeus, Africanos e Indígenas.

Esse foi um tema muito problematizado na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Conexas, no ano de 2001, em Durban, na África do Sul. Em tal encontro, de ampla repercussão na mídia, começou a ser discutida a possibilidade de se instituir ações afirmativas, nos moldes norte-americanos, no Brasil.

Assim, as políticas raciais no Brasil, foram colocadas na pauta das discussões. A questão negra ganhou grande notoriedade em Durban (2001), sendo reconhecida de forma oficial, fato que levou as autoridades brasileiras a incluírem na Agenda Pública as políticas afirmativas para os negros, buscando repará-los pelos danos sociais sofridos durante toda sua

trajetória de vida, marcada pelo preconceito e pelo estigma da cor.

Porém, esse tema mostrou-se bastante controverso, uma vez que, questionou-se a viabilidade de tais políticas em um país cujas bases étnico-raciais não são bem definidas, ou seja, devido à precariedade da identificação segundo a cor ou raça no Brasil. Petrucelli (2007) aponta que, até mesmo no interior do governo, as opiniões divergiam, fato que acirrou as posições contrárias à implementação de cotas raciais nas universidades.

Essa corrente que se opunha à introdução das políticas afirmativas, alegava que a população do país era muito miscigenada e que a maioria possuía um ancestral negro, o que dificultaria a classificação da população segundo sua cor e, conseqüentemente, não poderia diferenciar realmente quem teria o direito de ser favorecido.

Entretanto, Petrucelli (2007), que se identifica com a outra corrente, favorável às políticas raciais, argumenta que tal posição é extemporânea, pré-concebida e sem bases empíricas, uma vez que, a discriminação existe e é real. Assim:

Se tanto histórica como contemporaneamente tem se sabido de forma acurada a quem discriminar racialmente no país, na hora de distribuir benefícios compensatórios para esta mesma população. A diferenciação por cor não teria porque se desvanecer. (PETRUCELLI, 2007:9).

O que entendemos e é ressaltado pelo autor, é que, no Brasil, quando ocorre a discriminação é o negro (cor da pele) quem é tratado como diferente, então por que não tratá-lo da mesma maneira para distribuir benefícios, ao invés de negar essa realidade? Seguindo essa mesma linha de análise, que solicita uma efetiva aplicação de políticas públicas em favor dessas minorias discriminadas, no sentido de repará-las pelos danos sofridos, encontra-se: O Movimento Negro e autores como Brandão (2007), Heringer (2002), Queiroz (2003), e Amorim (2007), que apontam que a causa da atual situação de desigualdade racial está na não-integralidade de direitos pós-abolição.

Sendo o Brasil um país marcadamente preconceituoso, discriminatório e desigual, nada mais pragmático para o indivíduo do que buscar se distanciar de categorizações que o coloquem em uma posição inferiorizada. Portanto, Petrucelli (2007) aponta que para tentar contrabalançar essas práticas, relacionadas à categoria negro, tem-se criado um universo de significantes culturais que consigam abranger as nuances fenotípicas. Assim sendo, na tentativa de se procurar uma melhor aceitação social, emerge uma multiplicidade de termos que buscam realçar o componente mais claro do sangue, ou ainda: *“configura-se como uma via para administrar a passagem pelos estreitos canais de mobilidade social, no interior das*

práticas de “Racismo Cordial””. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1995, *apud* PETRUCCELLI, 2007:22).

Nessa mesma direção, Brandão e Marins (2007) argumentam:

...ao alcançarem um *status* mais elevado (considerando a renda, o acesso à escolarização privada e a escolaridade dos pais, o que leva a um maior capital cultural incorporado [Bourdieu, 1998]), esses pretos e pardos seriam mais propensos a se aproximar do 'pólo branco' que seria mais valorizado socialmente (...) Acreditamos que a criação de um 'contínuo de cor' representa a necessidade dos negros de fugir do tratamento degradante que tanto o Estado quanto a sociedade voltam para estes. Nesse sentido, qualquer nível de miscigenação produz a possibilidade de uma classificação intermediária, que em alguma medida poderia significar menor discriminação. (BRANDÃO e MARINS, 2007: 15-25).

Também para Munanga (1999, *apud* PETRUCCELLI, 2007), a criação dessas denominações de cor demonstra como o brasileiro busca situar-se mais distante do modelo tomado como inferior. O negro, fugindo de sua realidade, cria simbolismos ou “cores” intermediárias. Como já apontado anteriormente, em quase 130 anos de recenseamentos do IBGE foram utilizadas praticamente as mesmas categorias para o quesito “cor”. Segundo Petrucelli (2007:10):

A classificação se cristaliza em categorias oficiais nos recenseamentos e pesquisas estatísticas, que são geralmente considerados como ferramentas dos estados modernos para determinar o tamanho e as características de sua população. (PETRUCCELLI, 2007:10).

Para elucidar melhor tal questão, serão utilizados alguns exemplos:

No primeiro Censo, ocorrido em 1872, utilizou-se as seguintes categorias para o quesito “cor”: branco, preto, pardo e caboclo. No segundo Censo, em 1890, a categoria pardo foi substituída pela categoria mestiço. Observa-se aqui uma mistura de quesitos, ou seja, a utilização de dois critérios simultâneos: Cor e Ascendência. Assim, preto e branco seriam relacionados à cor e caboclo e mestiço relacionados à ascendência.

No Censo de 1940, procurou-se privilegiar as categorias: branco, preto e amarelo, ficando a categoria pardo como residual, ou seja, tudo aquilo que não se enquadrava nas demais categorias. Já no Censo de 1980 utilizou-se as categorias: branco, preto, pardo, indígena e amarelo. Essa categorização ainda hoje é a que persiste. Portanto, atualmente busca-se saber se as categorias definidas pelo IBGE são válidas, avaliando-se a forma como o termo “cor” é investigado.

Muitos autores têm se debruçado sobre esta problemática, inclusive de outros países, como o Canadá, os EUA, a Inglaterra e a França.

Dentre os trabalhos publicados, existem aqueles: I) que aprovam o sistema classificatório que vem sendo adotado pelo IBGE; e II) os que rejeitam, sendo respectivamente:

I) A tradicional forma é válida e “... *os estudos que a utilizam (...) devem cobrir com razoável fidedignidade a dimensão racial que pretendem mensurar*”. (SILVA, 1992:41 *apud* PETRUCCELLI, 2007:24).

II) A identificação subjetiva da raça no Brasil possui caráter fluido e maleável, sendo que os dados do IBGE não conseguem cobrir a composição racial, o que:

...gera preocupações metodológicas para os analistas que usam dados do IBGE para determinar a composição racial do Brasil e para aqueles que fazem análises comparativas dos diferenciais socioeconômicos segundo cor de pele. (WOOD, 1995, *apud* PETRUCCELLI, 2007:24).

Nessa direção, Petrucelli (2007) argumenta que é imprescindível debater se o atual sistema de classificação racial brasileiro contempla todas as expressões de identidade e cor, que na contemporaneidade têm se tornado múltiplos e, ao mesmo tempo, mais específicos, justamente devido a uma busca por maior reconhecimento e aceitação.

Deste modo, o autor aponta que, inúmeras e sólidas razões podem ser apresentadas com a finalidade de impedir mudanças na mensuração de fenômenos sociais. Portanto, o que se faz mais relevante em sua concepção, é que ainda não existem medidas de classificação racial e políticas que se baseiam nelas, propiciando uma renovação histórica no pensamento.

Esse debate, segundo o autor, é urgente, pois na sociedade contemporânea o direito de expressão deve ser estendido e garantido a todos os segmentos identitários, uma vez que, a falta de reconhecimento da diversidade de culturas e identidades pode gerar catástrofes sociais e mesmo revoltas. Portanto, na atualidade, é necessário que se reconheça a diferença e se busque políticas focalizadas, que primem por uma discriminação positiva daqueles grupos que são socialmente diferenciados, como os negros.

Para Petrucelli (2007), o racismo estrutural persistiu ao longo de 500 anos de história no Brasil. Esse fator proporcionou que a noção de raça se mantivesse vigente no mundo social, apesar de abolida do universo biológico, com enorme eficácia simbólica, impondo hierarquias.

Sendo assim, o autor afirma que a noção de raça é produzida pelo racismo, e não o contrário, pois a discriminação ocorre quando os indivíduos são reconhecidos como pertencentes a uma categoria racial e essa “*identificação do outro como pertencente a um grupo étnico ou racial impõe socialmente a sua categorização e reifica a noção de raça*”. (PETRUCCELLI, 2007:147).

Portanto, o autor conclui que, na atualidade, faz-se necessário e obrigatório o reconhecimento do multiculturalismo e da realidade multiétnica, que conseqüentemente exigem uma ampliação e aperfeiçoamento das categorizações étnico-raciais.

Nesse sentido, as pesquisas estatísticas devem acompanhar, na prática, as mudanças de parâmetros e a maneira como as pessoas se identificam e se reconhecem, enquanto pertencentes a uma categoria racial. Deve-se, portanto, procurar uma classificação racial mais aprimorada e relevante “*do ponto de vista das políticas públicas a serem implementadas, que promovam a ainda demorada construção de um convívio inter-étnico justo, equilibrado e eqüitativo*”. (PETRUCCELLI, 2007:148).

Enfim, o autor propõe que as bases metodológicas sobre as quais se erguem os sistemas de classificação racial atual, utilizadas pelo IBGE, devem ser aperfeiçoadas para conseguir abranger a pluralidade de culturas e as especificidades geradas pela miscigenação brasileira.

Brandão e Marins (2007), em artigo que apresenta e discute dados referentes às formas de classificação racial e opinião sobre a política de cotas raciais, enfatizam que as cotas destinadas aos negros, implantadas desde 2003, têm sido freqüente alvo de críticas e controvérsias, exatamente por causa das formas de classificação propostas.

Sob esse aspecto, ao investigarem as categorias de classificação racial utilizadas pelo IBGE e as associarem a uma classificação aberta, eles perceberam que: [...] *a aparente dispersão classificatória tantas vezes apontada como característica da forma brasileira de pensar cor ou raça não é tão profunda*. (BRANDÃO E MARINS, 2007:30-31).

Ou seja, eles acreditam que, ao contrário de Petrucelli (2007), apesar de muito propagada, a profusão de categorias raciais é somente relativa. Deste modo, mesmo que o número de termos de classificação racial aumente com o tamanho da amostra, existem aqueles termos que estão sempre muito mais presentes e eles estão, geralmente, ligados às categorias definidas pelo IBGE (branca, preta, parda, amarela ou indígena).

Tal constatação é traduzida como uma acomodação aos princípios do IBGE, da auto-classificação, que gera uma “moldagem” no censo nacional e uma naturalização em relação às formas como as pessoas passam a se classificar. Assim, eles concluem: [...] *o contínuo de cor é bem menos significativo*. (BRANDÃO E MARINS, 2007:32).

Os autores apontam que, quando sugeriram aos entrevistados um modelo bi-racial de classificação foi percebida uma grande rejeição, uma vez que, para os entrevistados, ter origem negra não representa um princípio classificatório, ressaltado a importância da identificação fenotípica. Deste modo, os autores concluem que a impossibilidade de operar a

classificação bi-racial está relacionada à não acomodação dos pardos, demandando uma opção de escolha própria.

Nessa direção, compreendemos que, para as ambigüidades inerentes à forma de classificação racial brasileira, os autores propõem um maior conhecimento acerca da lógica de classificações, que engloba elementos objetivos e subjetivos a respeito da trajetória social dos indivíduos, um vez que:

O problema [...] consiste em que as classificações raciais utilizadas pelos brasileiros não são tão definidas como as que vemos ser mobilizadas em outras sociedades, como a norte-americana, por exemplo. Essa nomeada ambigüidade em nossas classificações aparece de imediato na própria noção de cor [...] cor, portanto, não se refere à origem, mas sim à marca fenotípica que o indivíduo carrega. (BRANDÃO E MARINS, 2007:40).

Assim, esse “contínuo de cor” é utilizado para diluir o peso da classificação de negro ou preto:

[...] qualquer nível de miscigenação produz a possibilidade de uma classificação intermediária, que em alguma medida poderia significar menor discriminação.

Nessa direção, os autores apontam que, mesmo não sendo aceita, a bipolarização é marcante e os brancos se localizam nos lugares mais privilegiados da esfera social, acima de todas as outras categorias. Então:

[...] Essa despolarização é somente “virtual”, pois os pardos também ocupam uma posição inferior à dos brancos, mesmo estando melhor situados que os pretos. Isso mostra a necessidade da criação de políticas que positivem a aceitação da negritude, da cor parda ou negra. (BRANDÃO E MARINS, 2007).

Portanto, Brandão e Marins (2007) concluem que apesar da existência de uma variada listagem de classificações raciais, a maior parte delas se concentra naquelas categorias definidas pelo IBGE, o que é compreendido como um condicionamento das formas de classificação racial, ou seja, as classificações utilizadas pelo IBGE foram assimiladas e absorvidas pela população, que criou uma imagem “adequada” de classificação racial.

Em outro trabalho, Brandão e Marins (2005) também investigam os padrões de classificação racial no Brasil. Em tal trabalho, são utilizados dados oriundos do Censo Étnico-racial realizado no ano de 2003 na Universidade Federal Fluminense (UFF), pelo Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB), cuja abrangência foi estendida a todos os alunos, de todos os cursos localizados na sede da Universidade em questão.

Logo nas primeiras análises é emitido pelos autores um sentimento de grande perplexidade ao se depararem com uma maior quantidade de alunos auto-declarados afro-

descendentes, do que a soma de auto-declarados pretos e pardos. Seguida de outra surpreendente constatação: o fato de que 26,30% dos auto-declarados brancos afirmarem sua afro-descendência.

De acordo com tais constatações, os autores apontaram que o fato de um branco se afirmar afro-descendente, poderia gerar uma hipótese ligada ao “mito fundador das três raças”, ou seja, pela intensa miscigenação empreendida no Brasil. Entretanto, o que ficou constatado posteriormente, foi que esse “enquadramento” em subgrupos de cor ou raça, estaria relacionado às características sócio-econômicas e não às características aleatórias.

Ao utilizar-se de uma categoria alternativa, não utilizada nas pesquisas do IBGE (branco, preto, pardo, amarelo e indígena), e incluírem a categoria “negro” em suas análises, os pesquisadores observaram que um número menor de brancos se declararam afro-descendentes.

Perceberam ainda, que os negros são mais propensos, que a categoria “pretos do IBGE”, a declarar sua afro-descendência, enquanto os mestiços são menos propensos que os pardos a tal atitude. Esse fator propiciou uma explicação, por parte dos pesquisadores, cujas conclusões apontam que, na classificação proposta pelo IBGE, uma porcentagem de brancos duvidavam de sua escolha e, portanto, acabaram migrando para a categoria “mestiço”, proposta na classificação alternativa. Ao mesmo tempo em que o fato de menos alunos se declararem brancos (na classificação alternativa), poder engendrar uma maior convicção em relação à sua “branquitude”.

Quanto à relação entre características sócio-econômicas e classificação em sub-grupos de cor ou raça, foi constatado que, quanto maior o capital econômico (aqui representado pelo acesso ao ensino privado), menor é a associação com a afro-descendência. Ao contrário do que ocorre com aqueles que se declaram afro-descendentes que são, em sua maioria, oriundos do ensino público. Ou seja, existe nessa perspectiva uma possível relação entre renda familiar e declaração de afro-descendência, uma vez que, alunos oriundos de escola privada tendem a ser mais bem posicionados na escala econômica.

Outra questão observada pelos autores mostra que a maioria dos alunos que exerceram atividades de trabalho, antes de entrar na universidade, são encontrados entre aqueles que se declaram afro-descendentes. Constatação que os leva a afirmar que foi a necessidade material e a renda inferior que os fizeram trabalhar antes de ingressar na Universidade. Isso reafirma a relação entre renda e cor/raça.

Ocorrem, portanto, muitos hiatos entre aqueles que se declaram afro-descendentes e aqueles que não se declaram que podem ser situados no quadro que se segue:

QUADRO 1:**Divergências entre alunos auto-declarados afro-descendentes e não afro-descendentes:**

DECLARADOS AFRO-DESCENDENTES	NÃO DECLARADOS AFRO-DESCENDENTES
1)Maior percentual de trabalhadores;	1)Menor percentual de trabalhadores;
2)Menores rendas familiares;	2)Maiores rendas familiares;
3)Menos presentes em cursos de horário integral;	3)Mais presentes em cursos de horário integral;
4)Oriundos de famílias mais pobres.	4)Oriundo de famílias mais ricas.

FONTE: Brandão e Marins (2005).

Até mesmo em relação ao nível escolar dos pais, os autores verificaram que entre aqueles pais/afro-descendentes, o nível de escolaridade é inferior aos pais/não afro-descendentes. *“Verificamos que os alunos afro-descendentes pretos e pardos possuem pais muito pior situados na hierarquia de escolarização que os afro-descendentes brancos”*. (BRANDÃO e MARINS, 2005:16). É importante destacar que o Capital Cultural é o responsável por essa diferenciação devido a uma taxa mais elevada de escolaridade dos pais. (BOURDIEU, 1998 *apud* BRANDÃO e MARINS, 2005:17).

Como já salientado anteriormente pelos autores, a declaração de afro-descendência dos alunos possui íntima relação com a questão sócio-econômica, sendo observado também, que os pretos que se declaram afro-descendentes, em média, são mais pobres que os pretos que não se declaram afro-descendentes. A afro-descendência estaria então, relacionada à pobreza? Só se declaram afro-descendentes aqueles que possuem pouca ou nenhuma condição financeira? Essa forma de classificação seria correta e atenderia as demandas por políticas no Brasil? Esses são questionamentos que não se findam, mas que são esclarecidos por Brandão e Marins (2005).

Na pesquisa realizada, parece que a afro-descendência é diretamente proporcional ao nível de pobreza do indivíduo, quando deveria ser de “marca”, uma vez que, o critério mais responsável por diferenciar, é a herança de “desvantagens cumulativas” produzidas pelo racismo sobre a população negra brasileira. Entretanto, os autores argüem que somente estudos qualitativos poderiam responder a esses questionamentos.

Deste modo, nosso estudo mostrou-se como extremamente oportuno, pois, o que nos propomos aqui foi exatamente buscar desvendar qual era a relação entre classificação racial e

identidade, através de critérios levantados pelos próprios entrevistados. Buscamos, para tanto, mapear a identidade racial daqueles que ingressaram, na UNIMONTES, através do sistema de reserva de vagas para afro-descendentes.

Assim, como apontado por Brandão e Marins (2005), não é possível se chegar a uma explicação exata, no nível de análise quantitativa desenvolvida por eles, para a aceitação ou recusa da afro-descendência, porém, destacam que tal escolha não se pratica de maneira aleatória e sim presa a fatores econômicos e sociais.

Portanto, o que os autores pretenderam enfatizar, é que o critério de auto-declaração da afro-descendência não pode servir como parâmetro de uma política afirmativa, por ser pouco explicativa na determinação das desigualdades que permeiam as análises raciais, não podendo servir como critério de seleção dos beneficiados por uma discriminação positiva.

Sendo assim, os autores propõem que se criem critérios mais específicos de seleção dos beneficiários de ação afirmativa, que fujam da auto-classificação de afro-descendência, para não correr o risco de se beneficiar os indivíduos que não carregam a “marca” da cor, responsável pela discriminação.

Uma alternativa que poderia trazer retornos positivos seria a mesma adotada pela Universidade de Brasília (UNB), cuja seleção dos beneficiados pela política racial ocorre via fotografia. Esse critério, parece ser ideal, apesar de ser muito criticado por Maggie (2005), que afirma ser um desrespeito à auto-classificação e um retrocesso em termos de classificação racial, pois tal autora se apega à idéia de raça única (democracia racial) que afirma a extinção do preconceito a harmonia entre os grupos de cor, como se essa constatação fosse capaz de apagar os efeitos históricos da escravidão e da discriminação pela “marca”.

Compreendemos, assim, que mesmo tendo sido negada a questão biológica da raça e os seres humanos tenham sido reconhecidos como pertencentes a uma mesma categoria, a hierarquização social permanece e o preconceito continua a ser utilizado, ou seja, a idéia de raça sobrevive como construção ideológica e cultural ligada à formação social do ser humano.

Desse modo, “O preconceito tem continuado a servir como critério de estratificação, assentado em relações econômicas, instituições políticas e ideologia...a dominação tem sido oficialmente codificada em termos raciais”. (MARX, 1980, apud PETRUCCELLI, 2007:11).

É para contrabalançar os efeitos nocivos desse preconceito que são criadas as políticas afirmativas de cunho racial, que embora sejam polêmicas, representam, até o momento, o meio mais eficaz de acesso dos negros à educação.

CAPÍTULO 4- O LOCUS DA PESQUISA

4.1 Breve caracterização do Município

O Município de Montes Claros está situado na bacia do Alto Médio São Francisco, ao Norte de Minas Gerais, com uma área de 3.576,76 km² de extensão territorial. Possui onze distritos, oitenta comunidades rurais e uma população de 352.384 habitantes. (IBGE, 2007). É uma cidade que apresenta um IDH (índice de Desenvolvimento Humano) em torno de 0,78, e possui o segundo maior entroncamento rodoviário nacional, sendo um dos principais meios de acesso às outras regiões do país.

Nas últimas décadas, o município tem presenciado um considerável crescimento populacional, principalmente em função do surgimento de novas unidades de ensino superior e, também, do êxodo rural e isso representa um grande desafio, uma vez que, altera, consideravelmente, a situação econômica e social da população local. Essa alteração ocorre tanto em termos positivos quanto em negativos, sendo que, respectivamente: as novas unidades de ensino propiciam um maior giro de capital na economia e o êxodo rural gera um crescimento desordenado e “favelização”, causando um “inchaço” no setor informal e sobrecarregando os serviços básicos de saúde e educação.

Ainda podemos observar que Montes Claros possui grande vocação agropecuária e tem, ao longo dos anos, experimentado um sólido crescimento nas áreas de indústria, comércio e serviços. A cidade é considerada o principal centro urbano do Norte de Minas e, por esse motivo, apresenta características de capital regional, destacando-se como um centro de serviços em seu raio de influência e também como um centro universitário, contando com a presença de duas universidades públicas (UNIMONTES E UFMG) e cerca de quatorze faculdades privadas, além de atuar como um pólo de saúde para a região norte-mineira e sul da Bahia.

4.2 Caracterização do *locus* da pesquisa

4.2.1) Histórico da Instituição

A Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) resultou da transformação da Fundação Norte-Mineira de Ensino Superior (FUNM). Foi criada através da Lei Estadual nº 2.615, de 24 de maio de 1962.

Em 1963, surgiu a primeira unidade de ensino superior do Norte de Minas, a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIL). Em 1964, foram iniciados os cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia.

A primeira unidade de ensino superior da (FUNM) foi implantada em 1965, com a Faculdade de Direito (FADIR). Em 1966, a (FAFIL) passou a integrar a (FUNM). Em 1968,

começaram a funcionar na (FAFIL) os cursos de Matemática, Ciências Sociais e Filosofia. Em 1969, foi criada a Faculdade de Medicina (FAMED). Em 1972, foi instalada a Faculdade de Administração e Finanças (FADEC), com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Em 1987, começou a funcionar a Faculdade de Educação Artística (FACEART).

A efetiva integração da UNIMONTES como ente público (autarquia) ocorreu, no entanto, a partir de 1990, quando os servidores da extinta FUNM passaram a ser incorporados ao quadro de pessoal do Estado.

O primeiro Estatuto da UNIMONTES foi aprovado através do Decreto Estadual nº 31.840, de 24/09/1990, que reorganizou a UNIMONTES do ponto de vista administrativo-funcional, sendo extintas as Faculdades e criando os Centros de Ensino (Centro de Ciências Humanas - CCH, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS, Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA e Centro de Ensino Médio e Fundamental - CEMF). O Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - CCET - foi criado através da Lei nº 11.660, de 02/12/1994.

Em 1994 ocorreu o reconhecimento da UNIMONTES como Universidade. Em 1996, foram instituídas as eleições para Reitor e Vice-Reitor e Diretores de Centros. Em 1998, foi aprovado o novo Estatuto da Universidade e foram realizadas as primeiras eleições para Reitor e Vice-Reitor da UNIMONTES.

No ano de 1999 o Conselho Universitário aprovou o Regimento Geral da UNIMONTES e em 2002, foram realizadas novas eleições para Reitor e Vice-Reitor da UNIMONTES.

Em 27/07/2004, a Lei Estadual 15.259 determinou às universidades públicas (UEMG e UNIMONTES) a adoção do sistema de reservas de vagas para afro-descendentes (20%) e egressos de escolas públicas (20%), estes com carência econômica efetivamente comprovada e para indígenas e portadores de necessidades especiais (5%), totalizando 45% das vagas oferecidas. A Resolução interna da UNIMONTES, nº 104-CEPEX/2004, apoiada na referida lei estadual, regulamentou o sistema de reserva de vagas em cursos de graduação e cursos técnicos de nível médio, estabelecendo critérios e condições para participação.

No ano de 2005, a Lei Estadual nº 15.433 criou a Bolsa de Incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, destinada a Servidor Público Estadual. Ainda no mesmo ano: a Lei Estadual nº 15.463 instituiu e estruturou as carreiras da educação superior do Estado de Minas Gerais no âmbito do poder executivo estadual. A Lei Estadual nº 15.471 instituiu o adicional por titulação acadêmica, entre outras.

Atualmente, a UNIMONTES é a única Universidade Pública Estadual inserida em vasta região do Estado. Está localizada numa área de 120.000 Km², o que corresponde a quase 30% do total do Estado, alcançando mais de 336 municípios do Norte de Minas e dos Vales do

Jequitinhonha e do Mucuri, abrangendo uma clientela que, em potencial, ultrapassa a dois milhões de habitantes.

No ano de 2009, a UNIMONTES ofereceu cerca de 2.130 vagas em seus 58 cursos regulares de graduação, através da realização de dois vestibulares anuais e do Programa de Avaliação Seriada para o Acesso ao Ensino Superior (PAES). Ofereceu, também, 861 vagas distribuídas em seus cursos Modulares, Sequenciais, Normal Superior - Formação de Professores das Primeiras Séries do Ensino Fundamental e Magistério da Educação Infantil e Técnicos, além de vagas nos Cursos de Pós-Graduação “Lato sensu” em diversas áreas do conhecimento humano, e de Pós-Graduação “Stricto sensu” (Mestrado).

Deste modo, a Universidade Estadual de Montes Claros construiu, ao longo de sua existência, a expressão de uma instituição que vem se consolidando como referência na produção do conhecimento, na formação de pessoas e na constante busca por uma sólida estrutura acadêmica. Com profissionais qualificados e infra-estrutura física adequada, reúne as condições para desempenhar o papel propulsor da sociedade, avançando em termos de excelência acadêmica, de inovação, de expressão cultural e relevância social.

Atualmente, a universidade possui 9.441 alunos matriculados na graduação, dos quais 7.212 nos cursos regulares (5.084 no campus-sede e 2.128 nos demais campi). A UNIMONTES ainda conta com 1.608 matriculados nos cursos de educação a distância, oferecidos por intermédio do programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB), iniciado em 2008, através de convênio com o Ministério da Educação, além de 370 em cursos modulares e 251 em cursos de pró-licenciatura.

A universidade também se destaca na extensão e na prestação de serviços à comunidade. São desenvolvidas ações diretamente junto a comunidades de baixa renda. Um exemplo é o Projeto UNIMONTES Solidária, em que, acadêmicos dos diferentes cursos de graduação, supervisionados pelos professores, realizam atividades voluntárias nos pequenos municípios durante os períodos de férias.

Outro destaque da atuação da universidade é a assistência à saúde da população, oferecida por intermédio do Hospital Universitário Clemente de Faria. Referência regional em diversas áreas e procedimentos, o Hospital Universitário oferece atendimento gratuito, subsidiado exclusivamente pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

Sendo assim, a maioria dos projetos desenvolvidos pela UNIMONTES são voltados para a solução de problemas e para a melhoria de vida das regiões em que está inserida, consideradas umas das mais problemáticas e carentes do país.

4.3 Cotas Raciais no Brasil.

A Política de Cotas representa uma Ação Afirmativa e foi inicialmente implementada no ano de 2003, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), sendo atualmente executada por várias instituições de ensino no país.

As cotas representam um tema extremamente polêmico, atual e de literatura ainda escassa. Como representantes de ações afirmativas, representam alvo de intensas controvérsias por adotarem como objetivo políticas focalizadas, voltadas para grupos sociais específicos, como os negros, objetivando obter uma reparação pelos danos historicamente provocados e comprovados.

O debate sobre a questão das cotas é bastante controverso e se divide em dois pólos principais:

a) Os que são contra: Porque acreditam que a política segrega a sociedade em negros e brancos (bipolar), a exemplo de Ivonne Maggie (2005) e Peter Fry(2003).

b) Os que são a favor: Porque alegam um descaso histórico dos governantes com a educação básica e com os negros, que devem ser compensados, a exemplo do Sociólogo André Brandão (2007) que é um aliado das cotas, afirmando em entrevista ao site do Jornal Folha Dirigida⁸, que o sistema de cotas não segrega e, sim, integra pessoas de diferentes raças:

Pelo menos dois ministros do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio de Mello e Joaquim Barbosa Gomes, já apontaram que o princípio constitucional da igualdade que aparece no artigo 5º da Constituição de 1988 se relaciona com a igualdade formal dos cidadãos perante a lei. Já a igualdade de fato constitui um objetivo a ser alcançado. E, para isso, é necessário promover e garantir a igualdade de oportunidades, como está determinado no artigo 3º da Constituição. Assim, políticas afirmativas, no sentido da afirmação de direitos, são plenamente constitucionais. Além disto, apesar das cotas implantadas pelas universidades até agora terem sido bombardeadas por ações judiciais, em nenhuma situação (...) estas políticas foram proibidas ou desautorizadas pelo judiciário.

4.4 A Legislação de Cotas na UNIMONTES:

O sistema de reserva de vagas da UNIMONTES foi instituído através da Resolução N° 104, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), em 28 de Setembro de 2004, estabelecido na Lei Estadual n° 15.259, de 27/07/2004.

A referida resolução⁹ considera:

A Lei Estadual n° 15.259 de 27/07/2004, que institui sistema de reserva de vagas na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – e na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – para os grupos de candidatos que menciona.

⁸ Disponível em http://www.folhadirigida.com.br/htmls/hotsites/suplemento_2007/cad_05/pag_52.html. Acesso em: 05 de Jan 2008.

⁹ Disponível em <http://www.unimontes.br/arquivos/resolucao/2004/resolucao104cepep2004.pdf>. Acesso em 09 Out 2006.

A resolução nº 104 do CEPEX/UNIMONTES, baseou-se na Lei Estadual nº 15.259, de 27/07/2004 e instituiu um percentual de vagas (cotas) para cada categoria a ser beneficiada. Entretanto, ela é bastante criticada por ter sido considerada como uma imposição vertical, ou seja, a política foi colocada em prática sem a instauração de mecanismos democráticos de consulta à comunidade acadêmica ou de qualquer discurso elucidatório acerca da sua importância ou mesmo dos dispositivos que a regulamentam. Assim, o sistema de reserva de vagas foi estabelecido no seguinte molde:

**TABELA 01:
PERCENTUAL DE VAGAS DESTINADAS ÀS CATEGORIAS ESPECÍFICAS PELO SISTEMA DE
RESERVA DE VAGAS DA UNIMONTES:**

CATEGORIA	PORCENTAGEM DE VAGAS
Afro-descendente (carente)	20%
Egresso da escola pública (carente)	20%
Portador de deficiência e Indígenas	5%
TOTAL	45%

Fonte: Coleta Direta/ COTEC, 2006.

A partir de análise feita sobre o referido documento podemos observar que o critério utilizado, pela universidade, para definir qual candidato se encontraria apto a ingressar pelo sistema de reserva de vagas para afro-descendentes, seria aquele que assim se declarasse e comprovasse a condição de carência financeira.

Nessa mesma direção, o documento explicitava quem poderia ser considerado carente e apto a ingressar pelo sistema de reserva de vagas: o candidato afro-descendente e o egresso da escola pública que possuísse e comprovasse renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo. Além disso, o candidato deveria preencher um questionário socioeconômico, elaborado pela Comissão Técnica de Concursos (COTEC).

Em seu artigo sétimo, a resolução nº 104/04, do CEPEX previa que a mesma deveria entrar em vigor a partir de 28 de Setembro de 2004. Sendo assim, o Sistema de Reserva de Vagas iniciou-se, na prática, no processo Seletivo 1/2005, persistindo até a atualidade.

4.5) Os Números.

Aqui, analisamos os dados quantitativos através da apreciação e comparação das informações fornecidas pela UNIMONTES (2009). A amostra da análise foi realizada através da divisão do universo de acadêmicos em quatro setores, selecionados de acordo com o Centro de Ensino ao qual pertenciam. (Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Centro de Ciências Humanas (CCH), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e Centro de

Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS)).

Buscamos, para tanto, construir uma avaliação acerca da atual situação da Política de Reserva de Vagas para Afro-Descendentes, investigando as principais questões que envolviam a implementação da referida política. Nessa direção, ressaltamos a importância da análise dos gráficos e tabelas que se seguem.

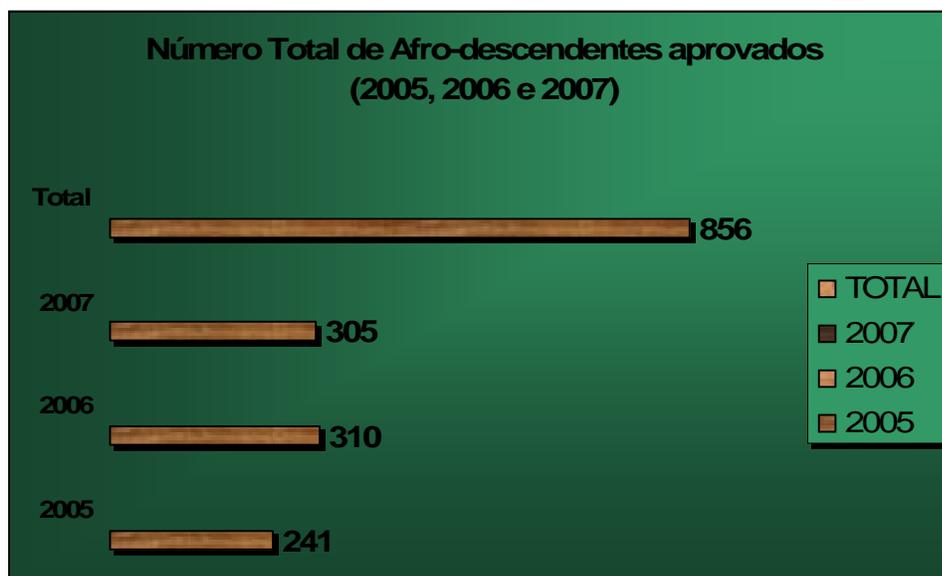
TABELA 2- Quantidade de Vagas Ofertadas por Categoria e Processo Seletivo.

PROCESSOS SELETIVOS	COTAS/AFRO		UNIVERSAL		TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2005	300	19,9%	803%	53,2%	1508	100%
2006	413	26,1%	692%	43,7%	1583	100%
2007	382	25,8%	646%	43,6%	1480	100%
TOTAL	1095	23,9%	2141%	46,8%	4571	100%

Fone: Coleta Direta/ UNIMONTES/2009

Como verificamos na Tabela 2, de um total de 4.571 vagas, ofertadas nos três anos (2005, 2006 e 2007) analisados, 23,9% foram destinadas aos Cotistas/Afro, 46,8% destinadas ao Sistema Universal e as demais 30,7% foram distribuídas entre os candidatos: egressos de escola pública, indígenas e portadores de deficiência.

Se analisarmos o Gráfico 1, que disponibiliza uma amostragem por ano, percebemos que em 2006 houve um maior número de vagas disponibilizadas aos Cotistas/Afro, totalizando 26,1% das vagas ofertadas e em 2005 esse número foi menor, ou seja, 19,9%.

GRÁFICO 1- Número Total de Ingressos Afro por Ano.

Fonte: Coleta Direta/COTEC (2006/2007).

Analisando sob um panorama geral, percebemos que a quantidade de ingressos Cotistas/Afro é discrepante da quantidade de vagas ofertadas para a mesma categoria (ver Tabela 2), ou seja, em 2005 foram ofertadas 300 vagas para os Cotistas/Afro, sendo preenchidas somente 241. Em 2006 foram ofertadas 413, sendo preenchidas somente 310 e em 2007 foram ofertadas 382, sendo preenchidas somente 305. Isso nos leva a pensar que outros programas sociais, como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) podem ser responsáveis por esse não preenchimento total das vagas oferecidas, uma vez que possibilitam outros meios de acesso à universidade, que podem ser mais viáveis. Outra hipótese explicativa se encontra na nota de corte para cada carreira; ou seja pode ter ocorrido um acúmulo de candidatos que não conseguiu atingir a nota mínima.

TABELA 3 - Quantidade de Vagas Ofertadas para Cotistas/Afro por Curso e por Ano.

CURSO	2005	2006	2007	TOTAL
DIREITO	4	6	6	16
CIÊNCIAS SOCIAIS	5	7	7	19
HISTÓRIA	5	7	7	19
ARTES (TEATRO)	7	4	4	15
SISTEMAS INFORMAÇÃO	4	6	6	16
MATEMÁTICA	5	7	7	19
BIOLOGIA (LICENCIATURA)	5	7	7	19
MEDICINA	4	6	6	16
TOTAL	39	50	50	139

Fonte: Coleta Direta/ UNIMONTES/2009

Como podemos ver (tabela 3), ao analisarmos os cursos selecionados em nossa amostra, nos períodos considerados, foram disponibilizadas 139 vagas para os candidatos Cotistas/Afro, dentre as quais: 39 foram ofertadas em 2005, 50 em 2006 e 50 em 2007. Entretanto, verificamos na Tabela 4 que nem todas as vagas ofertadas foram preenchidas pelos Cotistas/Afro. Deste modo, das 139 vagas ofertadas, apenas 123 foram preenchidas, ficando um residual de 16 vagas.

Verificamos ainda que, dentre os cursos analisados, quatro deles não tiveram suas vagas totalmente preenchidas pelos Cotistas/Afro: Artes (teatro), Sistemas de Informação, Matemática e Biologia (licenciatura), sendo o curso de Matemática o maior responsável por essa defasagem, seguido pelo curso de Artes (teatro).

TABELA 4 - Quantidade de Aprovados pelas Cotas/Afro, por Curso e por Ano.

CURSO	2005	2006	2007	TOTAL
DIREITO	4	6	6	16
CIÊNCIAS SOCIAIS	5	7	7	19
HISTÓRIA	5	7	7	19
ARTES (TEATRO)	5	2	4	11
SISTEMAS INFORMAÇÃO	4	3	6	13
MATEMÁTICA	3	5	3	11
BIOLOGIA (LICENCIATURA)	5	7	6	18
MEDICINA	4	6	6	16
TOTAL	35	43	45	123

Fone: Coleta Direta/ UNIMONTES/2009

Ao analisarmos (Tabela 5), que demonstra a quantidade de candidatos que se inscreveram para as vagas ofertadas no Processo Seletivo (1/2005), percebemos que há uma enorme discrepância entre os números de candidatos inscritos para o Sistema de Cotas/Afro e para o Sistema Universal. Essa discrepância pode ser visualizada em todos os cursos e principalmente nos cursos de Medicina e Direito, cujas diferenças são mais perceptíveis e se encontram respectivamente em 40,1 candidatos e 118,02, candidatos a menos na disputa por uma vaga.

TABELA 5 - Quantidade de Candidatos/Vaga, por curso e categoria (1/2005)

CURSO	COTAS/AFRO	UNIVERSAL
Direito	10	50,1
Ciências Sociais	5,4	17,9
História	4,6	17,5
Artes	1,1	9,2
Sistemas Informação	4,3	21,5
Matemática	2	11,7
Medicina	10,25	128,27
Biologia	4	22,92

Fone: Coleta Direta/ UNIMONTES/2009

Nas Tabelas 6 e 7, verificamos nos anos subsequentes (2006 e 2007) ocorrem os mesmos problemas relativos à implementação do sistema de cotas, ou seja, percebemos que a procura pela reserva de vagas/afro permanece inferior, se comparada ao sistema universal. Será que podemos dizer que essa discrepância tem alguma relação com a não-identificação racial dos estudantes, ou seja, será que isso ocorre pelo fato dos candidatos não se identificarem como negros e/ou merecedores da política de cotas? Ou será que o critério de definição racial utilizado pela UNIMONTES, baseado na auto-declaração, não está conseguindo cumprir o papel de beneficiar as pessoas corretas? Aquelas que segundo Oracy Nogueira (1998) carregam a marca como diferenciação. Acreditamos que deveria haver uma discussão mais democrática, que propiciasse à comunidade um maior conhecimento acerca da política de cotas.

TABELA 6 - Quantidade de Candidatos/Vaga, por curso e categoria (1/2006)

CURSO	COTAS/AFRO	UNIVERSAL
Direito	8,3	72
Ciências Sociais	4,6	13,6
História	5,1	16
Artes	2	10,8
Sistemas Informação	11,8	25,1
Matemática	2	9
Medicina	15,2	178,4
Biologia	5,3	22,4

Fone: Coleta Direta/ UNIMONTES/2009

TABELA 7 - Quantidade de Candidatos/Vaga, por curso e categoria (1/2007)

CURSO	COTAS/AFRO	UNIVERSAL
Direito	10	58,86
Ciências Sociais	6,1	10,2
História	7	11,9
Artes	4,2	8
Sistemas Informação	2,83	23,4
Matemática	3	5,4
Medicina	20,2	132,6
Biologia	7,7	13,6

Fone: Coleta Direta/ UNIMONTES/2009

Em relação às notas de acesso dos acadêmicos, se compararmos o sistema de reserva de vagas/afro (Tabela 8) com o sistema universal (Tabela 9), no processo seletivo (1/2005), verificamos que no curso de Direito a nota máxima, atingida pelos cotistas/afro foi 164,57 e pelo sistema universal foi 180, 57, perfazendo uma diferença de 16 pontos. No mesmo curso, a nota mínima dos cotistas/afro foi 140,36 e a nota mínima do sistema universal foi 156,14, perfazendo uma diferença de 15, 78 pontos.

No curso de Ciências Sociais, verificamos que a nota máxima dos cotistas/afro foi 145,86 e do sistema universal foi 167,8, perfazendo uma diferença de 21,94 pontos. As notas mínimas atingidas pelos cotistas/afro foi 116,16 e pelo sistema universal foi 142,28, perfazendo uma diferença de 26,12 pontos.

No curso de História, a pontuação máxima atingida pelos cotistas/afro foi 157,14 e do sistema universal foi 160,36, perfazendo um total de 3,22 pontos. No mesmo curso, a nota mínima dos cotistas/afro foi 104,71 pontos e pelo sistema universal foi 143,36, perfazendo um

total de 38,65 pontos.

No curso de Artes, os pontos máximos atingidos foram: 122,9 (cotistas/afro) e 156,14 (sistema universal), demonstrando uma diferença de 33,24 pontos. Já as notas mínimas atingidas foram: 57,86 (cotistas/afro) e 119,9 (sistema universal), demonstrando uma diferença ainda maior: 62, 04 pontos. Ou seja, aqui percebemos uma enorme discrepância entre as notas de acesso referentes ao sistema de cotas/afro e o sistema universal.

No curso de Sistemas de Informação, a nota máxima oscilou em 40,9 pontos, revelando uma grande vantagem dos candidatos do sistema universal sobre os cotistas/afro. No mesmo curso, em relação às notas mínimas atingidas, verificamos uma oscilação de 36,29 pontos, confirmando uma vantagem de pontuação de acesso, do sistema universal sobre o sistema de cotas/afro.

No curso de Matemática, a nota máxima dos cotistas/afro foi 174,7 e do sistema universal foi 165,8, demonstrando uma situação inversa à dos outros cursos já analisados, uma vez que, a diferença de pontuação aponta uma vantagem de 8,9 pontos dos cotistas/afro sobre o sistema universal. Tal constatação subsidia a discussão de que nada pode ser generalizado, pois não existe uma verdade absoluta nas Ciências Sociais.

Já nas notas mínimas alcançadas no acesso ao curso de Matemática, percebemos que os cotistas/afro estão bem aquém do sistema universal, revelando uma diferença de 78,93 pontos.

No curso de Medicina, a nota máxima dos cotistas/afro foi 175 pontos e do sistema universal foi 186 pontos, perfazendo uma pequena diferença de 11 pontos. As notas mínimas demonstram uma diferença de apenas 2 pontos. Essas constatações confirmam que o nível dos cotistas/afro, ao contrário do que especulam aqueles que se opõem às políticas raciais, é minimamente inferior ao sistema universal, mesmo esses “afro” tendo meios de acesso social escassos e diferenciados.

No curso de Biologia (licenciatura), verificamos que a nota máxima atingida pelos cotistas/afro foi 174,98 pontos e pelo sistema universal 179,4 pontos, perfazendo uma diferença de 4,42 pontos e a nota mínima perfaz uma diferença de 52,7 pontos, sendo que essa pontuação representa vantagem para o sistema universal.

TABELA 8 - Notas de Acesso pelo Sistema de Reserva de Vagas/Afro (1/2005)

CCSA			CCH			CCET			CCBS		
CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN
Direito	164,57	140,36	História	157,14	104,72	Sist. Inform.	124,8	90,91	Medicina	175	165
Ciências Sociais	145,86	116,16	Artes	122,9	57,86	Matemática	174,7	42,97	Biologia	174,98	101,59

TABELA 9 - Notas de Acesso pelo Sistema Universal (1/2005).

CCSA			CCH			CCET			CCBS		
CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN
Direito	180,57	156,14	História			Sist. Inform.	165,7	127,2	Medicina	186	167
Ciências Sociais	167,8	142,28	Artes	156,14	119,9	Matemática	165,8	121,9	Biologia	179,4	154,3

Fonte: Coleta Direta/ UNIMONTES/2009

Se compararmos as Tabelas 10 e 11, verificamos que no processo seletivo 1/2006 ocorreram as seguintes oscilações nas pontuações atingidas pelos cotistas/afro e pelo sistema universal:

- 1)No curso de Direito a diferença entre a pontuação máxima é de 16,1 e da pontuação mínima também é de 16,1 representando vantagem para o sistema universal;
- 2)No curso de Ciências Sociais, a diferença na pontuação máxima é de 2,7 pontos e na pontuação mínima é de 33,4 pontos de vantagem para o sistema universal;
- 3)No curso de História, a diferença na pontuação máxima é de 13,5 pontos e na pontuação mínima é de 37,1 pontos, que representam vantagem para o sistema universal;
- 4)No curso de Artes, a pontuação máxima atingida revela uma diferença de 41,2 pontos e a mínima de 48 pontos, também de vantagem para o sistema universal;
- 5)No curso de Sistemas de Informação, a pontuação máxima atinge uma diferença de 20 pontos e a mínima se apresenta bem mais alta, com 99,5 pontos, revelando uma grande vantagem do sistema universal sobre os cotistas/afro;
- 6)No curso de Matemática, as diferenças entre pontos máximos e mínimos se encontram respectivamente em: 22,1 pontos e 54,7 pontos de desvantagem para os cotistas/afro;
- 7)No curso de Medicina, curiosamente, as desvantagens de pontuação dos cotistas/afro diminuem, sendo que, entre as notas máximas a diferença é de 10,5 pontos e entre as notas mínimas atingidas, a diferença entre o sistema universal e o sistema de cotas/afro é apenas de 6 pontos;
- 8)No curso de Biologia (licenciatura), verificamos, mais uma vez, uma situação inversa à lógica predominante, uma vez que, a nota máxima no Processo Seletivo foi obtida por um cotistas/afro: 184 pontos, revelando uma vantagem de 19 pontos sobre o sistema universal. Já a nota mínima não apresenta a mesma constatação, pois o sistema universal obteve 30,3 pontos de vantagem sobre os cotistas/afro.

TABELA 10 - Notas de Acesso pelo Sistema de Reserva de Vagas/Afro (1/2006).

CCSA			CCH			CCET			CCBS		
CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN
Direito	165	142	História	157	121	Sist. Inform.	159,8	45	Medicina	187	170
Ciências Sociais	160,4	104,1	Artes	111,1	65,8	Matemática	123,9	59,3	Biologia	184	110,7

Fonte: Coleta Direta/ UNIMONTES/2009

TABELA 11 - Notas de Acesso pelo Sistema Universal (1/2006).

CCSA			CCH			CCET			CCBS		
CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN
Direito	181,1	158,1	História	170,5	138	Sist. Inform.	179,8	144,5	Medicina	197,5	176
Ciências Sociais	163,1	137,5	Artes	152,3	113,8	Matemática	146	114	Biologia	165	141

Fone: Coleta Direta/ UNIMONTES/2009

No Processo Seletivo 1/2007, se compararmos as Tabelas 12 e 13, verificamos que as pontuações máximas e mínimas atingiram as respectivas oscilações:

- 1)Direito: 16 e 23 pontos, o que representa uma vantagem do sistema universal sobre os cotistas/afro;
- 2)Ciências Sociais: 15 e 21 pontos. Fator que também que representa uma vantagem do sistema universal sobre os cotistas/afro;
- 3)História: 23 e 7 pontos. Outro fator que representa uma vantagem do sistema universal sobre os cotistas/afro;
- 4)Artes: Mais uma vez ocorre uma situação inversa à lógica predominante, em que os cotistas/afro apresentam uma nota de acesso maior do que o sistema universal, perfazendo uma vantagem de 4 pontos. Já a nota mínima foi inferior à do sistema universal, perfazendo uma diferença de 7 pontos;
- 5)Sistemas de Informação: 28,5 e 50 pontos. Vantagem do sistema universal sobre os cotistas/afro;
- 6)Matemática: 31,9 e 13,6 pontos. Também representa vantagem do sistema universal sobre os cotistas/afro;

7)Medicina: 15 e 9 pontos. Representa vantagem do sistema universal sobre os cotistas/afro entretanto, o curso de Medicina, de acordo com os anos analisados, sempre vem apresentando pequenas diferenças de notas entre o Sistema Universal e o Sistema cotas/afro;

8)Biologia (licenciatura): Outra vez inverteu a lógica. Assim, na pontuação máxima, os cotistas/afro obtiveram uma vantagem de 3,7 pontos sobre o sistema universal. Entretanto, a pontuação mínima foi 22,8 menor para os cotistas/afro em relação ao sistema universal.

TABELA 12 - Notas de Acesso pelo Sistema de Reserva de Vagas/Afro (1/2007).

CCSA			CCH			CCET			CCBS		
CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN
Direito	162	131	História	145	121	Sist. Inform.	138	80	Medicina	181	160
Ciências Sociais	142	109	Artes	151	109	Matemática	110	72	Biologia	165,8	114,5

Fone: Coleta Direta/ UNIMONTES/2009

TABELA 13 - Notas de Acesso pelo Sistema Universal (1/2007).

CCSA			CCH			CCET			CCBS		
CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN	CURSO	MÁX	MIN
Direito	178	154	História	168	128	Sist. Inform.	166,5	130	Medicina	196	169
Ciências Sociais	157	130	Artes	147	116	Matemática	141,9	85,6	Biologia	162,1	137,9

Fone: Coleta Direta/ UNIMONTES/2009

Feitas as análises, podemos ressaltar algumas conclusões, acerca do sistema de reserva de vagas, implementado na UNIMONTES, que consideramos imprescindíveis no presente estudo.

Em primeiro lugar, gostaríamos de apontar que, quando levantamos a quantidade de vagas que são ofertadas por categoria (afro e universal), em cada Processo Seletivo (2005/2006/2007), verificamos que 23,9% do total de vagas ofertadas foram destinadas aos auto-declarados afro-descendentes, 46,8% do total de vagas ofertadas foram destinadas ao sistema universal e 29,30% do total dessas vagas ofertadas foram destinadas às demais categorias: egressos de escola pública, indígenas e portadores de deficiências.

Ao buscarmos Identificar o **número de ingressos “afro”** (aprovados), compreendemos que ocorre uma enorme discrepância entre a quantidade de vagas ofertadas e a quantidade de vagas que foram preenchidas pelos cotistas/afro. Deste modo, das 139 vagas

ofertadas, nos cursos selecionados, apenas 123 foram preenchidas, ficando um residual de 16 vagas.

Essa constatação engendrou um questionamento sobre qual seria o motivo dessa discrepância entre vagas ofertadas e vagas preenchidas. Será que os cotistas/afro não estão conseguindo atingir a nota mínima de aprovação no Processo Seletivo ou será que, ao se candidatarem às vagas, os candidatos não estão se auto-declarando com afro-descendentes? Será que essa discrepância estaria relacionada ao nível de instrução dos candidatos ou será que estaria relacionada à “fuga” das rotulações, ou seja, à não-identificação racial por parte deles?

Ao desvendarmos o número de acadêmicos **ingressos por curso e por categoria**, pesquisando dois cursos de cada Centro de Ensino, ou seja, um curso mais concorrido e outro menos concorrido percebemos que há uma enorme discrepância entre os números de candidatos inscritos para o sistema de cotas/afro e para o sistema universal. Essa discrepância pode ser visualizada em todos os cursos, em todos os Processos seletivos analisados aqui (2005, 2006 e 2007) e principalmente nos cursos de Medicina e Direito, ou seja, percebemos que a procura pela reserva de vagas/afro permanece inferior, se comparada ao sistema universal. Será que, mais uma vez, podemos apontar que essa menor procura pelo sistema de cotas/afro ocorre pelo fato dos candidatos não se identificarem como negros e/ou merecedores da política de cotas?

E, finalmente, ao verificarmos quais foram as **notas de acesso por categoria**, obtidas pelos acadêmicos aprovados no processo seletivo, em dois cursos de cada Centro de Ensino, pudemos verificar que ao compararmos o sistema de reserva de vagas/afro com o sistema universal, nos processos seletivos (1/2005, 1/2006 e 1/2006), constatamos que existe realmente um descompasso entre os níveis de notas dos candidatos e a reserva de vagas.

Assim, compreendemos que os candidatos que ingressam pelo sistema universal, em sua maior parcela, possuem notas de acesso maiores do que aquelas atingidas pelos cotistas/afro, entretanto, muitas vezes essas notas não são tão distantes umas das outras e a afirmação de um maior nível educacional daqueles que ingressam pelo sistema universal não pode ser imposto como uma regra, uma vez que, existem algumas exceções em que os cotistas/afro conseguiram obter uma nota de acesso maior. Constatado isso, alguns questionamentos surgiram acerca dessa diferença entre as notas de acesso dos candidatos:

A) Será que no decorrer dos cursos as notas dos cotistas/afro continuam, em sua maioria, inferiores às notas do sistema universal?

B) Será que existe alguma relação entre a discrepância de notas entre os cotistas/afro e

o sistema universal com a origem social deles? Será que a diferença de vivências e experiências acumuladas ao longo da vida causa algum impacto no desempenho educacional dos cotistas/afro? Existiria alguma relação entre o capital cultural de Bourdieu (2003) e a reprodução de desigualdades no momento da seleção do vestibular?

Apesar da ausência de respostas para alguns questionamentos, compreendemos o sistema de reserva de vagas, instituído na UNIMONTES, como uma forma de ação afirmativa. Portanto, o seu propósito, entre outros aspectos, está em reparar as injustiças históricas cometidas com a população negra, que ao longo do tempo foi alijada de seus direitos, em um país marcado pelo patriarcalismo branco, que utilizou até mesmo de "mitos" para não ter que assumir a sua dívida com o negro, para camuflar o racismo que aumentava o abismo entre as "raças" e ao acesso aos direitos.

CAPÍTULO 5- CLASSIFICAÇÃO RACIAL E ADESÃO À POLÍTICA DE COTAS: A Voz dos Sujeitos.

Neste capítulo exporemos os resultados das entrevistas realizadas com auto-declarados afro-descendentes, ingressos pelo sistema de reserva de vagas da UNIMONTES, no ano de 2007. Utilizaremos pseudônimos para preservar a verdadeira identidade dos alunos entrevistados. A caracterização do perfil dos cotistas/afro e a compreensão da relação entre a política de cotas e a classificação racial adotada por eles, foi produzida, aqui, através da metodologia qualitativa de entrevista em profundidade.

5.1- Os Sujeitos Selecionados.

5.1.1- “Olha, eu acredito que seja branco [...] Ah, quando eu falei branco...eu acho meio pardo, assim [...] eu acredito que a minha família tem algumas misturas de raça, sabe? [...] A miscigenação ela é bem predominante.

Tom tem vinte e nove anos de idade, nasceu no Município de Montes Claros, reside no Centro da mesma cidade onde nasceu e possui uma renda familiar mensal de cerca de R\$3.000,00.

Ingressou na UNIMONTES no ano de 2006, para cursar Ciências Sociais, mas em 2007 prestou outro vestibular e foi aprovado para o curso de Direito/Noturno, onde hoje cursa o quinto período.

Pelo fato de trabalhar, Tom teve que escolher o período noturno para estudar: *“Eu trabalho, né. Então eu saio de lá umas seis e meia e venho pra cá correndo...tem que ser, não tem jeito”*.

Ele sempre estudou em escola pública e afirma ter escolhido Direito por ser o curso mais “atraente” na área que ele tem afinidade, que é a área de Ciências Humanas.

[...] é interessante no curso de Direito o seguinte: você aprende a ter uma certa ambição, a querer sempre mais (Ao contrário das Ciências Sociais?) Isso. Por isso que eu mudei de curso [...] o meu objetivo é: se hoje eu tô ganhando dois mil reais, amanhã eu tenho que ganhar quatro, dez, quinze, vinte, entendeu? Eu tô assim. Enquanto eu tiver fazendo o curso, enquanto eu tiver no meio, é só fazer concurso, cada vez mais, para ganhar mais.

Portanto, Tom parece se sentir diferente daqueles “colegas” que cursavam Ciências Sociais, porque teve uma percepção mais aguçada, mais seletiva e procurou ingressar em um curso que lhe possibilitasse, segundo ele, maior *status* e meios de ascensão social. Sua ambição por ocupar um melhor espaço na escala social e fugir dos determinismos parece, em sua concepção, o distinguir dos demais colegas. Essa distinção nos coloca diante daquilo que Brandão (2004:116) denomina como “distinção individual” e que Bourdieu (1998: 163) classifica de “Violência Simbólica”, em que:

[...] Os agentes sociais são agentes conhecedores que, mesmo quando submetidos a determinismos, contribuem para produzir a eficácia do que eles estruturam o que lhes determina..." (BOURDIEU E WACQUANT, 1992: 142 *apud* BRANDÃO, 2004: 117).

Quando questionado quanto à sua cor, Tom se classifica como branco. Entretanto, ao ser sugerida uma “escala simbólica” de zero a dez pontos, onde zero representa um tom de pele muito claro e dez representa um tom de pele muito escuro, ele muda o seu discurso:

Ah, quando eu falei branco...eu acho meio pardo [...] Então eu acredito que seja cinco (por que você se classifica assim?) Olha, eu acredito que minha família tem algumas misturas de raça, sabe? Branca e índio.

A fala de Tom traduz claramente conceitos bastante presentes no discurso racial brasileiro:

1º) A Teoria do Branqueamento: que predis põe os negros a se aproximarem do “pólo branco”, mais valorizado socialmente, adotando classificações intermediárias, que buscam diluir a tonalidade da cor preta, através de denominações que criam um “contínuo de cor”, como: moreno, mulato, pardo, marrom. Essas “cores intermediárias” poderiam presumir uma discriminação menor, os afastando daquele “pólo” tomado como inferior, o “pólo negro”.

2º) O Mito fundador das três raças: discurso muito presente em Gilberto Freyre (1933), que aponta a miscigenação como carro-chefe da formação identitária brasileira, em que, a mistura das raças nega o racismo e prega uma cultura de harmonia, reproduzida na ideologia da democracia racial.

Assim, compreendemos que esses conceitos dificultam as classificações dos grupos étnicos-raciais, no Brasil, por ampliar demais as avaliações, perdendo o foco do que realmente interessa, que é solucionar o problema “histórico” dos negros desfavorecidos. Esse discurso que pretende se impor como hegemônico surge de correntes que se opõem à adoção de políticas raciais e pretendem atrair adeptos, utilizando-se da falta de informação, do “senso comum”, para afirmar a presença de uma democracia racial que trata a todos como iguais e polariza a sociedade em uma única raça: a raça humana.

Tais discursos têm sido tão marcantes, que parecem adquirir mais e mais adeptos e se impor como única verdade. Entretanto, eles ainda não se apóiam em dados empíricos concretos e parecem negligenciar os fatos históricos, utilizando-se de constatações biológicas para tentar explicar fatos sociais.

Nessa direção, constatamos que Tom - assim como grande parte da população brasileira que possui pouco acesso aos dados sobre as pesquisas raciais - reproduz o mesmo discurso da elite branca, que objetiva retardar as mudanças ou a efetivação de políticas raciais,

mesmo sendo um beneficiário da política racial. Tal concepção pode ser comprovada quando o entrevistado afirma:

A minha raça? Humana [...] Eu acredito nessa miscigenação, ela é bem predominante, né [...] Num país onde a tendência é de uma miscigenação muito grande, acredito que devo ter, com certeza, um parente afro-descendente [...] sempre há uma mistura...a mistura é predominante.

Portanto, apesar de se classificar como branco, Tom se considera afro-descendente, baseando-se no “Mito Fundador das Três Raças”, ou seja, o que determina essa identificação racial é a ascendência e não a sua tonalidade de pele.

Tom afirma nunca ter sofrido preconceitos durante a vida e nem mesmo na universidade. Portanto, o fato de ter ingressado por cotas não lhe trouxe nenhuma forma de preconceito, até mesmo porque as pessoas não sabem quem ingressa por cotas.

A UNIMONTES não divulga isso, então a gente entra e não tem como você saber se você entrou, só se você olhar, mesmo, o processo em si, olhar quem tá lá, né...

Portanto, a UNIMONTES não expõe os acadêmicos, ou seja, não segrega cotistas e não-cotistas. Tal fato contribui, segundo Tom, para abafar o preconceito. Quando questionado se aumentaria o preconceito, caso a UNIMONTES expusesse os cotistas, Tom afirma:

Eu acho que sim. Já chegou um colega meu de sala e disse: oh, fulano, tá vendo? Ele é branquinho e entrou como afro-descendente.

Entretanto, essa questão de possuir um tom de pele claro ou escuro, na UNIMONTES, não influencia no processo, ou seja, não serve como parâmetro para selecionar quem ingressa pelas cotas. Assim, o candidato não precisa ser negro, precisa apenas se declarar como tal.

Esse critério adotado pela UNIMONTES parece não dar conta de atender aos requisitos das políticas raciais, que são criadas na finalidade de atender àquelas pessoas que carregam a ‘marca’ como diferencial. Assim, a auto-declaração tem permitido que “oportunistas” se beneficiem da política, pessoas que não são o alvo do preconceito, porque são brancas: Mas eu já sabia já. Tanto que depois, se você conversar com “F”, você vai ver que ela é branquinha, branquinha.

Como já salientado, Tom se classifica com uma nuance fenotípica mediana, ou seja, ele não é negro. Mesmo assim, ele escolheu ingressar por Cotas/Afro e ainda apresentou uma justificativa para tal escolha:

Embora tinha as notas muito boas quando eu passei em Ciências Sociais, só que, com relação à miscigenação que é predominante, eu achei que poderia entrar em cotas. E fiz, e passei...passei nos dois: diurno e noturno, aí escolhi o noturno.

Quando questionado se ele se considera merecedor do benefício das cotas, ele responde: *“Acredito que sim [...] primeiro porque eu estudei minha vida toda em escola pública, né [...] minha família não tinha, na época, condições financeiras, né”*.

Deste modo, ele justifica a sua diferenciação social como, somente, econômica, esquecendo-se que o ideal da política é beneficiar a associação entre o problema racial e o econômico. Para ele, as cotas facilitam o ingresso na UNIMONTES, entretanto, ele salienta:

Mas o nível tá cada vez mais alto e então, assim, as pessoas que hoje estudam e querem tentar, por exemplo o curso de Direito, não adianta, tem que estudar mesmo, porque, às vezes, dá mais do que o sistema Universal [...] Então, no caso, assim, eu acredito que a Unimontes criou a política, ela deveria criar vagas, né. Se tivesse mais vagas, poderia colocar o Sistema Universal que ninguém importaria, entendeu?

Portanto, Tom enfatiza que a UNIMONTES deveria criar vagas para atender à política de cotas, ao invés de dividir as vagas já existentes, ou seja, quando se implementa uma política, o ideal é que se criem mecanismos que lhe forneça suporte para que ela alcance a eficácia desejada. Essa crítica fica bastante evidente quando o entrevistado diz:

[...] Como são poucas as vagas, são poucas as pessoas que entram, então fica mais difícil e as pessoas acabam indo pelas cotas. É...não pegam aquela classe, assim, baixa, dos menos favorecidos. São pessoas que já estudam e têm um certo padrão de vida [...] mais estável, entedeu? Não são assim, aquela baixa, no padrão que seria necessário [...]

O entrevistado deixa claro que a política de cotas não está atendendo realmente aquelas pessoas que mais necessitam, porque as vagas ainda estão aquém do padrão necessário e ainda, dentro da estratificação das cotas, existem aqueles que possuem certo nível de instrução mais elevado e que acabam sendo beneficiadas em detrimento das demais. Isso parece ocorrer devido ao fato de crescerem em uma família com um “capital cultural” mais elevado, como ele diz:

[...] Então, assim, a minha família já tem, assim, um pouco de “pé-no-chão” de estudar [...] Por exemplo, meu irmão faz Medicina aqui e entrou por escola pública (Cotas para egressos de escola pública) Ele poderia, muito bem, ter entrado no sistema universal.

Deste modo, o incentivo dos pais, a base familiar, propiciou que os filhos desempenhassem níveis de escolhas mais conscientes, mais satisfatórios, tanto que, se não houvesse as cotas, Tom conseguiria, com a sua pontuação, ingressar pelo sistema universal.

Podemos evidenciar, assim, que as escolhas subjetivas e o capital cultural, localizado na família, desempenham fundamental importância nas escolhas dos indivíduos, na decisão do futuro, permitindo, até mesmo, que pessoas que não tiveram acesso ao ensino privado,

considerado de melhor qualidade, e estudaram sempre em escolas públicas, consigam fugir de certos determinismos.

Brandão (2004:119) exemplifica claramente o peso do subjetivo e de sua interação com as estruturas, ao se apropriar do seguinte discurso:

[...]Sem organizar suas condutas de maneira a maximizar o rendimento dos meios que eles dispõem, ou, mais simplesmente, sem calcular, se colocar explicitamente seus fins e sem combinar explicitamente os meios de que eles dispõem para os atender, enfim, sem fazer combinações, planos, projetos, os agentes sociais são razoáveis, eles não são loucos, eles não cometem loucuras [...] e isto precisamente porque eles interiorizaram, ao fim de um longo e complexo processo de condicionamento, as chances objetivas que lhes são oferecidas, porque eles sabem ler o futuro que lhes convém, que lhes cabe e para qual eles foram feitos...(BOURDIEU & WACQUANT, 1992:105 *apud* BRANDÃO, 2004: 119).

Ou seja, o futuro depende das escolhas individuais, dos meios escolhidos para atingir os fins almejados. Os sujeitos, mesmo quando impostos a condições de igualdade apresentam naturezas diferenciadas de existência material, porque interiorizam as estruturas de maneira diferenciada. Bourdieu trabalha com o conceito de *habitus* para explicar essa lógica:

O *habitus* é gerado pelas experiências iniciais dos indivíduos em sua vida social, o que compreende as primeiras relações com as condições materiais de existência; a partir daí, torna-se princípio da “percepção e da apreensão de toda experiência ulterior”. (BOUDIEU, 1983^a:64 *apud* BRANDÃO, 2004:186).

Portanto, Tom, que hoje é servidor público estadual, concursado, ingressou pelo sistema de cotas/afro porque acreditou ser o meio mais fácil de acesso à universidade pública, que sempre foi o seu objetivo. No entanto, se não houvesse cotas, ele prestaria vestibular para o mesmo curso (Direito) pelo sistema universal, ou faria uma faculdade particular caso não conseguisse aprovação.

A impressão que o entrevistado tem sobre a UNIMONTES é que ainda falta um pouco de didática por parte dos professores, entretanto, isso não se coloca como um empecilho para ele: “[...] se você quer aprender, você tem que correr atrás e estudar sozinho, não tem jeito. Eu acho que é o diferencial dos alunos aqui, porque sabem que só contar com o professores, não vai muito longe não”.

Tom não participa de nenhum movimento dentro da universidade e afirma nunca ter se sentido deslocado em relação aos colegas. Assim sendo, o fato de ter ingressado por cotas/afro não alterou o tratamento dispensado a ele, ou seja, não gerou nenhum tipo de preconceito por parte dos colegas. Assim, ele se sente igual aos demais colegas.

Quando questionado sobre o sistema de seleção dos Cotistas/Afro adotado pela

UNIMONTES, que é baseado na auto-declaração de afro-descendência, ele acredita ser adequada pelo seguinte fato: “[...] nós vivemos num país onde a predominância é muito grande de miscigenação, ainda mais no sudeste, norte e nordeste”.

No entanto, quando o questionamento se estende, ele parece sentir-se meio confuso, como pode ser visualizado na seguinte fala:

(Mas você acha que, no Brasil, o preconceito ocorre pela cor da pele ou pela origem da pessoa?) Olha, eu acredito que pela cor da pele. (Então você não acha que, já que é pela cor da pele, o sistema de classificação não deveria privilegiar a cor da pele, as pessoas que são realmente negras?) Sim, realmente. Porque, na verdade, a intenção foi uma, mas o alcance tá sendo outro [...] completamente diferente.

Deste modo, Tom confirma que a política de cotas/afro da UNIMONTES deveria se pautar numa seleção baseada no fenótipo, já que os negros, geralmente, ocupam uma posição inferior, na escala social, por causa do preconceito e este se dá pela cor da pele. Aqui temos mais uma comprovação de que a idéia de raça gera o racismo e que, para se atingir um nível considerável de eficácia nas políticas raciais, elas deveriam sofrer modificações em sua legislação, ou seja, deveria haver uma seleção mais apurada, uma triagem com os candidatos cotistas/afro.

Apesar desse tipo de seleção ser muito criticado por autores como Maggie e Fry, nos parece ser, até o momento, a melhor alternativa para garantir que as pessoas certas sejam beneficiadas.

Tom também concorda com essa hipótese, entretanto, possui motivos mais pessoais em relação à adoção de critérios que adotem maior rigor de seleção: “*Olha, se eu não tivesse entrado, eu até concordaria sim com a universidade tá fazendo isso, porque, realmente, o alcance ia ser determinado para o objetivo que foi criado*”.

Essa fala do entrevistado reflete justamente aquilo que nos propomos a pesquisar: a identificação racial dos cotistas. Assim, parece que a auto-declaração tem permitido que pessoas de fenótipo distante das características negras, ou mesmo indivíduos brancos, estejam se beneficiando da política racial e, portanto, ocupando os postos que foram criados no intuito de se reparar ou corrigir as injustiças históricas.

Um dos fatores que têm permitido que brancos se identifiquem como afro-descendentes é a idéia da ascendência, ou seja, a idéia de possuir um ancestral negro na família. Essa perspectiva seria muito bem aceita nos EUA, onde o preconceito ocorre em relação ao genótipo, ou seja, se refere a origem. Entretanto, como já constatado, desde os anos 1950, por Florestan Fernandes, o preconceito existe e é generalizado, no Brasil, embora ainda

sutil e hipócrita. E esse preconceito não leva em conta ancestralidade e sim tonalidade da pele.

Esse mesmo preconceito prejudica os negros e lhes impõe barreiras para ascender socialmente. Portanto, a auto-classificação não deveria ser utilizada para selecionar os beneficiários de políticas raciais, devemos focalizar as nossas políticas e criar meios diferenciados para aqueles negros que são prejudicados duas vezes: por pobreza e por raça.

O nosso entrevistado parece concordar com as nossas argumentações, quando afirma:

[...] o de afro-descendente tá um pouco carente, porque, na verdade, o objetivo tá um pouco sendo desviado, porque eu acredito que tinha que ser pela cor da pele sim. Porque, na verdade, no Brasil, o que a gente vê não é quanto a origem, é pela cor da pele [...] igual eu tenho uma colega [...] ela é muito branca, igual leite [...] mas a família dela é negra, entendeu? E se ela tivesse uma cor como os ascendentes dela o que ocorreria é que seria assim, talvez poderia ter sentido.

Tom pretende dizer que se fosse nos EUA, a variável ascendência seria aceitável, porque lá ocorre o preconceito pela origem, ao contrário do Brasil, que é pela cor da pele. Portanto, essa seria uma falha no sistema de cotas/afro da UNIMONTES.

5.1.2 [...] eu acho difícil você falar realmente quem é negro e quem não é no Brasil [...] tem pessoas que são mais escuras e falam que não são negros, falam que são morenos e tem pessoas que são mais claras e falam que são negras.

Bia é acadêmica do quinto período de Ciências Sociais, tem 34 anos de idade, ingressou na Unimontes no ano de 2007, com 31 anos. Nasceu na cidade de Porteirinha, localizada ao norte de Minas Gerais e reside em uma cidade emancipada recentemente, chamada Nova Porteirinha, que se localiza a cerca de 137 Km de distância do campus da faculdade que ela estuda (UNIMONTES/Montes Claros). Portanto, Bia precisa se deslocar, todos os dias, da sua cidade para a cidade de Montes Claros, gastando cerca de oito horas de viagem por dia, sendo: quatro horas na ida e quatro horas na volta.

A renda familiar mensal de Bia soma, em média, três salários mínimos. Ela se declara como negra quando perguntamos sua “cor”, entretanto ressalta ser “menos negra” em relação à sua família: “[...] *Eu sou mais clara um pouquinho, mas meu pai, a família do meu pai, são todos negros. Eu sou mais clara, um pouco, por causa da minha mãe, mas o cabelo, traço e rosto...identifica*”.

Em relação à sua raça, ela também afirma ser negra: “[...] *devido à minha família, histórico familiar, todos são negros [...] é ascendência*”.

Bia afirma já ter sofrido preconceito durante a vida, quando a pedimos para citar ela diz:

Lojas...tem comércio. Lá onde eu moro, eu moro numa cidade e trabalho em outra, Janaúba, é próximo assim. Lojas que quando você entra, as pessoas te olham, aí depende, eu acho que depende muito de cor. Igual eu e você...se entrar eu e você numa loja, eles vão atender você primeiro do que eu. Eu já reparei isso [...] se você for de uma cor mais escura, depende da cor, de roupa, acho que não só lá, mas na maioria dos lugares.

Portanto Bia aponta a existência de tratamentos diferenciados com quem é branco e com quem é negro: “[...] quando a pessoa é branca, não vê, não nota, mas quem é “de cor” nota sim... você vê diferenciações”.

Deste modo ela atribui esse preconceito ao “universo da aparência”: “[...] geralmente eles olham e falam: ah, se é “de cor” deve ser pobre [...] Eu acho, eles olham pra você e já analisam”.

O que ela está dizendo é que o preconceito ocorre por causa do fenótipo. Assim, os negros são as maiores vítimas desse preconceito e de possíveis especulações advindas dele, porque carregam, assim como já apontado por Nogueira (1998) o “peso da marca”.

Bia diz nunca ter enfrentado preconceito na universidade, nem por sua cor, nem por ter ingressado pelas cotas/afro. Deste modo, ser “cotista” não gerou nenhuma diferenciação por parte dos colegas: “Acho que não, geralmente. Eu comentei com poucas pessoas, só quem é mais chegado a mim que sabe. Não por vergonha, porque eu não tenho”.

Ela quer dizer que não tem problemas em se assumir como cotista/afro e diz ter escolhido as cotas por acreditar ser um meio mais fácil de acesso à universidade, pelo fato da concorrência ser menor e por se achar merecedora do “benefício” das cotas, devido ao fato de se definir como negra.

[...] antes, se você for olhar o contexto das pessoas que entraram para a faculdade...você não via as pessoas da minha cor ou mais escuras do que eu [...] Era a coisa mais difícil. Geralmente eram pessoas que tinham uma condição financeira bem melhor.

Então, as cotas/afro seriam, para Bia, um meio mais fácil de propiciar acesso à pessoas que antes não tinham.

[...] Mesmo que existe o preconceito contra a questão das cotas [...] Eu sou afro-descendente, minha nota foi um pouco menor do que a outra pessoa...só que isso não me torna menos capaz não. Só que é uma maneira mais fácil de você entrar...é meio contraditório, a questão, de você discutir [...] Porque ao mesmo tempo que eu não me julgo menos inteligente, porque eu entrei e não tentei normal, entendeu? [...] Sinceramente, eu fiquei com medo de tentar e não conseguir.

Portanto, Bia ressalta a maior facilidade que a política de cotas trouxe e destaca que sem a referida política, aumentaria a dificuldade em ingressar na universidade.

[...] o pessoal, assim, da nossa cor, geralmente estão em escolas públicas, a maioria. Raras pessoas conseguem uma bolsa numa escola [...] a questão de ser mais difícil é, eu creio que porque o acesso da gente à escola [...] Se você estudou em escola pública é, eu mesma trabalho, muita gente trabalha assim e tem pessoas que não trabalham e, geralmente, [...] são pessoas brancas [...] nós que somos “de cor” trabalhamos [...] escola particular, você não vê quase pessoas negras.

Deste modo, Bia quer dizer que essas pessoas que não necessitam beneficiar-se das cotas, não precisam trabalhar. Então elas, além de ter maior acesso ao ensino “de qualidade” (privado), elas têm mais tempo para estudar e conseguir um nível de notas mais elevado.

É isso que eu julgo. Têm mais tempo para estudar, porque se você não trabalhar, você tem o tempo todo disponível para estudar. Tem pessoas que investem nos estudos de maneira assustadora e essa questão de pessoas mais simples, não têm essa condição, porque sempre trabalharam para se virar.

E, geralmente, as pessoas mais simples, que necessitam trabalhar para ajudar a família, são negras.

São negras, por causa do histórico da escravidão. Já vem da escravidão, já tem um histórico [...] é uma dívida que até hoje persegue quem é “de cor” [...] é um ciclo vicioso. As cotas ‘gerou’ muito preconceito, é como se medidas que fossem criadas para amenizar a situação, cria um preconceito pior.

Na verdade, as cotas são denominadas de discriminação positiva, porque elas discriminam para poder incluir. Então é uma política discriminatória mesmo, que discrimina positivamente aquelas pessoas que são tratadas como diferentes socialmente, como os negros. Pessoas que foram, ou são, prejudicadas de alguma forma. Portanto, as “políticas raciais” são discriminatórias porque se amparam na diferença e buscam, em tese, corrigi-la, uma vez que, as diferenças existem e interferem no curso das ações.

Assim sendo, quando perguntamos à entrevistada se existe alguma diferença, dentro da universidade, entre egressos de escolas particulares e egressos de escolas públicas, ela responde: “*Tem, é lógico que tem. Eu conheço um rapaz, por exemplo, ele tá aqui e tem vinte e poucos anos. Ele tem inglês, tem não sei o que e espanhol [...] tem uma base bem melhor do que, no caso, a minha [...]*”.

Bia também enfatiza que o fato de trabalhar interfere muito nos estudos. Deste modo, ela diz que se não trabalhasse, poderia se dedicar mais aos estudos: “*Eu tô fazendo um trabalho aqui, agora, porque eu não tive tempo de fazer no final de semana. Porque tinha outros pra fazer*”.

Ela concorda com a classificação utilizada pela UNIMONTES, a auto-declaração de afro-descendência, mas acredita que o preconceito ocorre devido ao fenótipo e a questão

econômica: “[...] *Se você for negro e tiver dinheiro é diferente do que se você for negro e pobre*”.

Sob essa perspectiva, questionamos se ela acredita que a questão da auto-declaração não estaria criando um espaço para que as pessoas que não são negras ingressem pelas cotas. Esse questionamento gera uma dúvida nas considerações de Bia: “*Oh, nesse ponto eu não tinha pensado, nisso que você me perguntou. Isso é diferente. Você quer dizer assim: que no caso uma pessoa se auto-declarar negra e não ser negra? [...] muita gente faz isso*”.

Entretanto, mesmo confirmando que algumas pessoas burlam as regras das cotas/afro, ela acredita que a UNIMONTES deve continuar com a auto-declaração, porque, caso adote critérios mais rigorosos de seleção, muita gente será prejudicada:

[...] No caso da minha cor, por exemplo, tem pessoas mais claras do que eu, da minha cor...muita gente coloca parda. Seria um ponto de dificuldade. Então, geralmente, esses tipos de projetos que se for consertar demais, ou tentar ficar muito minucioso, vai prejudicando até as pessoas que hão de ser beneficiadas [...]

Bia acredita que não seria tão satisfatório aperfeiçoar a seleção dos candidatos às cotas/afro, para pessoas que não são negras serem inseridas como negras. Ela diz que seria difícil, por que:

[...] acho difícil você falar realmente que é negro e quem não é, no Brasil [...] Tem pessoas que são mais escuras e falam que não são negros, falam que são morenos e tem pessoas que são mais claras e falam que são negras [...] seria mais fácil colocar brancos e não-brancos.

Portanto, verificamos que o problema está, realmente, na declaração dos candidatos e na dificuldade que existe em classificar cor/raça no Brasil, justamente devido ao que já foi citado anteriormente: às pessoas acreditarem que a mistura de “raças” gerou uma extensa gama de “povos” e nuances fenotípicas, ou um “contínuo de cor”.

Entretanto, acreditamos que as políticas raciais devem ser destinadas aos negros pobres, que se encontram “marginalizados” e diferenciados das demais categorias sociais. Nesse ponto, entendemos que o sistema de auto-declaração amplia demais o “leque de possibilidades” e propicia que pessoas nunca antes inferiorizadas, nem diferenciadas, se beneficiem com a política.

Essa questão pode ser amenizada com a identificação via fotografia, aliada à entrevista com o candidato e comprovação, minuciosa, de carência financeira, além de uma ampliação do discurso da legislação das políticas raciais para toda a comunidade, inclusive através da mídia, informando a quem foram destinadas tais políticas e quem deve, realmente, se beneficiar delas.

Acreditamos que, tais medidas poderão impedir que o “famoso” “jeitinho brasileiro” continue a prevalecer nas práticas da sociedade e à sucumbir a real efetivação das políticas raciais.

Bia acredita que as cotas estejam propiciando que pessoas negras, antes alijadas do processo social, estejam “na ativa”, construindo um futuro como protagonistas de sua própria história. Uma história do negro feita pelo próprio negro. Isso pode ser percebido quando ela argúi sobre os pontos positivos do sistema de cotas:

Eu acho que mostra que as pessoas negras tão conseguindo uma situação melhor, em questão de faculdade mesmo, né. A inserção da pessoa “de cor” [...] isso mostra que, você esforçando, você consegue [...] Antes você não conseguia de forma alguma [...] então a pessoa negra faz a sua história hoje, a partir das Cotas. (tem preconceito?) É lógico que tem isso. Só que eu acho, igual você falou, um preconceito positivo: mesmo que as pessoas falem, você está estudando e vai conseguir [...] pior é sofrer um preconceito e não conseguir nada [...] O povo vai ficar falando e você tá bem indo pra frente.

A questão, para ela, é não se fazer de vítima do preconceito e sim, protagonista da história. Fazer a diferença e ser exemplo: “[...] *Você não pode ser vitimizado. Se entrar numa loja e for maltratado, você não entra nunca mais [...] você tem que ser exemplo, você não pode simplesmente ficar ali esperando [...]*”.

Então, para Bia, as cotas estão propiciando que as pessoas negras tenham acesso e sirvam de exemplo para os outros negros, para mostrar que os negros não são inferiores e que podem ocupar o mesmo espaço que uma pessoa branca ocupa.

Entretanto, Bia questiona que, além do acesso, as cotas/afro, deveriam garantir a permanência dos acadêmicos na universidade:

[...] quando se fala em inserir uma pessoa negra numa faculdade. Às vezes você insere a pessoa, mas ela não tem condições de se manter nela. Mesmo na pública [...] A gente paga mensalidade do ônibus...mesmo que a faculdade é pública, você gasta com apostila, gasta com muita coisa. Eu acho que falta isso .

Assim, Bia acredita que a UNIMONTES deveria criar uma política de permanência, para que os acadêmicos não evadam por falta de condições de se manter na universidade. Deste modo, ela acredita que a UNIMONTES deveria fornecer bolsas de auxílio para os cotistas, caso a pessoa comprovasse a sua carência financeira.

As argumentações de Bia podem servir como auxílio para aqueles que legislam sobre as políticas raciais da UNIMONTES. Ressaltamos que os questionamentos empreendidos aqui, antes de se configurarem como uma crítica negativa à universidade, procura desvendar as lacunas existentes no sistema de reserva de vagas para afro-descendentes, que poderão

contribuir para uma melhoria substancial nas bases sobre as quais se erguem tais políticas, contribuindo para uma maior eficácia delas e no alargamento de sua abrangência, tornando a universidade mais plural, mais democrática e modelo para outras universidades do país.

5.1.3 Moreno [...] a minha pele é uma pele não tão clara e não tão escura, então seria um meio termo assim entre os dois extremos.

Beto, que é natural de Francisco Sá, Norte de Minas Gerais, mas reside em Montes Claros, tem 30 anos de idade e cursa o quinto período de Artes/Música na UNIMONTES. Prestou vestibular pelo sistema de cotas/afro, no ano de 2007 para Artes/Música e História, sendo este o curso de sua preferência. No entanto, não conseguiu aprovação em História e acabou ingressando no curso de Artes/Música, que hoje ele acredita ser adequado às suas necessidades, pelo fato de ele já tocar instrumentos musicais e ter experiências na área.

Ele afirma ter estudado sempre em escola pública e esse fator parece ter lhe criado algumas dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico. Uma das dificuldades apresentadas por Beto pode ser verificada na reprovação que teve em uma disciplina: Sociologia da Arte e quando ele diz:

[...] Dificuldade [...] na questão de linguagem mesmo, da linguagem mais formal, da linguagem mais científica que a gente vê aqui na academia, né? Normalmente a gente não tem esse contato fora da academia.

Beto se identifica como moreno, utilizando a pigmentação de sua pele como parâmetro: “[...] a minha pele é uma pele não tão clara e não tão escura, então seria um meio termo assim entre os dois extremos”.

Essa dificuldade de identificação e classificação racial já foi observada por Brandão (2007), cujas conclusões apontam que o brasileiro busca afastar-se de estereótipos através de denominações que “clareiam” a sua negritude, na busca por maior aceitação social.

Assim, Beto acredita situar-se num meio termo de “coloração de pele”, por acreditar enquadrar-se em um equilíbrio de cores, no contraste entre o preto e o branco: “[...] não tende pra negro mais também não tende pra branco”.

No entanto, ele se classifica como afro-descendente, por acreditar que a sua origem familiar influencia nessa questão: “[...] na minha família tem casos de pessoas assim de pele mais escura, por parte dos irmãos da minha mãe, a minha própria mãe também ela é uma morena mais escura, então eu me considero afro-descendente”.

Apesar de se denominar afro-descendente, Beto afirma nunca ter sofrido preconceito racial e atribui isso ao fato de não se achar tão “diferente” das outras pessoas, o que pode ser mais bem explicitado quando ele diz:

[...] Eu acho que as pessoas geralmente elas têm preconceito com aquilo que é muito diferente, né? Geralmente as pessoas que sofrem preconceito elas se destacam das outras por algum motivo e eu me considero uma pessoa que se adequa, assim, mais às outras, em termo de normalidade. Eu acho que eu não tenho nada, assim, que destaca pra chamar tanta atenção. Igual uma pessoa que é muito negra às vezes ela chama mais atenção. Pessoas que são homossexuais chamam também essa atenção, então o preconceito geralmente tá voltado mais pra isso, né? No meu caso acho que eu não tive preconceito, não sofri nenhum preconceito justamente por isso.

O que ele quer dizer é que o preconceito está associado ao fenótipo da pessoa, à cor da pele. Portanto, os negros sofrem discriminação pela aparência (cor da pele) e não pela essência (descendência).

O fato de ter ingressado pelas cotas/afro não gerou nenhuma diferenciação de Beto, por parte dos colegas, assim como não gerou para a maioria dos entrevistados, uma vez que, eles apontam que ninguém sabe quem são os alunos que ingressam pela reserva de vagas. Deste modo, nunca houve questionamentos, na sala de Beto, relacionados ao processo de ingresso à universidade.

A gente nunca comentou nada sobre isso, na turma. Ninguém, assim, ninguém nunca chegou a entrar em detalhe em relação ao processo seletivo. Então nunca teve nada de conversa em relação ao processo mesmo, como que cada um entrou na faculdade.

Beto diz ter optado pela reserva de vagas/afro por acreditar ser uma maneira mais fácil de ingresso à universidade. Entretanto, ele afirma não ter sido beneficiado pelo processo, quando aponta que a concorrência foi tão grande quanto ao sistema universal.

Quando eu tentei por cotas foi bem quando foi lançada essa proposta de processo seletivo [...] acho que só tinha concorrido uns dois vestibulares por cotas. Então, assim, foi quando tava caindo a ficha na cabeça do pessoal, sobre o sistema, sobre as facilidades que ia gerar o sistema. Então teve uma grande procura aquele ano, assim, aumentou bastante a procura por tentar pelo sistema de cotas.

Quando questionado se ele se considerava um merecedor das cotas, Beto diz que sim, pelo fato de ter sempre estudado em escola pública: “[...] às vezes quem tem acesso ao ensino privado, ele se destaca um pouco mais, ele tem um ensino de mais qualidade, então ele com certeza sai na frente no processo seletivo”.

Entretanto, Beto não vislumbra as cotas/afro como facilitadoras no acesso à universidade:

[...] porque quando eu ingressei o processo tava equilibrado cotas e universal, acho que nesse caso não. Mas alguns anos anteriores ao ano que eu entrei, tava bem grande a diferença, tipo tava dando 15 por vaga no sistema universal e por cotas dava 5, quando eu tentei tava dando 13 e 13 tava praticamente.

Sobre a classificação adotada pela UNIMONTES, auto-declaração de afro-descendência, Beto discorda, por acreditar que essa forma de classificação amplia muito os conceitos e permite que qualquer pessoa se beneficie de uma política criada para um grupo específico, os negros:

[...] porque não tem como a faculdade comprovar isso [...] só por essa declaração. Então, assim, fica bem solto. Tipo, qualquer pessoa que quiser tentar pode tentar, se passar e não for afro-descendente, não tem uma fiscalização pra barrar e inibir, né?

Beto acredita que o preconceito ocorre pela cor da pele das pessoas e esse fator é responsável por diferenciações:

[...] A cor da pele, às vezes, pode chamar bem a atenção. Muitas pessoas discriminam mesmo, assim, pelo fato da pessoas ser mesmo negra e ser diferente, né e não se liga que aquele diferente também é igual [...] Acho que no geral mesmo [...] pela cor da pele.

Deste modo, o entrevistado concordaria caso a UNIMONTES resolvesse adotar critérios mais rigorosos de seleção dos cotistas/afro, inclusive a adoção de seleção via fotografia, uma vez que, ele acredita que a política seria mais eficaz e beneficiaria as pessoas certas, sem deixar brechas para aquelas outras que tentam burlar as regras em benefício próprio.

Seria interessante, porque, na verdade, a proposta deveria ser esta né. Já que você tá disponibilizando vagas, tá separando vagas pra um grupo de pessoas, que você tivesse uma política mais bem elaborada pra poder favorecer realmente aquelas pessoas que você abriu essas vagas [...] se não tiver uma política mais séria e pessoas que não se enquadra no grupo pelo qual foi fornecido o direito de tá entrando por cotas, acaba que o sistema não funciona [...] a proposta é, justamente, favorecer os afro-descendentes [...] O processo deveria ser mais rigoroso, eles deviam tá pensando em mecanismos de fiscalização [...] A proposta de foto é interessante.

Portanto, Beto acredita que deveria haver uma fiscalização mais forte sobre os beneficiários da política de cotas/afro. Esse seria, para ele, o principal ponto a ser alterado na UNIMONTES:

[...] a questão da fiscalização mesmo, da entrada das pessoas que utilizam esse sistema. Porque, na verdade, o ideal mesmo, seria o governo fornecer uma base educacional mais forte pras pessoas, no sistema público [...] o sistema de cotas é uma saída imediata pra dar ascensão à essas pessoas que não tiveram um ensino mais forte. [...] Eu tentaria equilibrar bem o número de vagas pra as pessoas que vão tá entrando e criaria esse sistema de fiscalização mais forte.

Dessa maneira, Beto acredita que as cotas estão propiciando um maior acesso de

negros à universidade e uma maior facilidade de ingresso, pelo fato de a concorrência ser relativamente menor. Entretanto, ele acredita que as cotas/afro são apenas um paliativo e que o ideal seria que os governantes investissem mais na educação pré-universidade, melhorando o ensino nas escolas públicas, no intuito de fortalecer as bases educacionais daqueles que almejam ingressar na universidade.

5.1.3 [...] Eu sou negra [...] tem que ser negra mesmo [...] eu me lembro de uma coisa que eu aprendi na faculdade, que a professora falou, que mulata é filho da mula [...] ela falou que a gente se acha mulato, mas [...] mulato é o filho da mula. Então eu não sou mulata, eu sou negra. Posso ser no mínimo, mas é negra mesmo, mulata não.

Giza tem 26 anos de idade, cursa o quinto período de História/Noturno na UNIMONTES, é natural de Janaúba, Minas Gerais, lugar onde também reside e de onde se desloca todos os dias para assistir às aulas na universidade em Montes Claros. Possui uma renda familiar mensal entre R\$1.000,00 e R\$1.200,00 e ingressou na universidade em 2007, com vinte e cinco anos de idade, para o curso que desejava e acreditava possuir vocação.

Ela acredita que o horário do curso é, em termos, adequado às suas necessidades, por morar em outra cidade. Entretanto, Giza gostaria de poder estudar no turno matutino:

Como eu moro em outra cidade ele é adequado sim, pelo fato de não ter veículo durante o dia, só à noite, de certa forma ele é adequado pra minha necessidade nesse momento que eu vivo na minha vida [...] se eu pudesse estudar durante o dia eu preferiria.

Giza sempre estudou em escola pública, nunca teve reprovação na faculdade, mas afirma possuir dificuldade em relação às disciplinas cursadas e atribui isso ao fato de ser egressa de escola pública e possuir poucos conhecimentos: “[...] eu tive dificuldade, porque eu vim de escola pública e senti que eu não vim com uma bagagem muito boa”.

Dessa maneira, ela acredita que existe uma diferenciação de conhecimento em relação a quem estudou em escola particular. Essa diferenciação é atribuída às condições de acesso aos recursos, que no caso da entrevistada foram mais escassos:

[...] como eu estudei oito anos da minha vida em escola rural, então a visão é totalmente diferente de quem estuda na cidade, o ensino é outro, os recursos são outros, é bem diferente. Tem o cursinho aí, tem alguns colegas que fizeram, estudaram em escola pública, mas nos três últimos anos vieram pra escola particular, fizeram cursinho. Então a bagagem é bem melhor.

Giza se declara negra, por acreditar não existir denominações intermediárias. Essa consciência foi adquirida na universidade, através dos ensinamentos de uma professora. Entretanto, quando sugerida uma escala fictícia de classificação de cor, em que zero representa um tom de pele mais claro e dez um tom de pele mais escuro, ela se classifica como

sete, por acreditar não possuir um tom de pele tão escuro, se comparado ao tom de pele de outras pessoas, como seu pai.

Porque eu não sou tão clara, eu não sou clara, minha pele não é clara, mas também minha pele não é escura, porque meu pai é bem mais escuro do que eu, meu irmãos também são bem mais escuros, então se for colocar aí nessa relação de cores, eu não vou ta lá no final, também não vou ta no começo, eu vou ta aí no meio.

Quando sugerida a mesma escala para Giza classificar a cor do seu pai, ela diz:

[...] meu pai ficaria mais ou menos no nove, porque tem meu professor que é mais preto, mais negro que o meu pai. Meu pai é bem escuro mesmo, bem negro mesmo, ele é negro mesmo, porem não é aquele negro que fica brilhoso, porque tem uns que têm a pele, bem, que chega brilha, mas aí acho que pai ficaria já no nove [...]

Percebemos aqui, uma grande confusão entre cor e raça, que nos faz pensar se essa classificação é, realmente, adequada no Brasil. Ou seja, estamos falando de fenótipo ou de ancestralidade? Em se tratando de Brasil, acreditamos que deve prevalecer a classificação pela tonalidade da pele.

Quando questionada sobre a sua raça, Giza diz ser afro-brasileira, devido ao fato de possuir ascendentes negros:

[...] devido aos meus antepassados, como eu tinha dito anteriormente. Eu acredito que pelo fato do meu pai ser [...] bem escuro [...] meu avô era super negro, então, com certeza, em algum momento a minha vida eu vou ter um parente africano, que veio da África, por aí eu acho que eu sou afro. E daí o fato de eu ter nascido no Brasil, provavelmente eu devo ter algum português na família também.

Deste modo, a entrevistada se declara como afro-descendente, atribuindo isso aos seus antepassados: “[...] *Afro-descente, porque tá descendendo de um africano. Eu creio que na minha família em algum momento teve um africano de lá mesmo assim*”.

Giza afirma já ter sofrido preconceito durante a vida e relaciona esse fato com relação à sua classe social e sua aparência:

[...] não ser rica, não ter dinheiro, a questão de cabelo, por não ter cabelo liso, cabelo bom. (Como é esse preconceito?) em relação a essa parte financeira é entrar numa loja, tida chique, que vende roupa de marca e pela simplicidade as pessoas olham e pensam que se você é simples você não tem dinheiro, rotulam assim eles não imaginam que uma pessoa que tem dinheiro pode ser simples também (já aconteceu de você entrar numa loja) já, e ser muito mal atendida [...] entre um branco entrar e eu entrar eles atendem o branco, já percebi isso [...] já fui vítima algumas vezes na minha cidade.

Entretanto, esse preconceito não foi percebido dentro da universidade. Giza atribui isso

ao fato de acreditar que o conhecimento eleva o “grau de tolerância racial” das pessoas. Assim, ela aponta que as pessoas mais instruídas, são menos preconceituosas: “[...] *as pessoas são mente mais aberta, buscam o mesmo que eu busco, que é conhecimento, que é ser uma pessoa melhor [...]*”.

O que ela quer dizer é que ter ingressado por cotas/afro não propiciou um tratamento diferenciado por parte dos colegas.

Giza escolheu ingressar, na universidade, pelas cotas/afro porque acreditou ser um desafio, por acreditar possuir uma identidade negra, que geralmente, é negada pelos próprios negros que têm receio de sofrer discriminação:

[...] Eu acho que mais pelo desafio, ou até mesmo por assumir [...] os negros eles não querem se assumir como negros, muita gente não quer se assumir como negra, não se aceita. É tanto que meu pai fala que o negro [...] é o maior preconceituoso, ele não se aceita [...] eu acho que deve ter muito negro que não tenta por cotas por achar um absurdo.

Portanto, ela afirma ter achado interessante “essa coisa de ser negro”. Para Giza, as cotas/afro representam o momento em que ela é reconhecida como cidadã e como prejudicada historicamente. Dessa forma, ingressar por cotas raciais é, para ela, ser ressarcida de direitos:

[...] Não só por ser afro-descendente, ou qualquer coisa nessa linha, mas acima de tudo eu acho que eu merecia por ser cidadã. Apesar que eles reservaram apenas uma fatia de alguma coisa aqui pra mim, sendo que eu merecia muito mais.

Entretanto Giza argumenta que as cotas/afro não representaram uma mudança tão representativa, na prática, uma vez que, ela acredita que a concorrência pode ser equiparada com a do sistema universal: “[...] *a concorrência é a mesma, as pessoas estudam. O que vai diferenciar aí nessa questão de passar em vestibular é o conhecimento ou até mesmo sorte, porque sorte conta muito*”.

Dessa maneira, ela acredita que, mesmo com as cotas/afro, o sistema meritocrático continua prevalecendo e selecionando os melhores e mais aptos. Entretanto ela deixa de observar que a concorrência ocorre entre pessoas com históricos parecidos e isso já representa uma vitória em termos de acesso ao ensino superior.

Giza aponta que, no início do curso sentiu um pouco de dificuldade de adaptação com as disciplinas do curso de História. Ela atribui isso ao fato de acreditar ter pouco conhecimento, ou seja, uma bagagem cultural mais restrita. Entretanto a entrevistada procurou reverter a situação, se engajando mais nos estudos:

Já, no primeiro período principalmente, que eu senti que eu tinha pouco conhecimento demais, em vista dos meninos que tinha conhecimento bem mais abrangente [...] cheguei a pensar será que eu vou dar conta? [...] Mas aí,

com o tempo, eu fui percebendo que todo mundo tinha dificuldade, muita gente também não tinha visto determinadas coisas e eu fui dando o melhor de mim, sei que ainda tem que melhorar muito, muito mesmo, mas eu dou o melhor de mim.

Giza concilia a faculdade com o ofício de instrutora particular, cujas tarefas desempenhadas com seus alunos, duas vezes por semana, lhe rendem uma remuneração extra e ainda proporciona uma prática docente que poderá servir como experiência no seu futuro, como professora.

A nossa entrevistada acredita que a classificação por auto-declaração, utilizada pela UNIMONTES, é a mais adequada que ela conhece:

É melhor que a pessoa se assuma ela mesmo, pra não ter problema [...] tem que assumir, porque tem gente que não se assume, não se aceita como negro, já pensou se a Unimontes começasse a cobrar, ela mesmo, se a pessoa é negra? Acho que ia dar muito problema. Então a pessoa mesmo se auto declarando afro-descendente [...] é melhor assim, eu acho melhor.

No entanto, Giza se contrapõe ao afirmar que o preconceito ocorre pelo fenótipo e não pela origem. Sendo assim, como ela pode afirmar que a auto-classificação é mais adequada? Essa questão é vislumbrada aqui como bastante complexa e preocupante, uma vez que, a falta de conhecimento, de acesso aos conceitos tem gerado posições contraditórias, como a de Bia, que defende um tipo de classificação incompatível com o tipo de solução do problema em questão. Ou seja, se a discriminação ocorre pelo fenótipo, porque não, criar políticas que selecionem somente pessoas de pele escura?

De imediato pela cor da pele. Nem é tanto pela origem mas pela cor da pele. Por exemplo minha mãe e clara, meu pai é escuro, meus irmãos são todos escuros, então ninguém fala que eles é filho da minha mãe [...] se um negro tiver um filho branco com olho claro e tiver acompanhado do filho dele e as pessoas vê, não vai falar que é dele não, vai achar que ele é o empregado ou qualquer coisa, menos o pai. Então não é nem pela origem [...] o contato visual é a pele.

Nessa direção, Giza discorda da idéia de se adotar uma seleção mais rigorosa, em termos raciais, na UNIMONTES, por acreditar que existem problemas mais importantes a serem selecionados: *“Perda de tempo. Tanta coisa pra fazer, tanta coisa pra pensar, tanta coisa pra melhorar dentro da universidade, o povo vai ficar querendo provar. Todo mundo é afro-descendente gente. [...]”*.

Assim, ela acaba caindo no “famoso” discurso comum, do paraíso racial, de que o Brasil é composto por uma miscelânea de raças e que todo brasileiro possui um ancestral africano. É válido ressaltar que esse discurso é capitaneado por aqueles que desejam barrar as políticas raciais, que defendem a idéia de não haver diferenças entre os cidadãos e, portanto,

não há porque beneficiar somente uma parcela da população com políticas específicas. No entanto, vem sendo reproduzido, cada vez mais, por leigos, que não se dão conta de que poderão ser os maiores prejudicados:

E até mesmo se a gente vai entrar na universidade, pra entrar você tem que estudar, você entra porque você estuda, se você não estudar tanto faz se você é branco, negro, se tem sangue, se não tem. Se você não estudar você não vai passar [...] Não tem que ficar se preocupando, acho que eles têm que melhorar a universidade, o vestibular tá aí pra selecionar, vai selecionar de qualquer forma. Muita gente que concorreu comigo em cotas perdeu pras vagas.

Após concluir o curso, Giza pretende exercer a docência e levar seus conhecimentos para as áreas mais carentes, para aqueles que não têm perspectiva de mobilidade social. Assim, ela pretende se mostrar como um exemplo de superação para os seus alunos, ou seja, ela pretende ser uma multiplicadora de conhecimentos e mostrar que a universidade é aberta à todos:

[...] ir onde ninguém quer ir, zona rural, eu quero licenciatura eu quero ir pras zonas rurais, porque eu estudei na zona rural e não tive apoio. Então, se Deus quiser, quando eu tiver lá na zona rural, no lugar onde os pobres coitados só estudam só pra aprender a ler e escrever, sem ter perspectiva nenhuma eu vou falar –oh eu consegui, vocês conseguem também, de repente tem um doutor lá no meio do mato, trabalhando de enxada, só precisando de empurrãozinho [...] eu quero ir onde ninguém quer ir, ninguém quer ir trabalhar em roça. É cansativo, se você tem família você tem que ficar lá porque não tem transporte, ganha pouco, gasta tudo com sua moto pra ir dar aula, mas assim eu quero ir, eu tenho coragem, eu pensei até em ir pro Nordeste [...] lá tá faltando professor de história. Ninguém quer ir pra lá.

Quando questionada se haveria algum ponto a ser alterado no sistema de cotas/afro, alguma falha, Giza surpreendentemente responde:

Se eu pudesse mudar, eu tiraria as cotas, não porque é uma coisa ruim, mas porque todos nós temos o direito a um ensino de qualidade a estar aqui dentro da universidade. É injusto muita gente estar na universidade só porque tem cotas...isso é muito complexo.

Entretanto Giza é uma beneficiária do Sistema de Reserva de Vagas para Afrodescendentes da UNIMONTES e essa argumentação se coloca como contraditória, ou seja, ela quer negar uma política da qual se beneficia. Esse posicionamento de Bia é nitidamente ocasionado pela influência que a mídia desempenha nas escolhas dos cidadãos:

[...] depois de uma matéria que eu vi eu tiraria [...] De uma matéria que eu vi na televisão. [...] Eu não tiraria não porque é ruim [...] é coisa boa. Só que eu acho que todos nós temos que concorrer com os outros estudantes. Eles colocam o sistema de cota como se nós não fossemos capazes de concorrer com os outros. Nós somos capazes sim. O sistema de cotas foi só uma maneira que o governo fez para poder amenizar a situação, e o problema do

dinheiro. (Mas você não acha que facilita o ingresso dessas pessoas que foram muito tempo excluídas?) Sim, facilita. Só que essas pessoas que tão excluídas, elas pagam impostos, elas são cidadãs como qualquer outro, porque que tem que ter cotas pra gente? [...] teria que mudar toda a estrutura sócioeconômica [...] legitimar direitos [...]

Dessa maneira, por influência das entrevistas assistidas na televisão, Giza acredita que o problema racial seria solucionado através de uma distribuição de renda melhor e um investimento, do governo, na educação pública:

[...] se tivesse uma educação de qualidade, e tivesse uma distribuição de renda melhor, as pessoas tivessem uma qualidade de vida melhor, não existiria cotas não [...] eu não acabaria com as cotas, as cotas foi um programa que deu certo, porém, eu como cidadã, acho que não é justo, porque acho que nós merecemos mais do que cotas [...] cotas é só uma maneira de o governo amenizar uma coisa que já vem há tempos e tempos, qual o problema nosso? O problema nosso é a má distribuição de renda, aí isso vai gerar uma educação ruim.

Quando a questionamos sobre a possibilidade das cotas/raciais aumentarem o número de “negros no poder”, juízes, bacharéis, executivos, empresários, Giza responde:

Quem sabe né? Esperamos que sim. Mas, pelo menos, até o momento e de acordo com o cara lá, que já está lá, ele falou: conta quantos negros tem aqui... e ele era negro. Eu percebi que, nas entrelinhas, ele quis dizer: vamos abrir o sistema de cotas aqui também.

Nessa direção, a nossa entrevistada acredita que as Cotas ainda estão aquém dos objetivos almejados para solucionar a questão do negro e suas desvantagens acumuladas, ao longo da história, no Brasil. Portanto ela afirma:

[...] só isso, é pouco. Eu acho muito fácil alegar que tem cotas, mas e aí e pra fazer mestrado, tem cotas também? Porque se tiver eu vou começar já. Tem pra entrar na universidade, e aí e a carreira? Como será que a gente vai estudar? E pra se manter aqui dentro? Cota vai ter um monte, mas pra entrar aqui você vai ter que estudar, não tem privilégio nenhum pra quem é cotista e pra quem não é cotista, é a mesma coisa. Ninguém sabe, eu não sei quem é cotista aqui, muita gente não sabe que eu sou cotista, eu não me vejo como cotista. Passei por cotas, realmente, fiz vestibular por cotas, mas aqui, quando chega na universidade [...] não tem privilégio, não tem nada. Todo mundo aqui é igual.

Portanto, Giza enfatiza a importância de dar continuidade às cotas/afro, através de ações que garantam, além do acesso à universidade, a permanência desses alunos cotistas e, além disso, uma política em longo prazo, que subsidie todas as etapas da vida acadêmica, ou seja, uma política completa.

Finalmente, Giza conclui que as cotas propiciam oportunidades alternativas de inclusão, de ingresso à universidade, apesar de ainda representarem uma reparação pequena.

Deste modo, esse tipo de política se coloca, para a entrevistada, como polêmica, uma vez que, inclui e exclui as pessoas beneficiadas, ao mesmo tempo:

[...] por exemplo, pra essas pessoas que estão entrando, elas estão se sentindo incluídas, mas tem outros aí que [...] chega dentro da universidade é humilhado porque é um cotista [...] Isso é complexo. Ao mesmo tempo que eles tentam - o governo quer isso-incluir [...] as pessoas que estão lá dentro, se sentem prejudicadas por cotas elas acabam excluindo quem entra.

5.1.4 [...] Raça [...] Pela minha pigmentação de pele ser comparada a dos negros mesmo, dos negros em si [...] pelo Brasil ter sido colonizado, pela sua colonização ter feito parte os negros, somos todos afro-descendentes, por isso eu sou afro-descendente e também por causa da minha cor mesmo.

Dudu que se auto-declara negro, tem vinte e dois anos de idade, reside no bairro Santa Lúcia, na cidade de Montes Claros, cursa o quinto período História na UNIMONTES e possui uma renda familiar mensal próxima a três mil reais.

Apesar de nem sempre ter estudado em escola pública, ele escolheu ingressar por cotas, por acreditar que tal escolha facilitaria o seu ingresso à universidade: “[...] *Não tinha um motivo assim, um motivo mais persistente, mais forte, eu pensei mesmo [...] pela facilidade maior que tem pelas cotas entrar na faculdade*”.

Deste modo, Dudu acreditou que o processo seletivo pela categoria cotas/afro lhe geraria menos esforços e maiores possibilidades de acesso à universidade. Entretanto, ele argumenta que não se sentiu tão beneficiado com a política, uma vez que: “[...] *com relação a minha nota, pra mim não fez diferença nenhuma, foi a mesma coisa. Assim, Dudu argumenta que o processo das cotas não é tão fácil como as pessoas costumam dizer*”.

Ao questionarmos se ele se considera um merecedor das cotas/afro, Dudu, surpreendentemente responde:

Hoje não [...] primeiro eu não concordo com as cotas [...] por si só elas são preconceituosas [...] Quer dizer que, por dizer Cotas para negros, as pessoas já costumam vêm com um [...] coitadinho, ele não tem capacidade de passar pelo tradicional [...] porque a maioria das pessoas que tenta pelas cotas estuda na escola pública e se na escola pública hoje, é totalmente embaixo na questão de ensino, por esses motivos eu acho que então hoje [...] se fosse pra mim fazer o vestibular hoje de novo pelas cotas, eu não faria

Dessa maneira, Dudu parece ter desenvolvido um sentimento de aversão às cotas/afro, mesmo tendo sido beneficiado pela política em questão. Uma das hipóteses levantadas por nós, para explicar esse sentimento despertado em nosso entrevistado, seria a possibilidade dele ter sofrido preconceito por ter ingressado por cotas/afro. Entretanto, não é isso que ele aponta

quando questionado se o fato de ter ingressado pelas cotas fez com que seus colegas o tratassem de maneira diferente:

[...] que eu me lembre não [...] nada, que eu me lembre não [...] Não, racial não. [...] Eu sempre tive do lado de pessoas que não eram hipócritas a ponto de chegar pra mim e ter um certo tipo de preconceito.

Assim, Dudu afirma que não teve nenhuma dificuldade em se adaptar ao ambiente acadêmico. Portanto, ingressar pelas cotas/afro, ser negro, identificar-se como negro e afro-descendente, seja pela origem ou pelo seu fenótipo, não significou e/ou gerou, para o nosso entrevistado, motivo de privações, discriminações e desigualdade.

Deste modo, parece que ele representa uma pequena parcela dos negros que não sofreram preconceito pela sua tonalidade de pele. Nessa direção, de não acumulação de desvantagens em sua trajetória de vida, Dudu acredita que as cotas não geraram nenhuma facilidade de acesso à universidade, tanto que ele argumenta que esse tipo de política deveria ser banida da UNIMONTES. Quanto à classificação adotada, Dudu acredita não ser adequada, uma vez que:

[...] quando você escreve ali que é afro-descendente, você vai demonstrar pras outras pessoas: oh eu sou afro-descendente, eu sou negro na faculdade [...] existem pessoas extremamente preconceituosas, podem dar, ter um olhar diferente para essas pessoas que se declaram afro-descendente.

Portanto ele acredita que o sistema de cotas/afro expõe as pessoas ao preconceito. Preconceito este, que Dudu acredita estar relacionado ao *status* ocupado pelos indivíduos, à idéia de superioridade, não racial, mas social. Assim, para nosso entrevistado, o preconceito não ocorre somente com os negros. “[...] *Com os negros, não que não ocorra com os brancos, ou amarelos, isso ocorre também, mas mais intensamente com os negros, mas não deixa de ser uma questão histórica*”.

Nem mesmo quando abrimos o “leque de possibilidades” e sugerimos outras alternativas, para a UNIMONTES, como a adoção de critérios mais rigorosos de seleção, Dudu se mostra satisfeito. Dessa maneira ele se coloca irredutível e não aceita a política de cotas/afro:

Seria bem ruim. Você levar foto, ficaria bem ruim, principalmente pra instituição. [...] Eu acho que aqui dentro não mudaria muito, mas fora da faculdade o preconceito aumentaria. [...] a entrada de negros seria menor aqui na faculdade [...] Ficariam inibidos, por entrar aqui pensando que sofreria algum tipo de preconceito.

Nessa direção, Dudu, mesmo tendo se beneficiado da política, acredita que as cotas/afro deveriam ser retiradas do vestibular da UNIMONTES, por acreditar que elas não

atingem um objetivo positivo e que todas as pessoas são capazes de concorrer em igualdade de condições:

Eu retiraria as cotas [...] ela inibe várias pessoas de entrar na faculdade sendo elas negras, pelo menos é isso que eu penso. [...] Pois as pessoas elas costumam carregar um preconceito que elas têm por si mesmo [...] Se são capazes de concorrer, eu acho que são [...] vai depender da pessoa, se ela tiver realmente querendo entrar e estudar pra isso, ela consegue.

Verificamos que o nosso entrevistado pode ser considerado como uma exceção à regra de “desvantagens cumulativas” carregadas pelos negros e anteriormente comprovadas em estudos de caso, como o de Brandão (2005). Dessa maneira, suas experiências individuais e suas concepções, baseadas, não em comprovações empíricas, mas em uma vivência subjetiva o fizeram adotar uma posição que negligencia a adoção de políticas públicas de promoção da igualdade racial. Ou seja, para ele a raça não pode ser utilizada como variável na adoção de uma política.

5.1.5 Eu sou negro [...] eu tenho um avô português, pai da minha mãe, e geneticamente eu não sou puro [...] os gens são os mesmos, não tem como você distinguir um do outro.

Chico tem trinta e seis anos de idade, cursa o quinto período de Ciências Biológicas/Noturno é natural de Sete Lagoas, Minas Gerais, mas reside na cidade de Montes Claros, possuindo uma renda familiar mensal de cerca de mil e quinhentos reais. Ingressou na UNIMONTES no ano de 2007, mas seu desejo era cursar Medicina, que ainda pretende fazer, quando terminar Biologia.

Ele afirma ter sempre estudado em escola pública e utiliza-se desse fato para justificar o seu merecimento em ingressar por cotas/afro:

[...] estudei sempre em escola pública, a minha renda [...] na época era zero, pra falar verdade. Até hoje, quem mantém minha casa é minha esposa. Eu ainda não consegui emprego [...] sou negro, de escola pública. Eu não seria louco de ingressar pelo universal sendo as notas bem maiores, a concorrência maior.

Chico se declara negro, entretanto afirma não ser puro, devido ao fato de ser neto de português. Apesar de confundir raça com cor (tonalidade de pele) em suas constatações, ele aponta não existirem raças e até demonstra um sentimento de perplexidade com o nosso questionamento: “*Raça, como assim? [...] Humano. Eu não penso em raça voltado pra cor não [...] Geneticamente, os gens são os mesmos, não tem como você distinguir um do outro*”.

Nessa direção, compreendemos que Chico se apega à constatações biológicas. No entanto, verificamos que o preconceito sobrevive como uma construção do mundo social e

entendemos que a idéia de raça sobrevive como consequência e construção do racismo. Mesmo negando a idéia de raça, percebemos que Chico, inconscientemente, se apega às suas origens para enquadrar-se como afro-descendente: “[...] *Considero [...] devido às minhas origens. Eu sou tataraneto de escravo que veio da África, então eu sou descendente dele... então eu sou afro-descendente*”.

Um exemplo dessa categorização dos seres humanos em raças, geradas pelo racismo, já foi vivenciada pelo nosso entrevistado, quando ele afirma ter sofrido preconceitos devido à sua cor de pele:

[...] em minha cidade, por exemplo [...] tem um clube lá chamado Náutico... negro não consegue comprar uma cota lá, se você chegar não tem nenhum negro, nenhum. Isso existe, não falo pra você que diretamente, mas falam que não tem e não vende e chega outro e compra. Chega numa loja, eu e uma pessoa branca, o branco é atendido primeiro. [...] Minha esposa é loira, do olho azul, branca [...] aí chega eu e minhas filhas, o atendimento é um, ela e minhas filhas, o atendimento é outro, ela e eu, eles vão nela e não vão em mim. Assim, provavelmente ela vai ter mais dinheiro que eu, provavelmente ela vai comprar mais, provavelmente tudo, então é normal, eu já vejo até como normal, nem ligo mais.

Entretanto esse preconceito não foi percebido no interior da UNIMONTES, ou seja, ter ingressado por cotas não gerou diferenciações de tratamento para Chico, mesmo quando ele afirma que os colegas tinham conhecimento da sua situação de cotista/afro: “[...] *Sabem, sabe porque a gente comenta muito, um fala pro outro, o outro pro outro, todo mundo sabe lá [...]*”.

Chico se considera merecedor das cotas/afro, por ser negro e descendente de escravos, acredita ter sido prejudicado historicamente e esse fator gerou uma posição social desvantajosa, que a política de cotas/afro busca corrigir:

[...] devido ao histórico que a gente tem do Brasil tudo, das oportunidades [...] Como eu não tive as mesmas oportunidades, eu acho, acredito que eu seja merecedor, não só eu mas também os outros, que são do mesmo nível que eu, se não fosse as cotas talvez eu não teria entrado na universidade até hoje.

Desse modo, ele acredita que se não houvesse cotas, aumentaria a sua dificuldade em ingressar na universidade, uma vez que, acredita não possuir uma base de conhecimento que lhe proporcione concorrer em igualdade de condições com sujeitos que possuem um maior aparato financeiro e melhor base social e familiar, que, portanto, não sofreram privações provocadas por heranças passadas, que mantêm a população negra em espaços desprivilegiados da vida social. Essa questão é bem exemplificada em Osório (2008: 93):

A explicação sociológica hegemônica na contemporaneidade para a

persistência da desigualdade racial é a teoria de desvantagens cumulativas [...] isso por que as evidencias têm demonstrado: que existem barreiras de ordem racial à mobilidade social dos negros.

Assim, a cor/raça são responsáveis por gerar hierarquias sociais, que causam diferenciações aos sujeitos, seja por propiciar piores acessos (pela herança escravagista) ou pelos efeitos gerados pela discriminação. Essas categorizações se refletem nas escolhas individuais e nas trajetórias que serão delineadas. Por exemplo: na fala que se segue, Chico afirma a necessidade da política racial por que a sua base de conhecimentos se encontra aquém da base de alguns concorrentes, que tiveram mais privilégios na vida: o conhecimento dos direitos, o incentivo da família, a maior escolaridade dos pais, a oportunidade de privilegiar os estudos, de não ter que trabalhar para auxiliar no sustento de casa:

Que nem eu falei, o preparo não era suficiente para tanto, para concorrer com aqueles que já foram programados desde a infância [...] que os pais já preparam aquela pessoa desde pequeno, que tem uma escolaridade melhor. Meu caso por exemplo, em minha família, até então eu tinha o segundo grau, o que mais tinha estudado então quando eu fiz o segundo grau [...] eu não sabia nem o que era uma universidade, eu não sabia nem como entrar numa universidade, nem o que tinha que fazer e achava que não era preciso também [...] Outra coisa [...] quando mais você desce aos níveis sociais, mais é preciso trabalhar, você tem que comer e tal [...]

Quanto à classificação adotada pela UNIMONTES, Chico acredita ser adequada, uma vez que, em sua concepção, a escolha é subjetiva e a própria pessoa deve identificar a sua cor, apesar de que, isso pode gerar conseqüências negativas e abrir espaço para que as regras sejam burladas. Então, a solução encontrada por Chico, seria o aumento da fiscalização sobre quem se beneficia da política:

[...] só a pessoa pode falar o que ela é. Talvez tem um cara da minha cor, ele fala que é branco [...] ele acha que ele é branco, deixa ele ser branco. Só que aí entra aquela coisa né [...] tem um cidadão aí, filho de um dono de posto de gasolina que conseguiu. O cara é muito rico e conseguiu entrar pelas cotas e tá estudando, fazendo medicina [...] Mas ele não é negro. Assim, se você olhar pra ele você não vê negro nele, mas é o que ele fala que ele é, e quem vai falar que não é? Isso é muito subjetivo, depende de cada um, aí vai ter que entrar a ética da pessoa [...] pode ser burlado, mas eu acho certo. Deveria ter mais fiscalização.

Entretanto, mesmo concordando com a auto-classificação, ele acredita que o preconceito é determinado pelo fenótipo e que a adoção de critérios mais rigorosos de seleção, seria inviável: *“Não dá certo [...] lá em Brasília mesmo, irmãos gêmeos, um saiu negro na foto, o outro saiu branco e um foi aceito como afro-descendente e o outro não. Lá adotaram esse critério. Não dá, por isso”*.

Portanto, Chico acredita que a legislação de cotas da UNIMONTES deveria ser alterada e deveriam criar somente cotas para pessoas com carências financeiras:

Tem que ser cota pra pobre, não pra negro ou índio pobre [...] tem muitas pessoas que colocam o filho em escola particular e matriculam, paralelamente, em escola pública, já pensando em utilizar esse artifício pra entrar na faculdade. Então tem que ser cota pra pobre.

Entre os pontos positivos das cotas/afro, Chico menciona o fato de elas propiciarem a inclusão de pessoas negras e a conseqüente aquisição de experiência e influência no meio acadêmico, que refletirão no futuro delas ou de seus descendentes. É a pessoa negra inserida em um ambiente que, anteriormente, era destinado apenas aos brancos, devido às barreiras na incorporação dos negros, mencionadas ao longo deste estudo. Entretanto esse processo ocorrerá em longo prazo:

[...] a inclusão, porque mesmo que a pessoa não tenha a mesma capacidade intelectual daquela preparada, os anos de convivência com aquelas pessoas preparadas, convivendo ali quatro cinco anos, vivendo junto, estudando junto, brigando, sorrindo é um ganho substancial na vida da pessoa que vai melhorar. Porque a gente não tem que ver agora, tem que ver o que vai ser passado pros descendentes dessa pessoa, isso é a longo prazo, não é a curto prazo [...] quando chega aqui, você tem o mesmo que é passado pra aquele que foi preparado, que tava estudando muito, que é merecedor também, que passa pra aquele que não teve aquela preparação toda, que teve uma nota menor [...] a convivência vai torná-lo uma pessoa melhor.

5.1.6 [...] Eu me identifico como negra [...] Pelos traços, acho que pelos traços, aquela cor meio, não é branca, eu conheço pessoas brancas, elas realmente são brancas quase vermelhas, você vê as veias delas assim e a origem mesmo acho que todo brasileiro é negro. É tudo é negro, é índio, é europeu. Eu acho que não tem como negar isso não [...] porque eu acho que eu sou o resultado e uma mistura toda e é uma miscigenação.

Vivi, que se declara como negra, tem vinte e cinco anos de idade, ingressou na universidade no ano de 2007, atualmente cursa o quinto período de Artes/Música na UNIMONTES, possui uma renda familiar mensal de cerca de três salários mínimos e reside na cidade de Montes Claros, na Vila Atlântida.

Vivi afirma que sua negritude está associada aos seus traços, considerados por ela como mais próximos às pessoas negras do que às pessoas brancas. Entretanto, ela afirma que todo brasileiro, mesmo os que têm pele clara, possui origem negra, por acreditar nos efeitos da miscigenação sobre a sociedade brasileira. Dessa forma, quando questionada sobre a sua raça, ela diz ser “brasileira” devido ao fato de ser resultado de uma mistura.

Ela se considera afro-descendente por causa dos seus antepassados. Entretanto, aponta: “[...] *Os meus antepassados. Apesar do meu avô ter o olho azul, mas ele é negro do mesmo jeito, do olho azul*”.

Mesmo se definindo como negra, Vivi nunca sofreu preconceito de origem racial. Entretanto afirma já ter sofrido preconceito em relação à sua condição social:

Não precisa ser só de cor [...] com relação à condição social mesmo. Você é tratado, você é atendido numa loja de acordo com o que você veste como você chega, se você chega de carro ou não [...] esses dias eu entrei numa loja pra comprar uma bota, a moça foi super grosseira comigo e eu já to acostumada a chegar em algum lugar e a pessoa o atendente me ignorar [...]

Na universidade ela também não verificou nenhum tipo de diferenciação, por parte dos colegas, por ter ingressado por cotas/afro, mesmo por que: “[...] *Eu nunca conversei com isso sobre eles, eu nunca percebi isso não*”.

Assim, Vivi escolheu participar da seleção por cotas/afro porque essa opção era novidade na época em que ela prestou vestibular. Então, ela vislumbrou a política como uma ampliação do seu “leque de possibilidades”, uma vez que, compreendeu que poderia concorrer tanto pelo sistema universal, quanto pelas cotas raciais: “[...] *é novidade deve ser bom, né. Vamo tentar! Tava todo mundo tentado e eu imaginei que poderia ter sorte [...] mas eu sempre tentava uma cota e uma universal, eu sempre tentei assim*”.

Quando questionada sobre ser ou não, merecedora do benefício das cotas Vivi afirma que sim, devido ao fato de sua condição social ser relativamente baixa, mas em momento algum cita o fato de ser merecedora por ser negra, ou por ter sofrido privações que a fizeram ocupar uma posição social inferior:

[...] eu acho sim, porque tem muitas pessoas que estão aqui, por exemplo, que poderiam tá numa faculdade particular, porque tem um ganho infinitamente maior do que eu, que minha família e que poderiam tá pagando uma faculdade particular e não estão. Eu me acho, acho que lutei muito que eu corri atrás não foi fácil, eu acho que eu mereço sim.

A entrevistada acreditava, no início, que se não houvesse cotas aumentaria a sua dificuldade em ingressar na universidade. No entanto ela optou por mudar o seu discurso atual e até afirma que não tentaria vestibular por cotas, novamente, por que acredita que não existem grandes vantagens em concorrer por cotas/afro:

No início eu acreditava que sim, agora depois eu que me informei melhor eu acho que não [...] A porcentagem é mínima para os cotistas, eu acho que é mais difícil, hoje se eu fosse tentar outro curso eu jamais tentaria por cotas, tentaria pelo universal.

Ela concorda com a classificação, utilizada na UNIMONTES (auto-declaração),

devido ao fato de acreditar que todos os brasileiros possuem uma raiz negra. No entanto, destaca que a avaliação socioeconômica, dos beneficiários, tem falhado em suas análises:

[...] não tem como negar que tem raiz negra. Eu acho isso adequado, a questão indígena, exige comprovação na FUNAI, escola pública carente, tem que comprovar. Eu não concordo com a questão da avaliação socioeconômica, eu acho que eles deixam a desejar, eles as vezes dão pra umas pessoas que não precisavam e pra outras que precisavam não conseguem.

Além disso, Vivi argumenta que existe outra falha no sistema de cotas/afro da UNIMONTES, quando se trata da quantidade de vagas oferecidas para o processo seletivo. Assim, ela afirma que a universidade deveria aumentar o número vagas para tentar amenizar as posições contrárias à adoção da política.

Entre pontos positivos, Vivi aponta a maior facilidade de inserção do negro à universidade: “[...] *Eu achei que foi uma maneira que a universidade encontrou de ajudar, de priorizar [...] dar mais oportunidade, de aumentar a chance das pessoas [...] eu acho que é uma excelente intenção, isso eu não tenho a menor dúvida*”.

Portanto, apesar de encontrar falhas na política racial adotada pela UNIMONTES, Vivi acredita que ela vem possibilitando o alargamento da cidadania, uma vez que, propicia a inserção de pessoas que teriam maior dificuldade de acesso ao ensino superior.

[...] Parda [...] Eu acho que todo mundo é descendente dos negros, mas eu não sou nem muito escura nem muito clara, na verdade eu sou amarela.

Logo no início, nos deparamos com a dificuldade de classificação racial enfrentado por Lila, que tem vinte e dois anos de idade, ingressou por cotas/afro, cursa o quinto período de Matemática, é natural de Coração de Jesus, norte de Minas Gerais, mas reside no bairro Sagrada Família, na cidade de Montes Claros e possui uma renda familiar mensal próxima a dois salários mínimos.

Lila que sempre estudou em escola pública e se considera afro-descendente devido à fatores de ascendência, afirma nunca ter sofrido preconceito racial e diz ter escolhido ingressar por cotas/afro por acreditar ser um meio mais fácil de acesso à universidade.

Quando questionada sobre ser merecedora da política racial, ela aponta que sim, devido ao fato de ter sempre estudado na rede pública e não ter tido uma base de ensino muito qualificada, que a propiciasse concorrer em igualdade de condições com outros concorrentes, de escola privada. Deste modo, Lila acredita que as cotas são facilitadoras de acesso à universidade, para pessoas que não tiveram um bom nível de ensino e se não houvesse a

política, ela acredita que a sua dificuldade de acesso, ao ensino superior de qualidade, aumentaria: “[...] Acho que seria mais difícil pra mim, porque, aí eu teria que recorrer a cursinhos, a outros cursos, né...pra ficar num nível mais ou menos”.

Quando questionada sobre o sistema de classificação adotado pela UNIMONTES, Lila diz ser adequado e acredita que a universidade não deveria adotar critérios mais rigorosos, uma vez que, ela acredita que seria excluída dessa seleção:

[...] Acho que não. No meu caso, acho que se fosse mais rigoroso eu não passaria [...] eu mesma, simplesmente declarei lá e consegui. Acho que se fosse pela foto com certeza eu seria desclassificada.

Portanto, Lila assume estar se beneficiando de uma política que não foi criada para ela, uma vez que, ela não foi vítima de um acúmulo de desvantagens durante a sua trajetória de vida, talvez por não possuir uma tonalidade de pele que a enquadrasse em meios mais propícios à discriminação.

A entrevista de Lila se mostrou bastante sucinta, peculiar e marcada por respostas bastante diretas, não revelando grandes riquezas de detalhes. No entanto, pudemos perceber uma característica bem marcante e preocupante, que tem sido observada no interior de UNIMONTES, causada pela ampliação que o termo afro-descendência tem possibilitado. Percebemos, assim, que essa terminologia tem propiciado que pessoas com fenótipos bastante claros se beneficiem de uma política criada para amenizar as desigualdades raciais, que, ao longo da história, tem feito vítimas e relegado a elas ocupações menos privilegiadas na esfera social.

Acreditamos que a pesquisa proposta aqui tem o dever de elencar quem são essas pessoas que estão se beneficiando da política racial da UNIMONTES e, talvez, contribuir com uma adequação da legislação vigente, para que esta represente uma maior eficácia da política em questão.

[...] moreno [...] por causa da cor mesmo [...] é um meio termo [...] na verdade. No Brasil, todos temos origem indígena, negros [...]

Gil é vendedor, tem vinte e sete anos de idade, renda familiar mensal próxima a seiscentos reais, cursa o quinto período de Matemática na UNIMONTES e ingressou na universidade pelas cotas/afro no ano de 2007. Ele, que sempre estudou em escola pública, utiliza-se desta justificativa para validar a sua entrada pelas cotas raciais e também pela concepção de que todo brasileiro possui sangue negro.

No entanto, Gil aponta nunca ter sofrido qualquer tipo de discriminação racial, nem mesmo por parte dos colegas de faculdade, até por que:

Na verdade eu acho que ninguém sabe, se alguém me perguntar alguma coisa eu falo, mas ninguém nunca perguntou [...] Ninguém passou saber quem passou quem não passou. Eu não diria outros cursos, porque, geralmente, outras turmas, tem aquelas pessoas que são mais egoístas, mais preconceituosas.

Para Gil, a escolha do ingresso à universidade através das cotas/afro, foi privilegiada devido ao fato dele ter tentado adentrar pelo sistema universal e não ter conseguido aprovação. Assim, ele operou uma análise do custo/benefício que cada categoria lhe traria e optou pelas cotas raciais:

Concorrência, nível por vaga [...] foi menor e eu tinha tentado um ano antes pelo sistema universal. O que eu fiz, eu fiz uma análise dos últimos três vestibulares [...] o que era mais concorrido e o que era menos concorrido, eu peguei procurei o lado mais fácil. [...] Mais fácil.

Portanto, Gil acredita que se não houvesse as cotas/afro aumentaria a sua dificuldade no acesso à universidade. Assim, ele compreende que a política da UNIMONTES facilita o ingresso de pessoas desprivilegiadas socialmente:

[...] teria que ter uma maior preparação, questão que ficaria mais concorrido o número de vagas [...] Aumentaria a concorrência. Na verdade essas cotas é o seguinte, elas vieram para facilitar pra pessoa de baixa renda ingressar na universidade [...] Não só baixa renda...que tiveram uma educação inferior, de escola pública, e teve uma maior dificuldade, por causa, justamente do número de concorrente [...]

Gil não concorda com a seleção utilizada pela UNIMONTES, que se baseia na auto-declaração racial: *“Não é adequada pelo fato seguinte, você não pode se considerar e simplesmente considerar”*.

Deste modo, ele acredita que o preconceito ocorre pelo fenótipo e não pela origem da pessoa. Portanto, Gil acredita que a auto-classificação se coloca como ambígua, uma vez que, ao adotar critérios subjetivos, gera uma confusão no momento em que se opera a seleção dos beneficiários. Ele quer dizer que a definição de cor é relativa e se confunde com a caracterização da raça. Ele também enfatiza que essa definição depende de quem está analisando e quais critérios estão sendo utilizados como parâmetros, como modelo. Isso é bem exemplificado quando ele diz:

Todo mundo no Brasil, tem sangue negro, todo mundo no Brasil é afro-descendente, você não tem como medir uma pessoa se ela é branca se ela é negra. Tem uma pessoa branquinha, quer dizer que a pessoa mais branca se declara afro-descendente, mas não tem critério pra falar assim qual grau de

cor que é afro-descendente, a não ser que tenha uma pessoa branquinha e uma pessoa loira [...] qual o critério de cor? qual ponto de cor seria afro-descendente? A partir de qual cor?

Quando questionado sobre a possibilidade da UNIMONTES adotar critérios mais rigorosos de seleção dos cotistas/afro e utilizar, por exemplo, fotografias para identificar os beneficiários, Gil se mostra contrariado e afirma a impossibilidade de outra pessoa definir as características de outras: *“É meio complicado você falar, assim, eu vou mudar isso, vou mudar aquilo. O sistema foi adotado pra escolher declaração de próprio punho, é meio complicado separar por foto alguma coisa”*.

Quanto à sua opinião sobre a reserva de vagas raciais, Gil acredita que os pontos negativos superam os positivos e, apesar de ele ter ingressado por cotas/afro, acredita que a política é injusta, porque não se baseia no mérito e pode acirrar o preconceito nos cursos mais concorridos:

[...] é injusto porque teve outras pessoas que estavam mais preparadas e tentou por outro sistema e não passaram. Eu creio que esse sistema de cotas deve ter mais preconceito num curso de medicina num curso de enfermagem [...] o que seria ideal, não seria o governo investir em cotas, o ideal seria investir na escola pública dando educação de qualidade, só que seria a longo prazo, mas por que a pessoa de baixa escolaridade tem mais dificuldade no ensino, não é porque ela é menos capaz não, porque na verdade o sistema de ensino que ela teve que fazer, tem uma qualidade inferior. Um professor ganha pouco, não tem interesse de ensinar e acaba tendo mais dificuldade, não porque ele quer, mas sim porque o sistema que foi oferecido não foi adequado. Mas o que que o governo acha, que criando cotas o pessoal entrando na universidade vai aprender, e isso muitas vezes o que acontece muita gente acaba desistindo. Porque não tem preparação, chega num curso.

Portanto, Gil acredita que o problema do negro não será resolvido através das cotas, mas sim quando o governo passar a investir mais na escola pública e garantir um ensino de qualidade. Assim, segundo ele, os negros poderão concorrer em igualdade de condições com os brancos, pois estarão mais preparados para a concorrência no mercado. Entretanto ele salienta que esse tipo de ação surtirá efeitos, somente, em longo prazo.

5.1.9 [...] eu acho que sou parda [...] Ah, eu não tenho uma cor nem muito escura e nem muito clara [...] Eu acho que eu sou afro-descendente [...] Porque eu tenho um bisavô que é negro.

Nina, que se considera parda, tem vinte e cinco anos de idade, é natural de São Paulo, mas desde criança reside na cidade de Montes Claros, na Vila Atlântida, cursa o quinto período de Biologia, ingressou na universidade no ano de 2007.

Ela prestou vestibular para Licenciatura, no entanto, queria cursar bacharelado. Essa

segunda opção teve que ser a escolhida devido ao fato de Nina ter que trabalhar, no turno que é oferecido o bacharelado, para complementar o sustento do lar, cuja soma dos rendimentos mensais gira em torno de três salários mínimos.

Nina sempre estudou em escola pública e afirma nunca ter sido vítima de discriminação racial. Entretanto, ela ressalta que enfrenta preconceitos devido à sua baixa condição social: “[...] *Por ser pobre sim [...] geralmente a pessoa acha que quem tem uma renda mais baixa é inferior*”.

Quando introduzimos o questionamento sobre raça, ela diz ser afro-descendente, porque possui um bisavô que é negro. Deste modo, quando ela condiciona a sua classificação racial à sua ascendência, ela relaciona raça à origem e não ao fenótipo. Entretanto, mesmo se classificando como afro-descendente, Nina não se identifica como negra e sim como parda e nos surpreende com a afirmação de que não se considera merecedora do benefício das cotas raciais:

Tá, é sigilosa mesmo, eu vou falar a verdade. Eu acho que a seleção deveria ser bem melhor [...] eu acho que deveria ter uma entrevista com cada candidato antes dele entrar. Igual tem, tanto eu como tem colegas, na lista que eu vi, que elas são menos do que eu ainda. Eu acho que deveria ter uma entrevista pessoalmente. O fato aqui no Brasil, que as pessoas tem preconceito em relação a raça, quando a pessoa é mais escura tem mais preconceito contra ela, mesmo tendo alguém na família, acho que tinha que ter essa entrevista pessoalmente pra classificar se a pessoa realmente deveria estar na cota de afro-descendente.

Ou seja, ela propõe que a seleção dos candidatos/afro da UNIMONTES seja mais aprimorada, mais rigorosa, uma vez que, acredita que o preconceito marginaliza os negros e ocorre pelo fenótipo. Então, Nina acredita que a universidade deveria montar um comitê de seleção, para averiguar quem realmente é negro:

[...] só a pessoa se auto-declarar, qualquer um se auto-declara [...] o fato da pessoa ter tido alguém na família que era negro, mas ela não apresentar isso na pele, ela não vai ter preconceito, porque aqui não é assim [...] tinha que ter uma entrevista.

Com relação aos pontos positivos das cotas/afro, na UNIMONTES, Nina cita o fato da política estar propiciando um maior acesso à universidade, para pessoas de renda baixa e essa medida gera possibilidades futuras de redução da desigualdade:

[...] aí as cotas tá ajudando essas pessoas entrar na universidade, pra através da faculdade mudar lá na frente, parar mais essa desigualdade. As pessoas criticam as cotas, mas eu acho que é uma maneira devagar de tá mudando a desigualdade.

Assim, ela escolheu ingressar por cotas pela maior facilidade que tal política ofereceu e afirma que se não houvesse a política ela teria prestado vestibular para um curso menos concorrido: “[...] *Pra mim que pelas cotas era mais fácil passar, então eu tentaria outro curso, porque eu acharia que se não tivesse as cotas eu não teria passado*”.

Percebemos que as cotas/afro têm propiciado um maior poder de escolha, proporcionando uma “fuga” de determinismos. Essa constatação é vislumbrada como positiva, uma vez que, amplia as oportunidades futuras dos alunos, podendo aumentar o *status* social deles. Ou seja, as políticas raciais propiciam que essas pessoas com menores prestígios sociais busquem ingressar em cursos mais elitizados, fator que pode gerar uma mudança social indiscutível.

6) CONCLUSÃO

A simples negligência de problemas culturais, étnicos e raciais numa sociedade nacional tão heterogênea indica que o impulso para a preservação da desigualdade é mais poderoso que o impulso oposto, na direção da igualdade crescente. [...] Nenhuma democracia será possível se tivermos uma linguagem “aberta” e um comportamento “fechado”. (Fernandes, 1972:161-162)

Se o período escravista significou um momento de extrema privação do negro, a assinatura da Lei Áurea (1888) não representou mudanças significativas para esta população, que alcançou a liberdade, mas não obteve direitos. Deste modo, os negros libertos foram lançados no seio de uma sociedade extremamente racista que não utilizou meios para integrá-los, deixando-os em uma situação marginalizada, em que foram excluídos de direitos fundamentais, como: o trabalho remunerado, o acesso à educação e o direito a terra.

Apesar de ser reconhecido aqui, que o racismo foi o maior vilão para a integração social dos negros, compreendemos que essa situação, a princípio, não foi entendida dessa mesma forma, com tamanha notoriedade. Intelectuais a exemplo de Gilberto Freyre (1933) e até mesmo cidadãos comuns preconizavam o Brasil como um paraíso racial, cuja miscigenação havia contribuído para harmonizar a relação entre as raças, formando um ambiente coeso e sem diferenciações significativas. Dessa maneira, entendemos que o preconceito e a discriminação contra o negro eram camuflados pela criação de uma ideologia, a da democracia racial, que conferia um *status* positivo à sociedade e camuflava as contradições do sistema.

Mas a situação não permaneceu inerte, uma vez que, na década de 1950 a UNESCO patrocinou uma pesquisa com o intuito de desvendar os elementos que giravam em torno da suposta democracia racial defendida por Freyre (1933). Essa pesquisa foi conduzida por intelectuais da Escola Sociológica Paulista, com destaque para Fernandes (1955), que não concordava com as teorias freyrianas e apontava que essas teorias não condiziam com a realidade brasileira, que era visivelmente marcada pelo racismo.

Ao desvendar a realidade brasileira como antagônica e perpetuadora de preconceitos, Fernandes (1955) concluiu que o Brasil é extremamente racista e esse racismo é o responsável pela situação desvantajosa do negro em relação ao branco.

Desta forma, podemos apontar que, a Escola Sociológica Paulista, ao romper com a idéia de democracia racial, abriu caminhos para questionar a situação do negro brasileiro e buscar soluções adequadas para esta questão.

Na medida em que o racismo foi reconhecido como um dos elementos principais da desigualdade racial no Brasil, tiveram início pressões ao Estado, especialmente por parte do Movimento Negro, na busca de reconhecimento do papel exercido por este segmento para a construção da nação, através de políticas que lhes conferisse cidadania e direitos humanos.

O Movimento Negro, como sujeito da história, sempre travou muitas lutas em busca do reconhecimento da situação desigual do negro brasileiro. Seu combate contra o racismo, chega na atualidade de modo bastante forte e atuante e a discriminação racial ganhou uma ampla visibilidade social. O que, forçou mais uma vez o debate sobre a questão racial no Brasil e a situação subalterna dos negros.

Então, a partir das pressões exercidas pelo Movimento Negro, por alguns intelectuais favoráveis à promoção da igualdade racial e do reconhecimento por parte das autoridades brasileiras, o racismo passou a ser analisado como algo intrínseco à realidade do Brasil e como o maior empecilho ao desenvolvimento do povo negro, sendo assim, passou-se a buscar meios de eliminá-lo.

Nessa direção, desde o reconhecimento legal do Estado, da existência de racismo no Brasil, muito se buscou, em termos políticos, para se chegar a um consenso sobre a melhor forma de reparar os negros pelos séculos de subjugação.

Uma forma encontrada para minorar a dívida secular que culminou na situação de desvantagem vivida pelos negros foi a introdução de políticas afirmativas ou compensatórias, que visam reduzir as desigualdades sociais geradas pelo escravismo, devolvendo a dignidade humana e integrando os negros à sociedade de classes. Dentre essas políticas, podemos destacar: a criação do Estatuto da Igualdade Racial, a criação da reserva de vagas ou cotas para negros nas instituições de ensino superior, a implementação da disciplina "História Geral da África e do Negro no Brasil" no ensino fundamental e médio, etc.

O Debate em torno das políticas públicas, afirmativas, no Brasil nunca foi tão representativo quanto agora, nunca se discutiu tanto as desigualdades de fundo racial. Portanto, o presente trabalho é entendido como extremamente oportuno, uma vez que, as cotas destinadas aos negros nas universidades públicas, implantadas desde 2003, têm sido alvo frequente de críticas e controvérsias, justamente por causa das formas de classificação racial propostas.

Aqui, ao buscarmos desvendar o caso específico das cotas para afro-descendentes na UNIMONTES, nos anos de 2005 a 2007, identificando a identidade racial dos "cotistas" e a

justificativa deles para a adesão à política de reserva de vagas, nos propomos a mapear a relação entre identificação racial e o uso da política de cotas, analisando a relação entre cor e raça.

Nessa direção, para concluirmos esta pesquisa e responder aos questionamentos iniciais, utilizamos a associação entre diferenciados métodos de pesquisa, ou seja, trabalhamos a partir de releituras teóricas, dados quantitativos fornecidos pela instituição estudada, bem como, dados qualitativos (entrevista em profundidade). Assim, sendo, evidenciamos uma grande riqueza de detalhes, que serão explicitados nos tópicos seguintes.

6.1) A Relação entre a identidade racial e o uso da política de cotas.

Aqui pudemos visualizar como os conceitos relacionados ao mito fundador das três raças e à teoria do branqueamento se fazem presentes no cotidiano dos alunos da UNIMONTES. Essa constatação se coloca como bastante representativa nas falas de alguns entrevistados e isso traduz claramente conceitos bastante presentes no discurso racial brasileiro.

Nas entrevistas realizadas, percebemos uma predisposição dos entrevistados em definirem-se através de cores intermediárias, buscando fugir de denominações ligadas ao “pólo negro”, talvez por buscarem uma maior valorização social, procurando diluir a tonalidade da cor preta, que poderia presumir uma discriminação menor.

Percebemos ainda, que um dos fatores que têm permitido que brancos se identifiquem como afro-descendentes é a idéia da ascendência, ou seja, a idéia de possuir um ancestral negro na família. Nessa direção, parece que a auto-declaração tem permitido que pessoas não-negras estejam se beneficiando da política racial e ocupando os postos que foram criados no intuito de se reparar ou corrigir as injustiças históricas. Mesmo por que verificamos que ocorre uma grande confusão na definição de cor e raça.

Assim, acreditamos que a auto-classificação não é adequada no Brasil, pelo fato das desvantagens estarem associadas ao fenótipo e não à ancestralidade. Nessa direção, o discurso do paraíso racial não pode prevalecer na escolha dos beneficiários de políticas raciais, por configurar-se como ultrapassado e sem bases empíricas, capitaneado por aqueles que almejam prejudicar a efetiva implementação as políticas de promoção da igualdade racial, por “acreditarem” não haver diferenças raciais, mas sim sociais entre os cidadãos, desconsiderando a relação que existe entre elas.

Tais discursos têm negligenciado os fatos históricos, utilizando-se de constatações

biológicas para tentar explicar fatos sociais, no intuito de retardar as mudanças ou a efetivação de políticas raciais. Entretanto, acreditamos que as políticas raciais devem ser destinadas aos negros, que sofrem discriminação pela aparência (cor da pele) e não pela essência (descendência).

6.2) Justificativa para adesão às cotas raciais.

Entre os principais argumentos, utilizados pelos nove entrevistados, para justificar o ingresso pelas cotas/afro, encontramos:

- A) O fato de ser egresso de escola pública e ter sempre estudado na rede pública de ensino, considerada, por eles, de pior qualidade;
- B) A concepção de que todo brasileiro possui sangue negro e que o Brasil é composto por infinitas misturas raciais, sendo todo brasileiro afro-descendente;

Entretanto, acreditamos que essa adesão deveria privilegiar o fenótipo do indivíduo, associado à condição social. Assim, parece que a política da UNIMONTES vem proporcionando o acesso de pessoas que, em tese, não seriam o público-alvo das políticas raciais.

Para tanto, propomos uma seleção mais rigorosa dos beneficiários das políticas de cotas, no intuito de se garantir um nível considerável de eficácia nas políticas raciais. Deste modo, elas deveriam sofrer modificações em sua legislação, ou seja, deveria haver uma seleção mais apurada dos que podem concorrer a uma vaga como candidatos cotistas/afro.

6.3) O Posicionamento dos beneficiários frente à reserva de vagas raciais.

Parece-nos, nos casos estudados, imprescindível reconhecer que a política racial da UNIMONTES é vislumbrada a partir de aspectos positivos e negativos, podendo ser exemplificados no quadro que se segue:

QUADRO 2- Aspectos Positivos e Negativos das cotas/afro na UNIMONTES segundo os entrevistados:

POSITIVOS	NEGATIVOS
1)As cotas/afro seriam um meio mais fácil de propiciar acesso às pessoas que antes não tinham, sendo uma maneira mais fácil de ingresso à universidade.	1)As cotas/afro deveriam se pautar numa seleção baseada no fenótipo, já que os negros, geralmente, ocupam uma posição inferior na escala social por causa do preconceito e este se dá pela cor da pele.
2)Propiciam que pessoas com menor prestígio social consigam ingressar em cursos mais elitizados.	2)O critério de auto-declaração parece não dar conta de atender aos requisitos das políticas raciais, que são criadas na finalidade de atender àquelas pessoas que carregam a 'marca' como diferencial. Isso tem permitido que "oportunistas" se beneficiem da política, pessoas que não são o alvo do preconceito.
3)Têm propiciado um maior poder de escolha, proporcionando uma "fuga" de determinismos.	3)Propicia que algumas pessoas burlem as regras. A universidade deveria montar um comitê de seleção, para averiguar quem realmente é negro.
4)Estão permitindo que as pessoas negras tenham acesso e sirvam de exemplo para os outros negros, para mostrar que os negros não são inferiores e que podem ocupar o mesmo espaço que uma pessoa branca ocupa.	4)Falta uma política de permanência, para que os acadêmicos não evadam por ausência de condições de se manter na universidade.
5)A política racial representa o momento em que os negros são reconhecidos como cidadãos e como prejudicados historicamente. Dessa forma, ingressar por cotas raciais é ser ressarcido de direitos.	5)As Cotas ainda estão aquém dos objetivos almejados para solucionar a questão do negro e suas desvantagens acumuladas, ao longo da história.
6)Propiciam a inclusão de pessoas negras e a consequente aquisição de experiência e influência no meio acadêmico, que refletirão no futuro delas.	6) A legislação de cotas da UNIMONTES deveria ser alterada e deveriam criar somente cotas para pessoas com carências financeiras.
7)Vem possibilitando o alargamento da cidadania.	7) A quantidade de vagas oferecidas é pequena. Deveriam criar vagas para atender à política.
8)Possibilidades futuras de redução da desigualdade.	8)A terminologia afro-descendência tem propiciado que pessoas com fenótipos bastante claros se beneficiem de uma política criada para amenizar as desigualdades raciais.
	9)O problema do negro não será resolvido através das cotas, mas sim quando o governo passar a investir mais na escola pública e garantir um ensino de qualidade.

Fonte: Coleta Direta/UNIMONTES, 2009.

Nessa direção, compreendemos que, na perspectiva dos beneficiários, existem inúmeros argumentos acerca da política racial adotada pela UNIMONTES. Assim, eles verificam que existem tanto pontos positivos quanto negativos, que necessitam de uma maior avaliação. Mesmo assim, esses alunos acreditam que existem soluções que poderão diminuir as contradições no acesso de negros à universidade, como um aprimoramento da seleção dos candidatos, através da adoção de critérios mais rigorosos.

Apesar das lacunas ainda presentes, acreditamos que as políticas raciais, adotadas pela UNIMONTES, representam um grande avanço em relação ao acesso dos negros à

universidade e, mesmo que seja evidenciada uma ausência de reconhecimento, de identificação racial e a propagação de um discurso que nega as desigualdades raciais e as configura como meramente econômicas, nos deparamos com uma realidade que possibilita transfigurar as estatísticas que, atualmente, comprovam a existência de um “fosso racial”, como consequência das situações desfavoráveis que a população negra brasileira vivencia.

As conclusões que podemos retirar das entrevistas nos levam a inferir que a questão racial brasileira ainda se configura como extremamente ampla, polêmica, antagônica e com literatura bastante escassa. Dessa maneira, nesse país ainda tão marcado pela ideologia da democracia racial, discutir essa temática se coloca como imprescindível.

Podemos observar que ainda existem algumas barreiras na aceitação de políticas afirmativas, justamente porque prevalece o discurso que homogeneiza a população e impede uma distinção entre cor e raça. Ou seja, a mestiçagem é largamente utilizada para camuflar as diferenças raciais e, muitas vezes, esse discurso é empreendido por aqueles que possuem pouco conhecimento acerca dos dados estatísticos que comprovam a existência de um fosso entre brancos e negros no Brasil.

Assim, a identificação racial ainda se apresenta como problemática, justamente pelo fato da “fuga de estigmas”, ou seja, a população negra ainda tem dificuldade de aceitar essa condição, de assumir uma identidade negra, talvez por receio de sofrer rejeição e isso fica evidente nas análises das entrevistas empreendidas aqui.

Acreditamos que a reserva de vagas, ou cotas destinadas a negros é um passo na busca do objetivo de minorar as desigualdades relativas àqueles que sempre foram tratados como diferentes.

O início da reparação teve início quando o problema racial foi reconhecido, no Brasil como produtor de diferenciação e que as ações afirmativas representam, ainda que “tímidas”, o começo de uma mudança que poderá se completar na medida em que os negros forem conquistando espaços de poder, criando consciência da situação política na qual estão inseridos, adquirindo e afirmando uma identidade negra e tornando-se sujeitos da ação.

Nessa direção, acreditamos que as cotas raciais simbolizam um meio de permitir que as “subvozes”, antes excluídas do processo social, participem do discurso e, além disso, propicia uma universidade plural, do ponto de vista racial.

7) REFERÊNCIAS

AMORIM, A. de M. F. **O Sistema de Reserva de Vagas para Afro-descendentes da UNIMONTES nos últimos dois anos – 2005/2006**. 107 F. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - UNIMONTES, 2006.

AMORIM, A. de M. F., ALVES, M. R. Raça/Cor e Educação: Uma reflexão da inserção dos afro-descendentes no Sistema de Reserva de Vagas no Vestibular da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. In: **Educação Significante**: Revista do Departamento de Educação do Centro de Ciências Humanas da UNIMONTES, Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2007. p. 89-103.

BARRETO, P. C. da S. Apoio à permanência de estudantes de escolas públicas e negros em universidades públicas brasileiras: As experiências dos projetos Tutoria e Brasil Afro-Atitude na UFBA. In André Augusto Brandão. (org). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, v., p. 137-153.

BOURDIEU, P. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRANDÃO, A. A. **Miséria da Periferia**: Desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. 215p.

_____. Avaliando Um Pré-Vestibular Voluntário Para Negros Pobres. IN:**XXVIII Reunião Anual da ANPED**, Caxambu: ANPED, 2004. Disponível em: <<http://www.ipp-uerj/olped/documentos/0754.pdf>>. Acesso em 05 Jan/2008.

_____. **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro, DP&A, 2007. 279p.

BRANDÃO, A. A; MARINS, M.T. e SILVA, A. P. Escolhas e taxa de sucesso no vestibular da UFF: a importância da variável raça. In, **Cadernos CES**. Universidade Federal Fluminense. Niterói: EdUFF, 2005.

BRANDÃO, A. A. MARINS, M. T. Quem são os alunos afro-descendentes da Universidade Federal Fluminense? **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Belo Horizonte: Grupo de Trabalho GT 05. Etnicidade e Raça, 2005.

BRANDÃO, A. A, MARINS, M. T. Cotas para negros no Ensino Superior e formas de classificação racial. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, p. 27-45, jan/abr. 2007 .

BRANDÃO, A. A; MARINS, M. T. e SILVA, A. P. **Educação Superior e Relações Raciais**. Niterói: EDUFF, 2009.

BRANDÃO, A ; DA MATTA, L.G. Avaliação da Política de Reserva de Vagas na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF): Estudo dos alunos que ingressaram em 2003-2007. In André Augusto Brandão. (org). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, v., p. 47-80.

CARVALHO, J. de. Sobre raças humanas. Nº 60. **Revista Espaço Acadêmico**. Maio 2006. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/060/60carvalho.htm>> Acesso em Set. 2006.

CÉSAR, R. C. L. Políticas de inclusão no ensino superior brasileiro: Um acerto de contas e de Legitimidade. In André Augusto Brandão. (org). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, v.,p.13-34.

CORDEIRO, Maria José de J. A. Três anos de efetiva presença de negros e indígenas cotistas nas salas de aula da UEMS: Primeiras análises. In André Augusto Brandão. (org). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, v., p. 81-113.

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 29, p. 164-177, Maio/Jun/Jul/Ago. 2005.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol.2, São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

_____. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

_____. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. In: SANTIAGO, S. **Intérpretes do Brasil**. V. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p.203-710.

FRY, P. ; MAGGIE, I. **Cotas Raciais: Construindo um país dividido?** v.6. Rio de Janeiro: Econômica, p.153-161.

FRY, P. ; MAGGIE, Y. O Debate que não houve: A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. **Revista Eletrônica Enfoques**. V1. nº01. Rio de Janeiro, 2002. p.93-117.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdade racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cad. Saúde Pública**, 2002, vol.18 supl, p.57-65.

KAMEL, A. **Não Somos Racistas: Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 143 p.

MAGGIE, Y. Políticas de cotas e o vestibular da UNB ou a marca que cria sociedades divididas. **Horizontes Antropológicos**. vol.11, nº.23, p.286-291. Jan./Jun 2005.

MAGGIE, Y. Racismo e Anti-racismo: Preconceito, Discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas. **Educação e Sociedade**. vol 27, nº 96, p. 739-751. Outubro 2006. Disponível em <<http://www.cepes.unicamp.br>> Acesso em 17 Ago 2008.

MUNANGA, K. Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil:

- Um Ponto de Vista em Defesa de Cotas. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II, nº 22, 2003. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/22cmunanga.htm>>. Acesso em: 12 Fevereiro/2008.
- NOGUEIRA, O. **Preconceito de Marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.
- PETRUCCELLI, J. L. **A Cor Denominada**: Estudos sobre a classificação étnico-racial. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. 156 p.
- PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. Racismo, Pobreza e Violência. Brasil, 2005.
- QUEIROZ, D. M.O. Vestibular e as desigualdades Raciais. In: **Revista Negro e Educação: Identidade Negra Pesquisa sobre negro e educação no Brasil**. vII, p.7-17, 2003.
- RODRIGUES, N. **Os Africanos no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- ROMERO, S. Mestiçagem e literatura nacional. Gregório de Matos. In: CANDIDO, A. (Org.) Silvio Romero. **Teoria, crítica e história literária**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SANTOS, R. V. ; MAIO, M. C. Qual "retrato do Brasil"? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica. **Revista Mana**. v.10, nº.1, p.61-95. Abr. 2004.
- SILVÉRIO, V. R. Ação Afirmativa e combate ao Racismo Institucional no Brasil. **Cad. Pesquisa**. nº 117, p.219-246. Nov. 2002.
- TELLES, E. E. **Racismo à brasileira**: Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 15-101.
- VIANNA, O. F. J. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo : M. Lobato, 1923.
- VIEIRA, P. A. dos S. Políticas Afirmativas, população negra e ensino superior em Mato Grosso: avaliando as cotas na UENMAT. In André Augusto Brandão. (org). **Cotas raciais no Brasil**: a primeira avaliação. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, v., p.213-251.

ANEXO I:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados do entrevistado

Sexo:

Idade:

Nacionalidade:

Naturalidade:

Bairro onde mora:

Curso:

turno:

Renda Familiar:

Bloco I - Dados sobre o curso

1)Em que ano ingressou na UNIMONTES? Qual sua idade quando ingressou?

2)Atualmente, cursa que período?

3)Este era curso desejado (se não, qual era?)? Avalia que o horário do curso (turno) é adequado às suas necessidades?

4)Se pudesse, mudaria de curso? E de turno?

5)Você sempre estudou em escola pública?

6)Desde o começo do curso, teve alguma reprovação em disciplina (se sim, qual(is)?

7)Você tem alguma dificuldade na adaptação ao ambiente acadêmico?

Bloco II – Identificação Cor/Raça

8)Qual a sua cor?

9)Em uma escala de 0 a 10 pontos, onde 0 significa um tom de pele muito claro e 10 significa um tom de pele muito escuro, como você se classifica?

10)Por que se classifica assim?

11)Qual a sua raça?

11.1) Porque vc diria que esta é a sua raça?

12)Você se considera afro-descendente?

12.1)Se sim, o que o leva a se classificar enquanto tal?

12.2) Se não. Porque?

13)Você enfrentou preconceitos durante a vida? (cite)

Se não enfrentou, a que você atribui isto?

14)E na universidade, já enfrentou algum tipo de preconceito?

15)Ter ingressado pelas cotas faz com que seus colegas o vejam de forma diferente?

16)Ocorre algum tipo de discriminação em relação a isso?

17)Por que escolheu ingressar por cotas?

18)Você se acha merecedor do benefício das cotas?

18.1)Porque?

BLOCO III - expectativas individuais

19) Se não houvesse cotas aumentaria a sua dificuldade em ingressar na universidade? Se sim, por qual motivo?

20) Se não houvesse cotas você teria concorrido para outro curso? Se sim, por qual motivo?

21)Qual sua impressão sobre as aulas, as avaliações e os professores.

22)Participa de algum movimento ou associação dentro da universidade?

23)Em algum momento se sentiu deslocado ou viveu algum sentimento de insegurança com relação aos outros estudantes do seu curso?

- 24) Paralelamente ao curso, exerce alguma atividade remunerada fora da universidade? (se sim, qual? Em que período? Avalia que o trabalho interfere de alguma forma na sua vida acadêmica?)
- 25) Acha adequada a classificação utilizada pela UNIMONTES (afro-descendência por auto-declaração)?
- 26) Você acha que o preconceito ocorre pela cor da pele ou pela origem (descendência de africanos)?
- 27) O que você acharia se a UNIMONTES adotasse critérios mais rigorosos de seleção e utilizasse fotografias para comprovar se o aluno realmente “deve” ser absorvido pela política de cotas?
- 28) Já pensou ou pensa em trancar o curso por algum motivo?
- 29) Em quanto tempo prevê concluir o curso?
- 30) Quais seus planos após a conclusão?
- 31) Se pudesse alterar algum ponto do atual sistema de cotas, o que faria? (Existe alguma falha?)
- 32) E os pontos positivos, existem? (cite)

33) OBSERVAÇÕES